

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**AS MULHERES DO PROSAMIM: AMBIENTE, GÊNERO E
CIDADE**

LADY MARIANA SIQUEIRA PINHEIRO

MANAUS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

LADY MARIANA SIQUEIRA PINHEIRO

AS MULHERES DO PROSAMIM: AMBIENTE, GÊNERO E
CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor

MANAUS
2008

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

Pinheiro, Lady Mariana Siqueira

P654m As mulheres do Prosamim: ambiente, gênero e cidade / Lady Mariana Siqueira Pinheiro. - Manaus: UFAM, 2008.

169 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tatiana Schor

1. Espaço urbano 2. Mulheres - Condições sociais 3. Planejamento urbano I. Schor, Tatiana II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 711.4:396(811.3)(043.3)

LADY MARIANA SIQUEIRA PINHEIRO

AS MULHERES DO PROSAMIM: AMBIENTE, GÊNERO E CIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado em 06 de agosto de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Arminda Mourão, Membro
Universidade Federal do Amazonas

*Aos meus pais,
Maria e Antonio (in memoriam),
dedico.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devo toda a minha gratidão a Deus, força suprema.

Agradeço em especial a minha mãe Maria e a minha irmã Danielle, mulheres sempre presentes na minha vida.

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor, não somente pela impecável orientação, mas também pelo incentivo e amparo dados em todos os momentos desde o primeiro contato.

Agradeço ao Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, pela assistência prestada em várias fases do trabalho.

Agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Cidade na Amazônia Brasileira - NEPECAB, que forneceu os subsídios necessários à realização desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, representado pela Prof^a. Dr^a. Sandra Noda, pela estrutura e apoio fornecidos tanto na execução da pesquisa como na participação em eventos científicos.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, pela bolsa de estudos fornecida durante os dois anos de curso.

Agradeço aos colegas de turma pelos trabalhos realizados, pelos momentos de descontração e pelas experiências adquiridas conjuntamente, agradeço em especial a Yêda, que muito mais que colega foi amiga e sempre se mostrou presente nos mais variados momentos desta caminhada.

Agradeço a Ray, secretária do PPG/CASA pelo auxílio prestado ao longo de todo o curso.

Por fim, agradeço àquelas sem as quais não seria possível a execução desta pesquisa - as mulheres do PROSAMIM - que permitiram que eu adentrasse em seus mundos e mostraram suas realidades da forma mais genuína e singela possível.

A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração.

Joan W. Scott

RESUMO

A segregação social nas cidades contempla situações que ultrapassam a aquisição da casa própria, como por exemplo, as especificidades de cada agente social. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a produção e re-produção do espaço urbano a partir do remanejamento de famílias de três das áreas alvo das intervenções do Programa Social e Ambiental dos Igarapés – PROSAMIM: Igarapé Bittencourt, Manaus e Mestre Chico pela perspectiva da mulher. Utilizou-se a pesquisa participante no trabalho de campo, dividida em duas etapas. A primeira consistiu em realizar levantamento das famílias ainda residentes nos igarapés buscando conhecer sua realidade antes do remanejamento, onde foram aplicados noventa formulários com questões abertas e fechadas. Já na segunda, a partir do diálogo estabelecido na primeira fase, entrou-se em contato com famílias já remanejadas para verificar a realidade vivenciada nas novas residências a partir das especificidades femininas. Neste momento, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com doze famílias. Perante os resultados obtidos, observou-se a grande carência no que diz respeito ao acesso a serviços relacionados diretamente com o cotidiano da mulher, como serviços de creche e acesso a exames médicos específicos. A pesquisa denotou um expressivo contentamento com a nova casa, diante da possibilidade de se morar em uma casa de alvenaria, em um local seco, com quintal e com um maior número de cômodos. Dentre os pontos negativos surgidos, pode-se citar: o acesso a serviços de saúde voltados especificamente para a saúde da mulher e a precariedade do transporte público e do abastecimento de água. A continuidade da ausência de serviços de creche e escolas em tempo integral também se mostrou como outra realidade crítica. Variável que da mesma forma se apresentou negativa diz respeito àquelas mulheres que desempenhavam algum tipo de atividade informal nos igarapés e que agora encontram dificuldades em restabelecer suas antigas atividades de forma rentável. De acordo com os dados coletados e analisados ficou evidente que políticas que visem amenizar as desigualdades existentes no espaço urbano devem contemplar ações que ultrapassem a aquisição da casa própria, sendo necessário também tomar medidas que possibilitem o acesso aos equipamentos e serviços urbanos a partir das especificidades e singularidades de cada agente social.

Palavras-chave: Mulheres, Espaço Urbano, Ambiente, PROSAMIM, Cidade.

ABSTRACT

The social segregation in cities covers situations that go beyond the house purchase, as for example, the specificities of each social agent. This study aimed to examine the production and re-production of urban space from the family reallocation of three focus intervention areas of PROSAMIM: Bittencourt, Manaus and Mestre Chico Streams by the prospect of women. It was used the participant search in the fieldwork, divided in two stages. The first was the families survey still living in streams seeking know their reality before the reallocation, which were applied ninety forms with questions opened and closed. In the second, from the dialogue established in the first round, was made contact with families already reallocated to verify the reality experienced in new homes from female specificities. At this moment, semi-structured interviews with twelve families were realized. Based on the results, it was observed the great shortage with respect to access to services directly related to the women daily lives, such as daycare services and access to specific medical examinations. The search showed certain contentment with the new house, facing the possibility to live in a masonry house, in a dry place, with backyard and with a greater number of rooms. Access to women's health services and precarious public transport and water supply are negative points arisen. The lack of continuity of full time schools and daycare services also showed up as another critical reality. Another negative variable was related to those women who played some kind of informal activity in streams and now find difficult to restore their activities. According the collected and analysed data it was clear that policies to alleviate existing inequalities in urban areas should include actions that go beyond the house purchase, and also take necessary measures to permit access to equipment and urban services from specific and singularities of each social agent.

Key words: Women, Urban Space, Environment, PROSAMIM, City

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da área de estudo.....	39
FIGURA 2 – Placa de obras no igarapé Bittencourt.....	65
FIGURA 3 – Placa de obras no igarapé Bittencourt.....	65
FIGURA 4 – Casas sobre as águas.....	88
FIGURA 5 – Tipo de cobertura das casas no igarapé Bittencourt.....	89
FIGURA 6 – Casas no igarapé Manaus.....	95
FIGURA 7 – Espaço comum no igarapé Manaus.....	96
FIGURA 8 – Espaço comum no igarapé Bittencourt.....	96
FIGURA 9 – Planta de instalação hidráulica.....	104
FIGURA 10 – Termo de adesão realizado entre as partes envolvidas.....	105
FIGURA 11 – Termo de adesão realizado entre as partes envolvidas.....	105
FIGURA 12 – Antiga moradia de Margarida no Igarapé Manaus.....	113
FIGURA 13 – Atual moradia de Margarida no Bairro Alvorada.....	114
FIGURA 14 – Casa de Beatriz.....	118
FIGURA 15 – Quintal da casa de Beatriz.....	120
FIGURA 16 – Proximidades da nova casa de Margareth.....	121
FIGURA 17 – Interior da casa de Margareth.....	122
FIGURA 18 – mercearia na frente da casa de Margareth.....	123
FIGURA 19 – Conjunto Nova Cidade.....	125
FIGURA 20 – Remanejamentos efetuados até 15 de julho de 2007.....	126
FIGURA 21 – Casa de Carmem.....	127
FIGURA 22 – Fase de construção da Quadra-Bairro.....	133
FIGURA 23 – Quadra-Bairro após a inauguração.....	133

FIGURA 24 – Noite de inauguração do Parque Residencial Manaus.....	133
FIGURA 25 – Quarto do filho de Mercedes.....	136
FIGURA 26 – Sala do apartamento de Mercedes.....	136
FIGURA 27 – Área de lazer infantil localizada nas proximidades de cada bloco residencial.....	136
FIGURA 28 – Capa do Manual do Proprietário.....	139
FIGURA 29 – Antiga residência de Marta.....	140
FIGURA 30 – Base de Atividades Sociais.....	140
FIGURA 31 – Funcionários da Construtora Andrade Gutierrez.....	141
FIGURA 32 – Lixeiras localizadas nos blocos residenciais.....	142
FIGURA 33 – Lixo encontrado próximo às lixeiras.....	142
FIGURA 34 – Pequena venda de estivas e verduras.....	143
FIGURA 35 – Venda de churrasco.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Sexo dos entrevistados.....	83
GRÁFICO 2 – Principal responsável pela renda.....	84
GRÁFICO 3 – Nível de renda.....	85
GRÁFICO 4 – Tipo de famílias.....	87
GRÁFICO 5 – Propriedade da moradia.....	89
GRÁFICO 6 – Forma de deslocamento ao trabalho.....	91
GRÁFICO 7 – Posicionamento sobre a saída do local.....	92
GRÁFICO 8 – Tempo de moradia nos igarapés.....	94
GRÁFICO 9 – Atuação do GAL.....	101
GRÁFICO 10 – Tipo de ressarcimento escolhido.....	106

LISTA DE SIGLAS

AID	Área de Influência Direta
APP	Área de Preservação Permanente
ART	Acomodação Residencial de Transição
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRC	Comitê Representante da Comunidade
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GAL	Grupo de Apoio e Gestão Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Pronto Atendimento Médico
PAR	Programa de Apoio à Reinstalação de Micro e Pequenos Negócios
PDDR	Plano de Ações para Reposição de Moradias, Remanejamento de População e Atividades Econômicas Instaladas em Áreas Requeridas para Implantação do PROSAMIM
PLAMAM	Plano de Desenvolvimento Local e Integrado de Manaus
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SPA	Serviço de Pronto Atendimento
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUS	Sistema Único de Saúde
ZFM	Zona Franca de Manaus
WEDO	Organização de Mulheres para Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A RE-PRODUÇÃO DO ESPAÇO AS MARGENS DOS IGARAPÉS E SEUS AGENTES SOCIAIS: A AÇÃO DO ESTADO E A POPULAÇÃO REMANEJADA PELO PROSAMIM.....	24
1.1 A utilização da categoria espaço e cotidiano no entendimento de dinâmicas urbanas específicas.....	24
1.2 A problemática das moradias em áreas inundáveis de Manaus e o PROSAMIM: O Estado como reordenador do espaço.....	27
1.3 A população a ser remanejada.....	38
2 A MULHER E O FEMININO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: GÊNERO E URBANIZAÇÃO.....	43
2.1 A industrialização e o urbano: reafirmando as desigualdades entre homens e mulheres.....	44
2.2 As relações de gênero e sua utilização no entendimento do urbano.....	53
3 A CIDADE SUSTENTÁVEL COMO NOVO PARADIGMA DE URBANIDADE E O PAPEL DA MULHER NA CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA AMBIENTALMENTE JUSTO: ANALISANDO O PROSAMIM.....	59
3.1 Problemática ambiental urbana: indo além do debate ecológico e compreendendo a questão social.....	60
3.2 Cidades globais e sustentáveis: contextualizando o PROSAMIM a partir do financiamento do BID.....	63
3.3 As cidades sustentáveis e as mulheres: a inserção feminina no discurso.....	72
3.4 A mulher e o acesso à moradia e à infra-estrutura urbana: a abordagem de gênero pela perspectiva do PROSAMIM.....	77
4 O COTIDIANO NOS IGARAPÉS E NAS NOVAS MORADIAS.....	82
4.1 A vida nos igarapés Bittencourt, Manaus e Mestre Chico.....	82

4.1.1	Relações de vizinhança.....	93
4.1.2	Acesso aos serviços de saúde e à educação.....	97
4.1.3	Serviços de saneamento.....	99
4.1.4	A ausência de lideranças comunitárias e a atuação do GAL.....	100
4.2	A perspectiva da ruptura com o cotidiano conhecido: a procura por novas moradias	102
5.	AS MULHERES DO PROSAMIM.....	108
5.1	A situação das mulheres que receberam bônus-moradia.....	112
5.2	A realidade de quem recebeu indenização.....	120
5.3	A vida no conjunto Nova Cidade.....	124
5.4	A situação de quem ficou um período de tempo pagando aluguel.....	131
5.5	Parque Residencial Manaus.....	132
5.6	Reflexões sobre o re-estabelecimento do cotidiano.....	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	161
	APÊNDICE A.....	167
	APÊNDICE B.....	169

INTRODUÇÃO

Programas e projetos de revitalização urbana são realizados em muitas cidades no Brasil. No entanto, especialmente nas cidades localizadas em grandes bacias hidrográficas, como Manaus, a revitalização urbana assume um importante papel sócio-ambiental, enquanto o empreendimento de valorização imobiliária é maquiado por um discurso de proteção ao meio ambiente.

Este é sem dúvida o caso do PROSAMIM, no qual os igarapés urbanos serão saneados e as populações residentes removidas até a sua totalidade. Programas como estes têm seus discursos pautados por princípios que visam amenizar a pobreza por meio de várias ações, dentre as quais algumas voltadas para a problemática da habitação. Entretanto, por meio de uma análise mais minuciosa de suas estratégias, conclui-se que este não é o foco principal, uma vez que o fato de que questões relacionadas à segregação sócio-espacial urbana contemplam situações que ultrapassam a aquisição da casa própria.

A situação de pobreza observada nas moradias dos igarapés ultrapassa o viver em uma casa sem as condições mínimas de salubridade. A carência é refletida também no acesso aos serviços e equipamentos urbanos, à educação, a trabalhos dignamente remunerados e ao atendimento dessas necessidades de acordo com as especificidades de cada agente social, ou seja, é inviável conceber políticas urbanas que busquem maiores padrões igualitários entre os cidadãos, sem considerar as diferenciações existentes.

Assim, observa-se que para “amenizar a pobreza”, termo bastante utilizado pela instituição financeira internacional financiadora do programa, as reflexões e ações necessitam avaliar outros aspectos, pois somente a moradia não é capaz de inserir as populações residentes nos igarapés em um contexto de vida urbana mais satisfatório. Ao contrário,

dependendo das condições e localização da nova casa, a mudança pode contribuir ainda mais para acentuar as desigualdades existentes.

Conforme sustenta Rodrigues (2003), ao se remover a favela leva-se para mais longe os seus moradores e a sua pobreza, ou seja, a situação de miséria continua, sendo apenas transferida de lugar.

O espaço urbano não é homogêneo, ele congrega diferenças. As pessoas que nele se inserem possuem suas especificidades e a forma como interagem com o lugar resulta em diferentes configurações espaciais. Diante desta perspectiva, pensar políticas urbanas sem considerar as diferenças ou considerá-las parcialmente, sejam elas relacionadas à idade, questão cultural, étnica ou de gênero, pode vir a tornar tais políticas ineficazes.

Sob essa ótica, observa-se que as especificidades de cada agente social, em especial da mulher, não são consideradas ou então o são de forma deficiente no momento da formulação de políticas urbano-ambientais, o que acaba por contribuir para maior e contínua reprodução da segregação verificada nas cidades. Uma das vertentes que justificam a consolidação desta conjuntura seria o fato da cidade ser, na maioria das vezes, analisada e estudada a partir do macro espaço, ou seja, do espaço público, pondo em segundo plano o espaço privado, da família, da casa e das relações que neste se dão.

Ao se refletir sobre a cidade restringindo-se ao âmbito público, anula-se o fato de este espaço público ser fortemente influenciado e influenciador do espaço privado, do espaço particular das famílias, visto que o paradigma do público está com suas bases fincadas em um modelo patriarcalista presente em toda a ordem social fazendo com que a sociedade seja organizada segundo o princípio do primado da masculinidade.

Desta forma, quando se almeja estabelecer discussões a respeito do espaço privado é impossível não trabalhar os personagens principais que permeiam este universo, que são as famílias, instituições estas que no seu interior contribuem de forma decisiva no acirramento

da situação desvantajosa da mulher na sociedade, tendo em vista a raiz patriarcal que ainda permanece apesar das mudanças contemporâneas e que contamina toda a estrutura social. Daí a necessidade de se analisar os impactos de um programa de cunho ambiental no espaço urbano avaliando as conseqüências deste sobre o cotidiano feminino.

A contextualização acima nos remete a reflexões sobre a importância e necessidade de se considerar a problemática ambiental a partir da complexidade, que propõe reforma no conhecimento criticando o paradigma da simplicidade, onde se separam as partes para se conhecer o fenômeno. O intuito aqui não é discutir a complexidade enquanto ferramenta metodológica, mas entender o PROSAMIM não apenas pelas suas partes, mas pela interdependência entre elas, ultrapassando a razão instrumental por uma razão crítica, entendendo que a complexidade se constitui considerando a postura do pesquisador diante do seu “objeto”, na procura de entender o complexo do todo.

Não se busca determinar comportamentos definitivos de homens e mulheres e muito menos esgotar o tema, até porque estes estão constantemente em processo de construção e desconstrução e seria simplista almejar o estabelecimento de atitudes a partir de idéias pré-concebidas. O que se propõe na realidade é analisar, refletir e contextualizar atitudes expostas no espaço urbano por um segmento específico da sociedade e que podem ser reflexo, em maior ou menor grau, das mudanças ocorridas em decorrência das políticas executadas na cidade.

O trabalho aqui apresentado não tem por objetivo estabelecer um comparativo entre a vida nos igarapés e os impactos do remanejamento para homens e mulheres, mas sim analisar a apropriação diferenciada do espaço urbano pela mulher a partir da contextualização de vida desta que reflete condutas e comportamentos já cristalizados nas relações sociais denotando, assim, as especificidades de gênero, sendo, portanto imprescindível ver a realidade da mulher como resultante da significação das relações de poder entre homens e mulheres. Assim, o que

é vivido hoje no universo feminino, é resultante de uma cultura sexual que determina um estereótipo separando desde quando crianças indivíduos que devem agir masculinamente ou femininamente, conforme a cultura em que estão inseridos, até mesmo porque a categoria gênero é relacional, já que nasce do confronto com o outro por meio de inúmeros mecanismos sociais diluídos na educação e em outras instituições.

Assim, partindo do princípio de que as diferenças de gênero são construções sociais, as considerações que serão feitas neste trabalho sobre o gênero feminino referem-se a um tipo particular de sociedade, a sociedade ocidental moderna capitalista, dentro de um contexto histórico social determinado e em um lugar específico.

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa que possui como objetivo principal discutir e analisar a produção e reprodução do espaço urbano a partir do remanejamento de famílias das áreas dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, pela perspectiva da mulher tendo em vista, ao verificar o cotidiano das famílias, o direito feminino de acesso aos equipamentos urbanos, ou utilizando as palavras de Lefebvre (2001), o direito à cidade, à vida urbana transformada e renovada. Na busca por este objetivo maior, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: compreender o processo de organização espacial por meio do PROSAMIM; analisar o PROSAMIM e suas implicações para o remanejamento de populações; realizar levantamento sócio-econômico e demográfico nas áreas dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e verificar as mudanças ocorridas em decorrência do remanejamento pela visão da mulher.

A hipótese de trabalho utilizada foi de que as transformações ocorridas no espaço urbano em decorrência do remanejamento de famílias afetam de forma diferenciada homens e mulheres, sendo que, devido ao papel exercido pelas mulheres na família, coloca-as como o principal agente sofredor das mudanças ocorridas no seu entorno.

Aplicou-se a pesquisa participante para registro, operacionalização, compreensão e análise das informações obtidas tanto quantitativa quanto qualitativamente. A pesquisa participante pode ser entendida como o estudo abrangente de um grupo humano em seu ambiente e vida, onde o pesquisador por meio do contato com os membros do grupo apreende o modo de vida, as idéias e motivações dos sujeitos da pesquisa. O maior ou menor contato com os sujeitos da pesquisa e seu local de vida varia de acordo com o tipo de problema a ser abordado na pesquisa.

A estratégia metodológica utilizada no alcance dos objetivos estabelecidos consistiu na seguinte estrutura dividida em quatro etapas.

A primeira, e que se estendeu no decorrer de todo o trabalho, foi a pesquisa documental e bibliográfica. Nesta etapa, por meio de documentos referentes ao PROSAMIM procurou-se compreender e refletir sobre as ações a serem realizadas pelo Programa pertinentes ao remanejamento das populações dos igarapés, tendo a pesquisa bibliográfica alicerçado teoricamente os temas abordados no decorrer de todo o trabalho.

A segunda etapa consistiu em pesquisa de campo junto aos moradores ainda no igarapé para verificar a realidade vivida e então poder analisar de maneira mais consistente as mudanças ocorridas em decorrência do remanejamento. Na coleta de dados foram utilizados formulários com questões abertas e fechadas, sendo aplicados no total, noventa formulários de forma aleatória, trinta por igarapé. A análise desses dados pôde revelar informações que complementam as observações realizadas na segunda etapa do trabalho, indicando novas questões para investigação.

O intuito da aplicação dos formulários era atingir o objetivo referente ao levantamento sócio-econômico e demográfico das populações estudadas e assim conhecer mais a fundo o cotidiano destas populações, bem como estabelecer o contato preliminar para a segunda etapa do trabalho.

O formulário (Apêndice A) era composto por questionamentos abertos e fechados e estava dividido em três conjuntos de questões que se subdividiam em blocos de abordagens e um espaço a ser preenchido pelo próprio pesquisador sobre as condições físicas da casa. O primeiro conjunto tratava de questões referentes a dados pessoais e de escolaridade. O segundo trazia perguntas sobre a situação sócio-econômica dos moradores dos igarapés, enquanto o terceiro conjunto dizia respeito a dados sobre habitação e informações sobre o PROSAMIM.

Utilizou-se da observação direta intensiva, procurando captar os fenômenos tal como eles ocorrem espontaneamente tanto dentro das famílias como nas mudanças ocorridas na paisagem como um todo.

Situada no universo da pesquisa qualitativa, adotou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro temático que se constituiu em uma entrevista semi-estruturada (Apêndice B), constituindo a terceira etapa do trabalho. A construção paulatina deste instrumental, atualizada a cada entrevista realizada, contribuiu para um melhor entendimento do fenômeno estudado, ou seja, compreensão dos discursos e seus significados no mundo em que se apresentam. Isto se deu pela singularidade de cada realidade, onde as situações diferenciadas, em alguns momentos, direcionaram os questionamentos e as observações.

Em se tratando de pesquisa que intenciona aproximar-se de um universo subjetivo do sujeito, é importante o cuidado com esta singularidade, seu ritmo, contexto e a relação intersubjetiva, inclusive, com o entrevistador (STASEVSKAS, 2004).

Esta etapa do trabalho considerou um número de doze domicílios, utilizando-se como critério de escolha: (1) a possibilidade de contato com o núcleo familiar, visto que uma das dificuldades encontradas após a mudança de casa foi manter o contato devido à mudança ou desativação de números de telefone; (2) a existência de mulheres nessas famílias, uma vez que na primeira fase encontrou-se núcleos familiares formado pelo pai e filhos; (3) a

disponibilidade em participar da pesquisa e (4) a existência dentre este quantitativo de, pelo menos, um exemplar de cada tipo de ressarcimento oferecido pelo PROSAMIM, ou seja, que existissem exemplos de mulheres que fornecessem realidades dos quatro tipos de opções. Procurou-se estabelecer contato com mulheres que estivessem na faixa etária entre vinte e sessenta anos, para se ter uma visão de mulheres que estão em idade de exercer alguma atividade remunerada ou mesmo quando aposentadas ainda utilizam de forma intensa os equipamentos e serviços urbanos.

O roteiro foi estruturado de acordo com os temas de interesse e abordou itens referentes: aos trâmites para escolha e aquisição da nova moradia, às relações com familiares e vizinhos, à satisfação com a casa, ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos, ao dia-a-dia no novo lar, aos pontos positivos e negativos sobre a antiga e nova morada e espaço aberto para considerações pertinentes.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia, sendo que além da entrevista fora realizada a observação direta intensiva, totalizando em média duas horas e meia, cada visita. No entanto, em alguns casos este tempo foi ultrapassado e mais de uma visita ao local foi necessária. As entrevistas foram transcritas mediante consentimento livre esclarecido aprovado junto com o projeto previamente pelo CEP e assinado pelas entrevistadas.

Após os discursos e observações colhidas procederam-se as primeiras etapas de análise, concretizando assim a quarta etapa. Em primeiro lugar, tabularam-se as informações contidas nos formulários e estabeleceu-se a análise, visando apreender a realidade das famílias residentes ainda nos igarapés. Em seguida, efetuou-se a apreciação das entrevistas. Em um primeiro momento, estudou-se cada entrevista separadamente de forma a promover uma compreensão individual de cada mulher entrevistada, um entendimento de sua história por

meio dos dados coletados e a partir deste universo de informações captar as mudanças ocorridas em seu cotidiano em decorrência da mudança do igarapé.

Sendo assim, a dissertação está dividida em cinco capítulos: o primeiro, “A reprodução do espaço às margens dos igarapés e seus agentes sociais: a ação do Estado e a população remanejada pelo PROSAMIM”, tem por finalidade analisar a categoria espaço na compreensão das dinâmicas urbanas, tratando dos agentes envolvidos no processo de remanejamento proporcionado pelo PROSAMIM.

O segundo, “A mulher e o feminino no mundo contemporâneo: gênero e urbanização”, procura contextualizar a situação da mulher, atrelando a atualidade a uma estrutura social consolidada ao longo das décadas.

Já o terceiro, “A cidade sustentável como novo paradigma de urbanidade e o papel da mulher na constituição de um sistema ambientalmente justo: analisando o PROSAMIM”, analisa a realidade das cidades globais e sustentáveis, considerando o papel da mulher nesse contexto procurando inserir o PROSAMIM na discussão e as ações que o referido Programa tem efetuado com o intuito de contemplar a mulher dentro desta perspectiva.

O quarto, “O cotidiano nos igarapés e nas novas moradias”, traz os resultados e discussões da pesquisa, por meio da análise do cotidiano das famílias ainda residindo nos igarapés e após o remanejamento.

Finalmente o quinto, “As mulheres do PROSAMIM”, traz os relatos de forma detalhada das entrevistas realizadas.

Ao término do trabalho, são realizadas considerações e reflexões gerais sobre a pesquisa, demonstradas por meio das realidades que emergiram no cotidiano das mulheres quando ainda moravam nos igarapés e após o remanejamento.

1 A RE-PRODUÇÃO DO ESPAÇO ÀS MARGENS DOS IGARAPÉS E SEUS AGENTES SOCIAIS: A AÇÃO DO ESTADO E A POPULAÇÃO REMANEJADA PELO PROSAMIM

1.1 A utilização das categorias espaço e cotidiano no entendimento de dinâmicas urbanas específicas

As sociedades ao longo de sua história vão imprimindo suas marcas por meio do modo de apropriação do espaço, isto é, no uso do espaço, onde este por sua vez é a materialização concreta de relações sociais que se realizam, sendo reproduzidas paulatinamente.

Conforme assinala Carlos (2001), em sua visão permeada pelo pensamento de Lefebvre,

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço (CARLOS, 2001, p.11).

A sociedade ao transformar a natureza produz e reproduz diferentes espaços, assim, o espaço torna-se resultado de processos sociais, sendo também meio e condição para esses processos.

Para Lefebvre, o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação, ou seja, são as atividades executadas pela sociedade nas suas mais variadas dimensões que fazem com que esse espaço seja reproduzido constantemente. Num plano individual, por exemplo, ele não só apresenta o local onde

ocorrem os eventos (a função do receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social) (GOTTDIENER, 1997).

Carlos (2001), apontando Lefebvre, diz que as relações sociais possuem tanto existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando. Em vez de reduzir o espaço a meros meios de produção, Lefebvre considera-o uma das forças de produção, por isso analisado como um organismo político e um elemento na luta de classes.

Lefebvre sustenta que o espaço possui no modo de produção o mesmo nível ontológico que o capital e o trabalho, e as relações espaciais representam uma fonte rica e constante de contradições sociais, podendo assim ser objeto de estudo das relações sociais.

Partindo desta premissa, nesta mesma perspectiva insere-se o espaço urbano, o qual contém e está contido pela sociedade, sendo resultado, meio e condição para sua existência.

Nota-se a adequação de se fazer uso do espaço no entendimento de ocorrências urbanas singulares, já que o espaço urbano é produto de uma dada formação social, da forma como os mais diversificados grupos sociais se apropriam e fazem uso desse espaço a partir de suas especificidades, sendo este espaço a própria sociedade, refletindo momentos peculiares dentro das cidades. Estes momentos específicos podem ser retratados por meio do cotidiano, onde se torna imprescindível tratar o lugar, pois é neste que as sociabilidades são reconstruídas e a materialidade da produção do espaço pode ser melhor compreendida a partir das dimensões particulares.

Santos (1996) escreve que o cotidiano é uma espécie de quinta dimensão do espaço que permite entender o conteúdo geográfico. Muito além do banal, do repetitivo, o cotidiano revela impressões fundamentais no entendimento macro do fenômeno urbano, permitindo a investigação da realidade.

[...] o cotidiano é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança de vida e de transformação do virtual que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, mas se refere às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade que só se desenvolve tendo o espaço como meio e condição (OLIVEIRA, 2003, p. 138).

No cotidiano é que se encontra o vivido, o espaço transformado em lugar, plenamente concreto. Conforme revela Lefebvre (1991, p.27), “é no cotidiano que as pessoas ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido; não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre”. Esse mesmo cotidiano vai refletir a forma como o espaço urbano é produzido, visto que deve ser entendido como a totalidade que aglutina diversas ações determinando a produção do espaço.

Assim, analisar a cidade, sua complexidade a partir da captação de aspectos do cotidiano das famílias nos igarapés e as mudanças ocorridas neste cotidiano decorrentes de ações do PROSAMIM, como o remanejamento, adequa-se na perspectiva da utilização da categoria espaço tendo como parâmetro as várias singularidades que compõem a cidade. Frente à problemática ambiental, o espaço também se apresenta como categoria fundamental de análise no auxílio à compreensão das formas pelas quais as relações societárias produzem e reproduzem a natureza, ou seja, produzem e reproduzem o espaço social (RODRIGUES, 1996).

Neste trabalho procurar-se-á mostrar que ações generalizadas podem vir a afetar de forma específica e diferenciada o cotidiano dos diversos agentes envolvidos, no caso aqui específico, o da mulher.

1.2 A problemática das moradias em áreas inundáveis de Manaus e o PROSAMIM: o Estado como reordenador do espaço

A partir da avaliação da paisagem torna-se possível identificar as características naturais e humanas que possibilitam desvendar as relações complexas que compõem a maneira como a sociedade se organiza em cada período de tempo, uma vez que o grande desafio consiste em compreender como as relações sócio-espaciais, decorrentes das estruturas sociais e produtivas, são formuladas levando em consideração a natureza.

No caso da paisagem urbana, é difícil separar o que é natural do artificial, tendo em vista que como um elemento da paisagem, a natureza acaba sendo o resultado de inúmeras modificações decorrentes das ações do homem, considerando que a natureza enquanto espacialidade pode ser produzida e reproduzida. Na cidade de Manaus, um exemplo bastante significativo da contribuição da natureza para a produção do espaço social se dá mediante a ocupação das margens dos igarapés de forma espontânea, concebida de forma aleatória por populações menos favorecidas em busca de um imóvel próprio (RIBEIRO FILHO, 1999). Verifica-se assim, diferenciações nos modos de apropriação da cidade apontando para características do desenvolvimento desigual, o que demonstra que tais áreas são majoritariamente ocupadas por segmentos pobres da sociedade (OLIVEIRA, 2003).

Os cursos d'água que cortam a cidade foram ocupados sofrendo alterações e degradação, muitas de forma irreversível (LEVI, 2006). As situações de conflito urbano-ambiental no município configuram-se como: avanço das fronteiras da área urbanizada, especialmente sobre florestas nativas; ocupação irregular de APP's, como as margens dos igarapés e de áreas ambientalmente frágeis às margens do Rio Negro e outras encostas instáveis; déficit crescente da infra-estrutura no recolhimento e destinação de esgotos

sanitários e insuficiência no sistema de coleta dos resíduos sólidos nas áreas de ocupação irregular (COHRE, 2006).

As “invasões” às margens dos igarapés constituíram-se em fator de expansão da malha urbana da cidade, sobretudo a partir dos anos 70. No entanto, pelo fato das áreas dos igarapés com maior densidade se localizarem próximas ao Centro e já apresentarem, em 1991, taxas elevadas de ocupação, houve a impossibilidade de se construir novas casas (OLIVEIRA; COSTA, 2007).

Dois ocasiões se mostram relevantes no momento de caracterizar e refletir sobre o urbano em Manaus, levando em consideração a moradia nos igarapés: economia da borracha e a implantação do modelo Zona Franca.

De acordo com Souza (1999), em 1850 tem início um período no Estado, que iria influenciar diretamente na produção do espaço da cidade, o Período da Borracha, sendo este determinante no processo de urbanização da cidade. Nesta época, a cidade começa a viver uma relevante transformação no seu tecido urbano, com interesses estéticos e funcionais. Em decorrência do crescimento econômico por meio da produção da borracha, nos anos entre 1890 e 1920, a cidade sofreu transformações marcantes em sua estrutura urbana: construiu-se o porto e o mercado, abriram-se avenidas e urbanizaram-se praças, novas residências foram edificadas, alguns igarapés centrais foram aterrados, a capital ganhou iluminação pública razoável e sistema telefônico modesto, construiu-se o Teatro Amazonas e procedeu-se o calçamento de um grande número de ruas (AB’SABER, 1953).

A atividade monoextrativista dota a cidade de Manaus de um novo perfil, sendo este definido e gerenciado por um grupo específico, grupo este de extrativistas e aviadores possuidores de relações diretas, tanto com o capital financeiro internacional como com o poder público local.

A necessidade de transformar a cidade “atrasada” em moderna é uma exigência da nova função que a cidade deverá assumir.

[...] a modernidade em Manaus não só substituía a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos (DIAS, 1999, p. 32).

Não são atuais os desencontros e a ineficácia das políticas de ordenamento do urbano, pois não é inédito o fato de gestores públicos importarem modelos que pretendem dotar a cidade de uma imagem civilizada, mostrando a incapacidade de atender aos anseios do homem amazônico na sua complexidade, onde o tempo e o espaço assumem um caráter, no mínimo singular. Assim, observa-se o desencontro histórico entre os anseios dos usuários da cidade e os gestores públicos.

A cidade que se apresentava naquele momento era pensada e projetada para o conforto dos investidores, desconsiderava os igarapés, os antigos costumes e tudo aquilo que lembrava uma cidade atrasada. Era preciso dar lugar ao “novo”.

Dias (1999, p. 130) coloca que “para alguns observadores, o desenvolvimento e o progresso da cidade foram acompanhados de um quadro muito grande de miséria”. Para esta autora, procurava-se captar uma imagem da cidade na exata proporção de suas finalidades, informando ao mundo as potencialidades da região, as oportunidades de investimento e o desejo de mostrar a capacidade de acompanhar o mesmo ritmo de progresso e prosperidade de outros centros. No entanto, aqueles que tinham a oportunidade de observar o cotidiano da cidade notavam que a realidade era amplamente contraditória. Nem todos aqueles que aqui estabeleceram suas vidas desfrutavam das mesmas condições de sobrevivência daqueles que usufruíam diretamente dos benefícios propiciados pela exploração da borracha, provocando a formação de espaços diferenciados e excludentes.

Em 1907, ocorreu queda significativa dos preços da borracha, em decorrência da entrada da borracha asiática no comércio internacional.

“Chega-se a década de vinte com a cidade de Manaus vencida, já que se passara quase meio século com toda a economia voltada para a borracha, sem que fossem criadas alternativas para a produção de uma cidade perene” (OLIVEIRA, 2003, p. 46).

A decadência da economia gomífera atingiu de forma direta todo o Estado do Amazonas e, principalmente, Manaus. A diminuição do preço e da produção determinou a saída dos seringais e a migração da população envolvida no processo produtivo que, sem condições de retornar a seu local de origem, permaneceu em Manaus (OLIVEIRA, 2003).

Esta realidade econômica pela qual o Amazonas passava refletiu também em aspectos relacionados à moradia em Manaus. “Houve proliferação de estâncias e de moradias precárias na área central da cidade, especialmente seguindo o curso dos igarapés” (OLIVEIRA, 2003, p. 78). Neste momento, tem origem a cidade flutuante, reflexo da crise de emprego e da falta de habitação. A cidade flutuante representava uma alternativa mais viável de moradia àqueles que não tinham condições de habitar em terra, visto que morar em terra firme era necessário possuir recursos para comprar um terreno e sobre as águas não.

Em virtude da situação frágil na qual o Amazonas encontrava-se imerso houve o discurso por parte do poder central em integrar a Amazônia ao restante do país.

Em 1953, foi regulamentado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia no Governo de Getúlio Vargas, o que definiu a área da Amazônia Legal e a criação da SPVEA. Porém, os resultados alcançados na região por conta da atuação da SPVEA não supriram as expectativas devido à falta de recursos e empenho político.

A política de integração da Amazônia torna-se mais agressiva a partir dos anos 60, atingindo o Amazonas no final da década, por meio principalmente da criação da ZFM e

implantação do Distrito Industrial, que tiveram influência significativa na produção do espaço urbano e, conseqüentemente, na paisagem manauense.

A cidade tornou-se um centro de atração, primeiramente por conta dos atrativos fiscais que fizeram com que várias empresas se instalassem no Distrito Industrial e em segundo lugar pelo aumento do fluxo migratório para a capital, provocado por tal situação.

Com a implantação do Distrito Industrial de Manaus, a cidade cresceu de forma acelerada entre os anos 60 e 80 (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da população em Manaus e média de crescimento entre 1960 e 1980

ANO	NÚMERO DE HABITANTES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1960	175.343	
1970	311.622	77,7
1980	613.065	96,7

FONTE: IBGE, 2003.

Um dos aspectos marcantes resultante desse crescimento populacional foi o reflexo direto nas ocupações de áreas impróprias para moradia, ocasionando o agravamento de impactos sócio-ambientais provocados pelas invasões em áreas verdes e igarapés. Conforme Caetano (1998, p. 77), “do total de imigrantes que Manaus recebeu na década de 70, a maioria, ou melhor, 98,5%, buscaram as áreas urbanas”.

De acordo com Melo e Moura (1990, p. 470),

A população de Manaus totalizou 633 mil habitantes em 1980 e durante o período de 1960/80, o ritmo de crescimento efetivo elevou-se 6,4% e 8% ao ano nas décadas de 60 e 70, respectivamente, refletindo a importância que a migração teve na evolução populacional da capital amazonense, sendo que a maioria da população que chegou à cidade após 1967 veio do interior do Estado.

A cidade cresceu, foram criados bairros da noite para o dia e as ocupações nos igarapés agravaram os problemas ambientais precarizando, ainda mais, as condições de moradia da população de baixa ou sem nenhuma renda.

Frente a esta realidade de expansão da cidade, na década de 70, com menos de dez anos da criação da ZFM, o Estado por meio de suas ações que se dão em três níveis político-administrativos – federal, estadual e municipal – surge como o organizador espacial da cidade.

Conforme afirma Corrêa (2002, p. 24), “o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos”.

Dentre os vários instrumentos que o Estado pode empregar em relação ao “ordenamento” do espaço urbano, estão investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infra-estrutura. Esta atuação do Estado insere-se de forma pertinente à problemática dos igarapés em Manaus e à inserção deste problema na elaboração de planos diretores na cidade.

Em 1975, foi aprovado o PLAMAN. Desde essa época havia a preocupação com a reordenação do solo urbano, tendo como uma das ações prioritárias para reverter a situação em que já se encontravam as margens dos igarapés que entrecortam a capital manauense, o remanejamento de famílias de áreas consideradas inadequadas para ocupação, considerando como zonas de remanejamento prioritário: a zona central, as margens dos igarapés Mestre Chico, Bittencourt, Manaus, São Raimundo e do Estuário do Educandos, os bairros situados na zona sudeste e as invasões (BRASIL, 1975).

O PLAMAN tinha como uma de suas prioridades a preservação dos igarapés, conforme disposto em seu Artigo 8º: “deverão ser preservados de ocupação através de

regulamentação específica, áreas que constituam patrimônios paisagísticos ou destinadas à proteção dos cursos de água, bem como necessárias à obtenção de melhores condições ambientais” (BRASIL, 1975).

O que se pode observar é que no ano de 1975 já existiam, no papel, medidas que se mostravam expressivas para as áreas dos igarapés. Tais medidas não foram executadas e o processo de ocupação, que já vinha ocorrendo, dificultou ainda mais o fornecimento de serviços de infra-estrutura e saneamento básico, frente à velocidade em que o processo de ocupação se dava.

Vinte cinco anos após o PLAMAN, Manaus era constituída por uma população predominantemente urbana, 99,1%, com características específicas. O Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano em Manaus (2006) apresenta a capital como um município com baixa densidade demográfica urbana em decorrência da expansão ocorrida nas últimas décadas em que a cidade se esparramou pelos extensos platôs no sentido norte, predominando as ocupações espontâneas que ocorrem na franja urbana, transformando a floresta em cidade.

Considerando as particularidades encontradas no perímetro urbano manauense, com o passar das décadas o poder público viu-se diante da necessidade de planejar novos modelos de controle urbano devido à expansão acelerada da área urbana e, como fator de grande impacto, os problemas ambientais decorrentes de ocupações populacionais inadequadas.

Em 2002, foi publicado o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus. No novo Plano Diretor nota-se novamente a preocupação com a proteção dos igarapés, tendo sido criado o Programa de Proteção e Valorização dos Ambientes Naturais e dos Cursos d'água, tendo como objetivo “a proteção dos rios e igarapés e de suas margens e a conscientização da população para a sua conservação e fiscalização” (MANAUS, 2002). No decorrer do documento fica explícita a ação de remanejamento de pessoas das margens dos igarapés. Porém, nada de expressivo foi realizado pela prefeitura que realmente caracterizasse

preocupação com os “fatores sócio-ambientais da cidade”, fatores fixados nas diretrizes do documento.

No que concerne ao discurso de revitalização dos igarapés surge o PROSAMIM. Este é um programa de intervenção do Estado de revitalização ambiental-urbana possuindo atuação direta em igarapés de cidade. A premissa do programa está calcada na resolução de problemas ambientais e sociais do município de Manaus, principalmente no que diz respeito à questão da moradia em áreas alagadas.

O Programa coincide com os planos diretores já elaborados no que diz respeito ao intuito de modificar a paisagem nas áreas dos igarapés. Sua característica prioritária é a recuperação de áreas urbanas degradadas, como os igarapés, ou como diz o enunciado do Programa “revitalizar” a bacia hidrográfica do Educandos. O ponto mais destacado no Programa e que é grande instrumento de propaganda do governo estadual, refere-se à melhoria das condições de moradia, com o remanejamento das populações em áreas consideradas de risco e vulneráveis no aspecto ambiental.

O PROSAMIM se enquadra bem no que Carlos coloca (2001, p. 14) em relação à ação do Estado por intermédio do poder local. Segundo a autora, o “Estado ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia antigos habitantes, criando um espaço de dominação”. Conforme propõe Rodrigues (2003), a preocupação e atuação do Estado em intervir em determinados espaços dentro das cidades, em especial em locais considerados impróprios para a moradia como as favelas, é marcada principalmente por duas propostas básicas: erradicação da favela, por meio da remoção dos moradores e liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados que, sem dúvida, interferem no preço da terra das imediações. Como sempre, a população de baixa renda é um empecilho para as ações de embelezamento da cidade, constituindo-se em um “mal” que precisa ser banido.

Ainda é cedo para afirmar, mas dependendo dos rumos que o processo de reprodução dos espaços revitalizados pelo PROSAMIM tomará, poderá haver uma fragmentação, homogeneidade e hierarquização desses espaços, na medida em que os mesmos terão a possibilidade de se tornarem amplamente valorizados.

As mudanças na paisagem de determinadas áreas de Manaus serão significativas com as obras do PROSAMIM. Conforme assinala Fix (2001), a doutrina ecológica bastante difundida coloca as populações pobres como as responsáveis pelos danos ambientais, sendo que a iniciativa privada, em alguns casos, estabeleceu empreendimentos em locais inapropriados ou instalados de forma não condizente, causando danos complexos aos ecossistemas dos igarapés, visando na maioria das vezes favorecimentos a uma minoria.

Iniciativas semelhantes ao PROSAMIM, no que diz respeito ao remanejamento de famílias de áreas específicas do espaço urbano, já foram realizadas em outras cidades brasileiras como Belém e São Paulo.

Belém, da mesma forma possuidora de igarapés cortando a cidade, teve esses espaços habitados por famílias que viram ali uma alternativa de moradia frente às limitações sempre existentes quando uma determinada cidade passa por um acelerado crescimento demográfico. A opção encontrada para solucionar o impasse fora o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Apresentado pelo Governo do Estado do Pará, o projeto teve por objetivo a drenagem, retificação e revestimento de canais, que fazem parte da Bacia do Una e previu o remanejamento de 2.800 famílias (UFPA, 2001). O referido projeto, assim como parte do PROSAMIM, teve financiamento do BID.

O BID ao financiar projetos de natureza urbana, visa não apenas reduzir as desigualdades e a pobreza, conforme colocado no Documento de País¹. Seu interesse está justamente no fato do setor urbano desempenhar papel estratégico no desenvolvimento

¹ Documento que fixa as diretrizes da instituição no país alvo de financiamento.

econômico do país, potencializando a produtividade urbana e buscando garantir a estabilidade macroeconômica (UFPA, 2001).

Já em São Paulo, pode-se citar o caso da Marginal do Rio Pinheiros, que vem sendo transformada num grande eixo de negócios e consumo, onde ocorreram dois casos de retirada de moradores para dar lugar a novas construções e novos interesses. Os casos foram a remoção das favelas do córrego Água Espreada e o deslocamento da população de classe média, para as obras de extensão da Avenida Farias Lima, esta colocada como a principal obra do então prefeito Paulo Maluf. No caso de São Paulo, fica claro que a retirada dos residentes desta área é uma exigência à expansão e implantação de grandes empresas (FIX, 2001).

Em ambos os casos, embora em realidades e dimensões diferentes, nota-se a necessidade de dotar a cidade de novos propósitos, obedecendo à lógica do capital. Em Belém, com o financiamento da obra pelo BID, percebe-se o interesse não apenas de minimizar os impactos da pobreza sobre os moradores dos igarapés, mas por trás desse interesse está o de dotar a cidade da infra-estrutura necessária para atrair o capital internacional. Assim, os moradores são surpreendidos por uma propaganda que diz ser necessário o sacrifício de saída do local onde vivem para este ser transformado em um lugar mais digno e salubre. Na realidade de São Paulo, o interesse em mega-projetos com o intuito de satisfazer as exigências de grandes empresas para suas instalações e assim alavancar as atividades voltadas aos negócios chamados transnacionais é mais explícita, ou seja, a população foi retirada com o objetivo bem definido de deixarem as áreas necessárias às obras de infra-estrutura “livres” (FIX, 2001).

Voltando agora para a realidade manauense, também verifica-se a ocorrência da valorização da área do PROSAMIM para grandes empreendimentos. Como exemplo tem-se o caso do supermercado Makro, que foi instalado em uma área já revitalizada próxima ao

igarapé Mestre Chico, embora tal realidade não seja destacada pelo Programa como uma das justificativas da obra. Na verdade, o Programa coloca como um dos principais motivos da intervenção, além da canalização dos igarapés, a solução da problemática da carência de habitação e da habitação imprópria para moradia/ocupação às margens dos igarapés.

Dentre as soluções propostas para modificar esta realidade, o Programa prevê: fornecer condições dignas de habitação com infra-estrutura básica; assegurar a regularização das áreas destinadas ao reassentamento de famílias; evitar novas invasões; equacionar os problemas urbano-habitacionais na área; proteger e estabilizar as margens dos igarapés; implantar novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, promover melhorias nas habitações, reassentamento e realocação da população das áreas de risco.

Algumas áreas sofrerão intervenção direta do Programa, AID's, que são aquelas objeto da maioria das intervenções em macro e micro-drenagem, água e esgotamento sanitário, sistema viário, urbanismo e reassentamento (PROSAMIM, 2007).

Com a proposta de retirada das famílias dos igarapés apresentada pelo Programa como uma solução para os problemas habitacionais destas áreas, surge outro problema inclusive previsto no próprio RIMA do Programa: o reassentamento involuntário das famílias. Nesse sentido, medidas eficazes e profundas que viessem a tratar o problema não foram executadas porque as implicações do remanejamento vão muito além de simplesmente retirar as famílias e colocá-las em outra unidade habitacional, consistindo em mudanças significativas na produção do espaço urbano, já que estes agentes sociais, personagens principais na ação do remanejamento demandarão além da nova moradia condições mínimas de sobrevivência, no que concerne à infra-estrutura urbana. Além disso, grande parte destas famílias mora há anos nesses locais, onde construíram e fortaleceram relações de toda ordem: econômicas, afetivas, políticas e outras mais. Ao remover essas famílias, o projeto alterará profundamente a vida de

cada uma, já que necessitarão reconstruir suas relações em meio a pessoas estranhas e em um ambiente físico distinto daquele ao qual estavam acostumadas.

1.3 A população a ser remanejada

Parte do PROSAMIM está sendo implantada na Bacia dos Educandos que possui uma área de 44,87 km², localizando-se na porção sudeste de Manaus e drenando para o Rio Negro com direção predominante N-NE. O Programa percorrerá 17 bairros, a saber: Centro, Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroado, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Bethânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus (SEINF, 2004).

De acordo com o PROSAMIM (2007), a população residente na área de interesse era de 342.167 habitantes, número que representava 24% da população da cidade de Manaus, sendo o número total de habitantes por bairro bastante heterogêneo. Além disso, foi abrangido o cadastramento de 3.875 palafitas, sendo 2.327 delas, diante das análises do Programa, localizadas em margens propícias a desabamentos ou em condições graves de insalubridade.

Três dos igarapés que estão inseridos nos objetivos do PROSAMIM e que forneceram subsídios para a realização do presente estudo foram: Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico (Figura 1), estes fazem parte da Microbacia do Igarapé do Quarenta, sendo esta localizada na Bacia de Educandos. A Microbacia do Igarapé do Quarenta, possui aproximadamente 38 km de extensão, largura média de 6 metros e profundidade média de 60 cm nos períodos de chuva (VALLE, 1998).

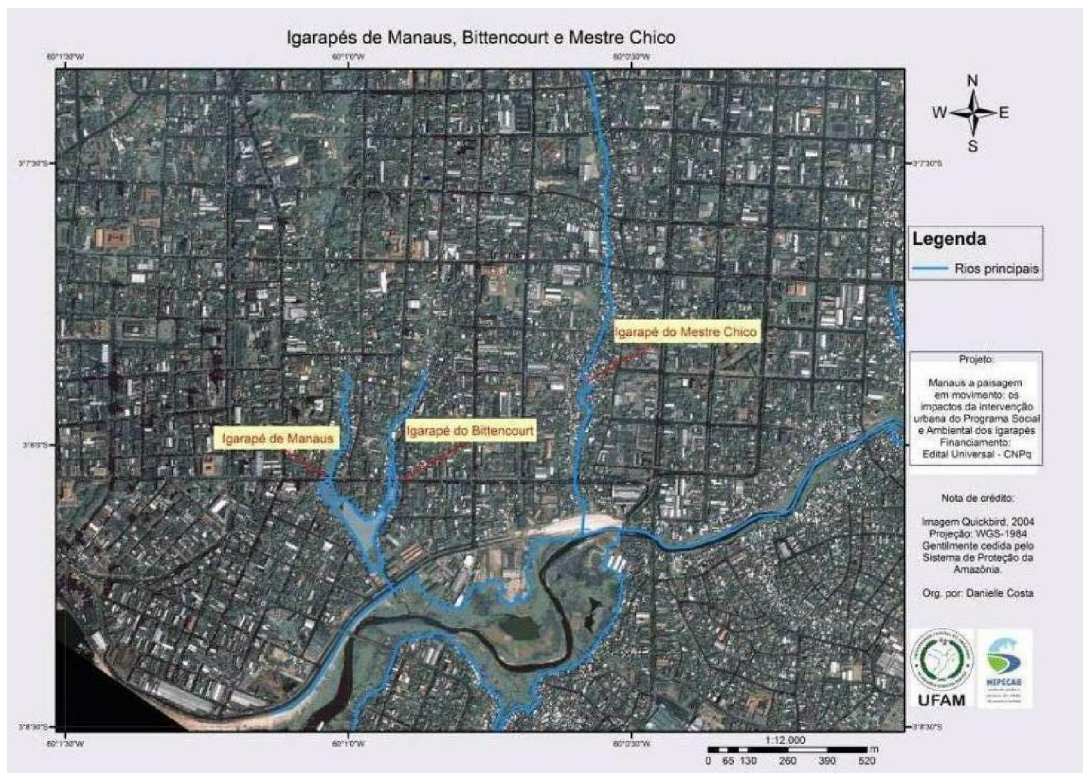


Figura 1 – Localização da área de estudo

FONTE: NEPECAB, 2007.

A escolha por esses três igarapés se deu em função dos seguintes fatores: suas obras obtiveram financiamento do BID; abrangem uma área considerável do centro da cidade, atingindo inclusive outros bairros, como Cachoeirinha e Educandos e possuem estimável destaque na mídia, devido à magnitude de suas obras.

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus, que divide a cidade em Unidades de Desenvolvimento Humano, os Igarapés Manaus e Bittencourt inserem-se na área “Centro”. A área apresenta 1,2 km² e população de 16.761 habitantes. Na área houve uma diminuição da renda *per capita* quando se relaciona o ano de 1991 e 2000, passando de R\$365,08 e R\$331,5, respectivamente. Desta forma, a proporção de pobres aumentou, passando de 13,7% para 23%. Em 1991, os 20% mais pobres se apropriavam de 3,1% da

renda e em 2000 estes se apropriavam de apenas 2% dessa renda. Em relação à vulnerabilidade familiar, houve um aumento do número de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, passando de 0,6% para 11%.

O Igarapé de Manaus possui sua nascente formada por três olhos d'água, localizados na base de uma encosta, dentro de uma propriedade particular. Ao longo de seu percurso corta importantes vias da cidade e concentra em sua bacia uma população de cerca de 15.000 habitantes.

O Igarapé Mestre Chico insere-se na área onde se encontra o Viaduto Cláudio de Souza. A área possui 1,3 km² e população de 16.446 habitantes. Na área, assim como na anterior, houve uma diminuição da renda *per capita* média passando de R\$306,5, em 1991, para R\$ 246,0, em 2000. A porcentagem de pobres passou de 19,6 em 1991 para 32,5 em 2000. Em 1991, os 20% mais pobres se apropriavam de 3,1% da renda enquanto em 2000 esse valor era de 2,7%. No local houve uma diminuição do número de mulheres de 15 a 17 com filhos, passando de 7% em 1991, para 5,1%, em 2000. Este igarapé tem sua cabeceira em uma área hoje densamente povoada, no final da Rua Paraíba, no Bairro Adrianópolis, cortando o Bairro da Cachoeirinha, numa área onde habitam cerca de 29.000 pessoas.

De acordo com o PDDR², o total de famílias a serem remanejadas nos igarapés Bittencourt, Manaus e Mestre Chico, são respectivamente, 329, 449 e 1067.

A partir de informações contidas no EIA/RIMA do Programa, será remanejada a população tanto que reside em áreas consideradas de risco como aquela que está em áreas em que serão realizadas as implantações de infra-estrutura por meio de intervenções de engenharia. As primeiras sofrerão reassentamento involuntário, considerando a diretriz geral de que a nova moradia estará circunscrita num raio de 1.500m, conforme exigências no BID.

² Plano elaborado como uma das exigências do BID, específico para os Igarapés Bittencourt, Manaus e Mestre Chico.

O grupo que se encontra nas áreas que serão utilizadas para a implantação de infraestrutura, segundo o EIA/RIMA, gozará das mesmas prerrogativas do primeiro. No entanto, as famílias pertencentes a este grupo serão também enquadradas nos grupos de negociação que oferecem algumas alternativas de moradia, sendo estas: famílias que desejam ser apenas indenizadas; famílias que desejam ser reassentadas em terreno no raio de 1.500m do lugar onde moram; famílias que desejam ser reassentadas em terrenos criados com aterramentos decorrentes das obras de drenagem; famílias que desejam ser reassentadas em terrenos com maior dimensão localizados na periferia de Manaus; famílias que desejam ser reassentadas em conjuntos habitacionais construídos pela política habitacional do Governo do Estado e famílias que desejam retornar ao lugar de onde migraram.

A partir das opções que o Estado apresenta para “sanar” o problema da moradia nos igarapés, nota-se que pensar as moradias nos igarapés é algo bem mais intrigante e reflexivo, pois ultrapassa a questão simplória de apenas considerar tais espaços inapropriados para moradia, de acordo com a concepção que paira na cabeça daqueles que observam a realidade dos moradores dessas áreas a partir de uma perspectiva externa, já que este espaço é um produto social, sendo assim materialização da concepção humana do morar, do habitar, enfim do viver. Corrêa (2002) trata da situação da seguinte forma,

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornando-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças (CORRÊA, 2002, p. 30).

É notória a real delicadeza em lidar com o remanejamento populacional, pois no lugar onde a população a ser remanejada se encontra, mesmo que aos olhos do agente externo pareça um lugar desordenado, inapropriado, para os que ali vivem, considerando todas as

dificuldades e carências, o lugar possui expressiva representatividade, a casa, independente da localização e das condições de moradia, possui um valor de uso vital. Portanto, a moradia nos igarapés em questão representa para o seu morador na maioria dos casos não um problema, mas uma solução que envolve aspectos como: não-pagamento de aluguel, economia com gastos de transporte, ou seja, é materialização da cotidianidade das pessoas que habitam tais lugares, representando a singularidade da relação sociedade-espço.

O intuito aqui não é fazer apologia à miséria, afirmando que as moradias nos igarapés na realidade em que se encontram são a melhor opção de habitação e que o centro possui a infra-estrutura necessária no atendimento aos anseios de seus moradores. Evidentemente, não é esse o caso. O grande questionamento é a forma como se dá o desenvolvimento de programas como o PROSAMIM que visam o remanejamento de famílias, os reais interesses e se os impactos causados no cotidiano daqueles afetados diretamente são considerados no momento de formulação e execução das ações destinadas ao urbano. Impactos estes que se considerados a partir das especificidades de cada um dos agentes sociais que já foram e serão remanejados tornam-se ainda mais significativos, uma vez que as mudanças não atingem da mesma forma e com a mesma intensidade a todos. Portanto, conforme assinala Oliveira e Costa (2007), antes de entender áreas como as dos igarapés como subnormais ou como aberrações da paisagem, torna-se necessário entendê-las como partes da lógica de produção da sócio-espacialidade urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso.

2 A MULHER E O FEMININO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: GÊNERO E URBANIZAÇÃO

O que se vê na atualidade feminina não é fruto do acaso, mas sim de mecanismos históricos que eternizam as estruturas das relações sociais, formulando esquemas inconscientes de percepção e dispendo as experiências de apreensão do mundo social. Vislumbra, na divisão socialmente construída entre os sexos e nas proposições de divisão correspondentes, inscrições produzidas no pensamento e no estado objetivado das coisas que são vividas como naturais, evidentes, imbuídas de tal grau de legitimação que já dispensam discurso para tal. Desta forma, as atitudes, ações e contextos referentes à mulher no presente constituem-se em reflexo de momentos cristalizados na história, fazendo-se assim, necessário entender a atual realidade da mulher nos igarapés de Manaus como resultado de um processo de desigualdades, lutas e conquistas que refletem a construção social do que é ser mulher expressa ao longo dos tempos não apenas em Manaus, mas nas sociedades que tiveram o patriarcalismo como base.

Neste capítulo, a intenção é trazer de forma breve, sem a pretensão de reconstituir uma história do percurso feminino, fatos que se mostram úteis no entendimento da situação da mulher principalmente no espaço urbano, como elucidações da categoria gênero na compreensão do fenômeno urbano, a utilização da mão-de-obra feminina na consolidação do capitalismo, bem como o papel da mulher no início do processo de industrialização brasileiro. Tais explanações visam compreender possíveis ressonâncias na contemporaneidade feminina fornecendo os subsídios necessários à compreensão da atual realidade da mulher na cidade.

2.1 A industrialização e o urbano: reafirmando as desigualdades entre homens e mulheres

A urbanização, segundo Sposito (2004), é um processo que remonta à Antiguidade e a cidade é um fato que determinadas condições históricas permitiram a cerca de 5.500 anos na Mesopotâmia.

Ainda que seja de suma importância o crescimento urbano a partir do reflorescimento comercial na Europa, esta era predominantemente agrária no século XVII, sendo expressivo o impulso tomado pela urbanização com o pleno desenvolvimento da industrialização, que dá o “tom” da urbanização contemporânea.

Assim, quando se considera a urbanização como processo e como todo processo não está isolado, faz-se necessária, então, a compreensão fundamental do papel do capitalismo no desenvolvimento da estrutura urbana. “A cidade nunca fora um espaço tão importante e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso em nível mundial, como a partir do capitalismo” (SPOSITO, 2004, p. 30).

Conforme a autora acima citada, não se deve identificar unicamente a cidade com o capitalismo, visto que este também está no campo. No entanto, é a cidade o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala, a industrial, o que justifica a relação direta entre industrialização e urbanização.

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver nas cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou expressivas transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades. Na primeira fase do capitalismo, a cidade já era o lugar da riqueza acumulada, já se constituía em espaços de

concentração de capitais disponíveis acumulados com o mercantilismo, era o espaço do poder econômico e político e concentrava uma grande reserva de força de trabalho. Assim, as cidades comerciais já eram o lugar ideal para o desenvolvimento das indústrias.

É impossível falar de urbanização sem se ater à industrialização, visto que possuem relação direta, mesmo não podendo dizer que a primeira decorra única e exclusivamente da segunda. A industrialização marca a idade moderna e contemporânea e tem na cidade a sua base territorial, concentrando os serviços, o capital e a força de trabalho, ou seja, a cidade é o território que dá o suporte necessário à atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção.

Com a reafirmação do urbano a partir da consolidação do capitalismo industrial tem lugar a reordenação na divisão sexual e social do trabalho, definindo o papel de homens e mulheres nas relações sociais por meio das quais o poder é articulado e o espaço urbano configurado.

A reprodução do capital intensificou-se através do aumento da mais-valia absoluta, isto é, aumento da jornada de trabalho dos assalariados, em face de uma diminuição progressiva dos salários pagos.

A utilização das máquinas torna supérflua a força muscular e torna-se meio de emprego para operários sem essa força, ou com um desenvolvimento físico não pleno, passando-se então a considerar o trabalho de mulheres e crianças como solução proposta pelo capital.

Na visão marxista, subjugada em sua sexualidade, a mulher, além de ser mão-de-obra nas fábricas tornou-se uma agente reprodutora, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, fornecendo assim, novos braços fabris. As mulheres teriam dupla utilidade, como mães/esposas e pelo seu trabalho na produção e reprodução do capital.

As mudanças pelas quais a família passou, foram estudadas por Engels e Marx, que captaram o aspecto geral da problemática da mulher: violência e exploração. A visão marxista sobre a participação feminina na esfera do trabalho coletivo vinculou-se à produção de seres humanos e à família.

Para Engels e Marx, o estudo da família e suas funções só pode ser corretamente realizado se a idéia for aceita como uma decorrência lógica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada etapa da sociedade humana. Para eles, a cada tipo de sociedade corresponde um determinado tipo de família, que se modifica na forma, nas relações internas, nas funções e objetivos, com as modificações que ocorrem no modo de produção.

No entanto, existem críticas a essa forma de pensamento atribuída a Engels e Marx. Segundo Stein (2000), os teóricos marxistas não ofereceram o instrumental adequado da opressão feminina e de sua subordinação aos homens dentro e fora da família. A idéia geral é que os teóricos marxistas não dão respostas apropriadas às razões pelas quais as mulheres são subordinadas aos homens, dentro e fora da família. Scholz (1996) analisa a questão da mulher criticando que a relação capitalismo e patriarcado permanece e que apenas o antagonismo entre o trabalho assalariado e capital possui validade como referência central, situação defendida até por alguns dos movimentos feministas. Para a autora uma forma de reverter a problemática seria estabelecer uma compreensão crítica da teoria de Marx que não superestimasse o “valor”. “ Pelo contrário, tratar-se-ia de uma crítica do “trabalho”, que na qualidade de “consumo econômico-empresarial abstrato da força de trabalho e matérias-primas” se torna cada vez mais obsoleto e tem de ser posto em questão” (SCHOLZ, 1996, p. 01). Para a autora, é a ascensão do princípio masculino do “trabalho abstrato como um tautológico fim em sim mesmo” que traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental.

Já Harvey (1992) estrutura sua análise relacionada à mulher e o processo de industrialização, em um momento histórico posterior, a partir da produção em massa, das transformações político-econômicas do capitalismo do final do século XIX, partindo de um estudo sugestivo do fordismo³, modelo de organização da produção fabril que proporcionou um longo período de expansão capitalista passando pelos elementos de crise deste paradigma de organização de produção, até chegar e concentrar seus esforços na análise daquilo que denomina “acumulação flexível do capital”.

Segundo Harvey, nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo sinais de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. A negociação dos salários estava restrita a certos setores da economia, outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de instabilidade empregatícia. Com a consolidação do capitalismo, inúmeras mudanças ocorreram tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho principalmente para as mulheres.

O surgimento de mulheres mal remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista forte, já que as desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos, movimentos que giravam em torno da maneira pela qual raça, gênero e origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado, mostrando as contradições da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente afluência, o que gerou descontentamento com os supostos benefícios do fordismo (Harvey, 1992).

A atual fase do capitalismo vem sendo identificada como aquela da flexibilização, cuja maior inspiração é o modelo Toyota de produção ou produção enxuta, tendo-se assim a substituição do modelo fordista pela produção flexível. Para Harvey, a acumulação flexível é

³ Modelo de organização da produção idealizado por Henry Ford, em 1914, consistiu na introdução da linha de montagem na indústria automobilística, dando início à produção em massa de produtos que até então não podiam ser produzidos em grande escala.

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, se apoiando na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Para Harvey (1992, p.146), “a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições desse segmento”.

Observa-se a contradição nos acontecimentos e conflitos de interesses entre a dinâmica industrial do momento e o movimento das mulheres, enquanto a indústria procurava a qualquer custo dinamizar seus processos produtivos, em detrimento das necessidades dos envolvidos, não considerando os danos que pudessem vir a causar, sendo estes físicos, emocionais ou financeiros, as mulheres trabalhadoras lutavam por melhores e mais igualitárias condições de trabalho.

“Mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho, de maneira geral, reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados” (HARVEY, 1992, p. 145).

Um fato interessante nesta análise de Harvey é que estas transformações nas estruturas do mercado de trabalho proporcionaram maior exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, sendo possível pagar salários mais baixos e com maior probabilidade de demissão, quando em comparação com trabalhadores homens mais bem remunerados.

Junto com a transformação na estrutura de mercado houve também mudanças na organização industrial, propiciando o rápido crescimento das conhecidas economias informais ou subterrâneas, além de facilitar a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial.

Para Stein,

As mulheres são responsáveis pelas atividades reprodutivas e os cuidados com a casa e os membros da família, e ainda são vistas como aquelas que “ajudam no orçamento familiar”, enquanto aos homens cabe o papel de provedor. A divisão sexual dos papéis sociais se mantém e se reproduz fora dos limites das unidades de produção, em conceitos, visões e atitudes sobre as quais são ou deveriam ser os papéis de ambos os sexos ao longo de toda a esfera social, educação, saúde e atendimento à infância (STEIN, 2000, p. 34).

A inserção da mulher no mercado de trabalho se deu e ainda se dá através de remunerações mais baixas, com as mulheres ocupando postos tidos como de menor qualificação ou desqualificados.

Segundo Carlotto (1998), houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas nas relações familiares. Valores como família, sexualidade e maternidade, passaram a ser reformulados, alterando-se práticas cotidianas e mentalidades.

Para Harvey (2004), o emprego de mulheres como trabalhadoras assalariadas não somente proporcionou “um novo fundamento para a divisão do trabalho”, mas representou e continua a representar um desafio fundamental a muitas concepções tradicionais da família e dos papéis de gênero.

No Brasil não foi diferente, foram expressivas as mudanças decorrentes da industrialização e urbanização no tradicional modelo familiar.

No período de 1890 a 1930, durante a consolidação da industrialização brasileira, era explícito o desejo dos donos de fábricas de transformar estas em espaços racionais e apolíticos da produção, sendo o trabalho fabril organizado de acordo com as exigências da geração e expansão do capital.

No entanto, esta racionalização deveria ultrapassar os muros das fábricas, chegando até o lar dos operários disciplinando as relações familiares. “Do interior do espaço da produção ao percurso de volta a casa, penetram em sua habitação, invadindo e procurando

controlar até mesmo os momentos mais inesperados de sua vida cotidiana” (RAGO, 1997, p. 17). Procurava-se constituir um novo modelo de trabalhador, submisso no campo político, mas economicamente rentável.

Nesta perspectiva de expansão da disciplinaridade fabril aos lares dos proletariados, na busca por uma família nuclear, instalada numa habitação aconchegante, surge a figura da mulher, que nesse contexto deveria exercer o papel de esposa, dona de casa e mãe de família.

Contrariando esta representação simbólica da mulher, surgem as novas exigências dos principais centros do país que se encontravam em um processo de crescente urbanização e de desenvolvimento comercial e industrial, exigindo da mulher sua participação no espaço público das ruas e no mundo do trabalho.

Verifica-se, porém, que a entrada das mulheres no âmbito público não se traduziu em um relaxamento das exigências morais, pelo contrário quanto mais ela mergulha na esfera pública, reduzindo sua presença na esfera privada ou até mesmo conciliando sua figura em ambas as esferas, mais lhe é cobrado, transparecendo sempre um discurso moralista acerca da condição feminina.

O movimento operário do início do século XX, se de um lado era libertário no que diz respeito à situação trabalhista do proletariado dentro das fábricas, predominantemente liderado por homens, mesmo considerando que a classe operária da época era liderada por mulheres e crianças, por outro lado exercia o papel no sentido de consolidar a ação disciplinadora do deslocamento da mulher da esfera do trabalho para o espaço do lar.

Mesmo os artigos que circulavam na imprensa operária cobrando uma maior participação feminina, na realidade eram movimentos controlados por homens, onde a mulher deveria participar sim, mas como filha, esposa ou mãe, o que consolidava ainda mais a posição social masculina no processo produtivo e a valorização da sua força de trabalho.

Diante da voluptuosa industrialização e urbanização, nota-se a necessidade de se disciplinar o cotidiano da mulher. Esta, vista sempre como um ser dotado de fragilidade física e mental, necessitava da proteção masculina para que diante das novidades advindas da industrialização e crescente urbanização estes seres dotados de imensa incapacidade e fragilidade não viessem a ser corrompidos.

Já nos anos 50, com a migração e urbanização intensa inaugura-se um período de transição.

A grande família patriarcal [...] com uma ordem quase imutável, se inscrevia naturalmente no universo público como um prolongamento de seu universo privado, sob a formação da proteção e do favor; ela pode ainda se constituir como referência, mas, nos meios urbano e popular desde o século XIX, essa é uma referência em vias de desaparecimento: certamente, o grupo doméstico e a família nuclear que nasce então, continuam a fazer parte de uma família estendida, ainda que muito freqüentemente dispersa, e asseguram de uma certa maneira o prolongamento do antigo esquema do “homem provedor” e da mulher “dona de casa” (CABANES, 2006, p. 393).

Esse momento de transição continua e se acentua durante todo o período, desde a consolidação da industrialização até o final da década de 80, com a entrada contínua das mulheres no mercado de trabalho. Nesta fase, a família nuclear procura os signos de uma estabilização no processo de igualdade entre os sexos. Ainda segundo Cabanes (2006), é o trabalho que se constitui no principal elemento mediador, mas também os movimentos sociais inauguraram modos de ação inéditos na história social brasileira. Neste momento, tem-se a participação da mulher. Paralelamente e em associação com as reivindicações estritamente operárias, os movimentos relativos à saúde, à habitação e à educação foram igualmente expressivos, sendo essencialmente compostos e às vezes dirigidos por mulheres. Os problemas até então considerados domésticos adquiriram o caráter de legitimidade pública.

Os movimentos organizados pelas mulheres e o movimento feminista enfatizavam como circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores políticos, por leis sobre estupro e

aborto, pelo *status* de “esposa”, pela carência de políticas voltadas para o cuidado das crianças e outros benefícios sociais, pela divisão sexual do trabalho em casa e na fábrica ou no escritório. Lavinas (1994) afirma que a família e a vida pessoal, a partir do momento em que se atribui papéis diferenciados a homens e mulheres, são reguladas politicamente, logo, problemas ditos pessoais só podem ser resolvidos por meio de uma reflexão política e de uma ação política.

O espaço privado acaba ganhando expressão no público desenvolvendo o seu ponto de vista em termos de justiça social e de direitos sociais (CABANES, 2006). Saindo do quadro familiar, a que ainda estava restrito no começo do processo de urbanização e industrialização, o espaço privado se direciona aos poderes políticos constituídos, mesmo não colocando a divisão do trabalho no espaço doméstico, assim como não o é na vida social.

O processo de urbanização se tornou um momento de contradições para o cotidiano feminino, pois ao mesmo tempo em que se vislumbrava uma maior participação da mulher no espaço público, era marcante a necessidade de fortificar a presença desta no ambiente privado da família, onde o homem sempre era tratado como o ser superior, uma vez que a mulher deveria estar ali, no âmbito do privado, justamente para cuidar da casa, do marido, dos filhos, para que o homem pudesse cumprir tranquilamente seu papel de provedor, demonstrando que a mulher sempre estava condicionada a um papel de servidão, personagem secundária de uma estória onde o homem era o personagem central.

No entanto, foi também por meio da dicotomia entre espaço público e privado que a mulher incorporou o caráter político do cotidiano familiar, mostrando que o espaço da vida doméstica influenciava e sofria influências do espaço público.

2.2 As relações de gênero e sua utilização no entendimento do urbano

Sexo e gênero não são sinônimos. As relações de gênero procuram explicar de que modo as pessoas articulam as representações que homens e mulheres fazem da realidade social, o que vai ocasionar formas diferenciadas de conceber e influenciar a formação do espaço urbano. “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primordial de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Tratar sobre gênero requer analisar especialmente duas dimensões interligadas: a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino em sociedade e o gênero é um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de geração em geração, sendo que tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais.

A perspectiva de gênero nas ciências sociais surge com a crítica ao androcentrismo, sendo que tal crítica só foi possível a partir dos anos 60, quando o movimento feminista formula bases teóricas capazes de dar sustentação à idéia de que a visão masculina predominava também nas ciências. É importante frisar que a categoria gênero, diferente das outras, não nasce exclusivamente em virtude da necessidade acadêmica. Ela é antes de tudo consequência das lutas políticas do feminismo e da insuficiência da noção de sexo como matriz de explicação para a questão das relações entre homens e mulheres, cujo caráter biológico não suportava análises mais profundas sobre a questão do poder.

Desta forma, considerar gênero exige, de acordo com Louro,

[...] que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem ou mulher num processo continuado, dinâmico, portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sócio-masculinizantes e

feminilizantes (em consonância com as diversas concepções de cada sociedade). Como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc., são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero (LOURO, 1995, p. 103).

Gênero explica de que forma as pessoas articulam as representações que homens e mulheres fazem da realidade social, operando como forças propulsoras de novas ações de acordo com seu interesse, com a situação e com a relação em que se encontram. Assim, o que é considerado feminino depende de cada cultura e pode variar de uma sociedade para outra.

Independente da abordagem que se faça da questão de gênero, não se pode perder de vista as condições sociais mais gerais que atuam na determinação dos problemas e oportunidades que afetam homens e mulheres no trabalho, ambiente doméstico, político e institucional, tanto na vida pública quanto privada.

As relações de gênero podem ser entendidas como aquelas que põem em jogo representações e símbolos do masculino e feminino e dependem das práticas sociais para se manterem vivas no conjunto de valores da sociedade. Segundo Faria e Nobre (1997), elas procuram explicar as relações entre mulheres e homens considerando o que é estabelecido socialmente como atributos e papéis masculinos e femininos, contribuindo na formação da identidade particular.

As relações de gênero surgem como um dos principais elementos articuladores das relações sociais no contexto urbano e permitem entender como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Macedo, 2001) que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante.

Se o espaço urbano for considerado como sendo produzido e produzindo o sistema social que se espacializa na cidade, incorporar a análise do urbano à questão de gênero permite uma outra dimensão na abordagem da produção e reprodução das relações sócio-espaciais que constituem a cidade.

Nesta perspectiva, analisar as transformações ocorridas no espaço urbano a partir das especificidades de gênero torna-se algo pertinente, já que existe um enfoque funcionalista do acesso e uso diferenciado do espaço urbano por cada sexo. Em outras palavras, o “espaço intervém na organização da vida cotidiana, vida essa bastante distinta para homens e mulheres e cuja tradução redonda em práticas espaciais assimétricas (LAVINAS, 1994, p.171)”.

A urbanização acelerada, bem como a ineficiência ou mesmo a ausência de uma política urbana que estruture habitação, serviços públicos essenciais e uma gestão conseqüente das cidades, tem contribuído para agravar a chamada exclusão territorial, que é acentuada ainda mais quando analisadas as diferenças entre os sexos. Esta realidade denota a falta de espaços apropriados às necessidades das mulheres e concebidos por e para elas, na escala da moradia, do bairro e da cidade, conduzindo a conseqüências como falta de identificação com determinados lugares dentro da cidade, já que um *habitat* adequado comporta serviços urbanos que supram as dificuldades cotidianas básicas.

As pesquisas realizadas no Brasil ainda são insuficientes para avaliar de que maneira as mudanças no dia-a-dia das mulheres são um fator de urbanização e qual sua amplitude. Isto ocorre porque muitas procuram as cidades diante da falta de oportunidades e perspectivas em seus locais de origem, valendo considerar as concepções que algumas têm em relação à vida e que por vezes não condizem com os padrões vividos em algumas localidades menores, buscando assim a cidade com o intuito de terem mais liberdade e individualidade. Ao chegarem a grandes centros, aumentam a população destes, demandam por equipamentos urbanos e, dependendo da situação financeira e das limitações das cidades em oferecer

condições razoáveis de moradia, vão habitar locais inapropriados, dentre outras realidades específicas do espaço urbano.

Analisando dados presentes na Síntese dos Indicadores Sociais 2007, nota-se que há predomínio, apesar de uma pequena diferença, de mulheres na zona urbana no Estado do Amazonas (Tabela 2), diferente da zona rural onde predominam os homens.

Tabela 2 – População residente por zona do domicílio e sexo (em milhões) - Amazonas

ZONA			TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Urbana	1.294	1.307	2.601
Rural	418	332	750

FONTE: IBGE, 2007.

Nas relações entre homens e mulheres as esferas de produção e reprodução são espacialmente dissociadas na relação público-privado. A partir disto surge a família como paradigma do privado, espaço da vida doméstica das relações interpessoais, lugar do feminino, da subjetividade, explicitando assim o papel que foi convencionado à mulher ao longo da história. Em contrapartida, aparece o domínio do público, dos interesses impessoais, portanto civis e universais, lugar do político por excelência e dos negócios, arena exclusiva dos homens, referência objetiva e imparcial (LAVINAS, 1994).

Fica explícita a forma diferenciada como homens e mulheres foram colocados no mundo público e privado de acordo com o caráter patriarcal. Esta realidade vem sofrendo modificações pelas teorias feministas, que têm contribuído para desnudar o sentido político da vida privada.

É essa atitude política que os movimentos organizados de mulheres e o movimento feminista têm procurado exercer sobre a cidade nos últimos anos. Lavinias (1994) escreve que a cidade é uma espécie de lar expandido. Nessas ações no espaço urbano, as mulheres fazem suas reivindicações colocadas pelas lutas urbanas, como a sobrevivência do cotidiano da

família, se convertendo em gestoras da configuração urbana. Elas acabam por democratizar não só a sua própria vida, mas a vida urbana, ou seja, a partir de uma ação pessoal, pela forma de relação da mulher com o lar e a família, são influenciadas ações maiores na configuração do urbano, já que na sua busca diária, reivindica moradia e equipamentos urbanos básicos o que acaba beneficiando a sociedade com um todo, daí uma das peculiaridades da mulher no espaço urbano.

As diferenças entre homens e mulheres têm perpetuado uma desigual distribuição dos esforços cotidianos em torno da reprodução das condições de subsistência das famílias, especialmente daquelas relativas ao chamado mundo privado, o que faz com que as mulheres sejam na maioria dos casos as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Portanto, estas se tornam as maiores prejudicadas diante da precariedade dos serviços públicos voltados para a satisfação de necessidades como saúde, educação e infra-estrutura urbana (escola, luz, água, esgoto, coleta de lixo, etc.).

Conforme o IBGE (2007), a avaliação sobre o número de mulheres que são indicadas como a pessoa de referência na família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%, enquanto, neste período, o número de homens “chefes” de família aumentou 25%.

É válido ressaltar que esse indicador não revela necessariamente melhoria das condições de vida das mulheres nas cidades, já que a renda do trabalho ainda é maior entre os homens. Ainda com base nos dados do IBGE, observa-se que cerca de 31% das famílias em que a mulher era a pessoa de referência viviam com rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, enquanto nas famílias com chefia masculina, esse percentual era mais baixo (26,8%), denotando rendimentos maiores.

Pode-se supor que a prevalência masculina na responsabilidade pelo domicílio acompanha a trajetória dos valores culturais que atribuem à figura do homem a propriedade e o sustento da casa, uma vez que houve um aumento da chefia feminina, mas não a sua predominância, ficando clara a necessidade de fortalecer as políticas direcionadas para os segmentos historicamente mais vulneráveis da população brasileira.

3 A CIDADE SUSTENTÁVEL COMO NOVO PARADIGMA DE URBANIDADE E O PAPEL DA MULHER NA CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA AMBIENTALMENTE JUSTO: ANALISANDO O PROSAMIM

A análise da questão ambiental nas cidades pressupõe antes de mais nada refletir a respeito da complexa realidade do urbano, indagando o que seria realmente a problemática ambiental dentro dos grandes centros urbanos, visto que muitas vezes a crise ambiental é vista unicamente pela vertente ecológica, pela apropriação das riquezas (recursos) naturais, esquecendo-se que este uso se dá de forma diferenciada de acordo com os conflitos de classe, o que reflete a segregação do espaço. Logo, a crise na realidade se mostra um problema social.

Na busca pela resolução do conflito, são estabelecidos modelos que vislumbram um futuro comum, onde todos são responsáveis pelo bem da humanidade ignorando o fato de que não se pode ter um futuro de iguais, se o presente não é assim caracterizado. Neste contexto, de estabelecimento de modelos, a partir da utilização de técnicas aparentemente neutras, surge o modelo das Cidades Sustentáveis, permeado pela busca e estabelecimento de condutas padronizadas, visando, na realidade, sustentar e consolidar um padrão de cidade necessário às novas dinâmicas mundiais.

Este capítulo procurará discutir de que forma o PROSAMIM pode vir a ser inserido como um Programa que influenciará na consolidação de um exemplo de cidade necessário aos interesses globais de expansão do capital. Procurar-se-á trabalhar também como este modelo mundial aborda a participação da mulher na busca por um novo padrão de cidade e em que momento o PROSAMIM incorpora em suas diretrizes questões de gênero.

3.1 Problemática ambiental urbana: indo além do debate ecológico e compreendendo a questão social

O ambiente não é a ecologia, segundo Leff (2001), mas a complexidade do mundo. É um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza caracterizado pelas relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento.

Nas cidades a problemática também não se restringe à questão ecológica, mas se detém às questões sociais, econômicas e culturais, ou seja, não são e não estão apartados os processos ecológicos do ser humano, pelo contrário, encontram-se interligados.

Harvey explicita muito bem isso quando sustenta que se faz presente nos discursos sobre a crise ambiental a impressão de que os seres humanos se encontram de certa forma separados da natureza, deixando em segundo plano a “longa história das mudanças evolutivas por meio das quais os seres humanos têm transformado simbioticamente o mundo e a si mesmos” (HARVEY, 2004, p. 283).

Lefebvre (2001) também trata a temática, quando trabalha a questão do direito à cidade, para ele esse direito não quer dizer necessariamente o direito à natureza, mas sim o direito à vida urbana transformada e renovada.

Compreender o direito à cidade a partir desta perspectiva requer compreender o espaço urbano considerando a realidade urbana em formação com a prática social da sociedade urbana, ou seja, compreender não apenas os processos ditos ecológicos ocorridos dentro da cidade, mas principalmente as relações sociais que se fazem presentes.

É necessário aprender como o sistema social se espacializa para melhor compreender a realidade urbana. De acordo com OLIVEIRA (2003, p.30), compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema

social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade.

Nota-se assim, que dentro dos grandes centros urbanos é necessário considerar a questão ambiental como uma problemática eminentemente social, gerada e atravessada por um conjunto de processos sociais (LEFF, 2001).

Os processos de destruição ecológica mais devastadores, bem como a degradação sócio-ambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) tem sido resultado das práticas inadequadas do uso do solo, que dependem de padrões tecnológicos e de um modelo depredador de crescimento e que permitem maximizar lucros econômicos no curto prazo, revertendo seus custos sobre os sistemas naturais e sociais (GARCÍA *et al.*, 1988, *apud* LEFF, 2001, p 111).

Determinados modelos aliam depredação natural com exclusão social, sendo que os mesmos podem vir a ser amenizados por meio da execução de novos processos sociais, como: “a socialização do acesso e apropriação da natureza; as reformas do Estado que permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais (LEFF, 2001, p 111)”.

Rodrigues (2001) trata sobre a temática quando diz que os problemas urbanos denominados ambientais, na realidade são sociais. Para a autora, a problemática ambiental virou moda, fazendo parte das agendas locais, nacionais e internacionais, onde a cidade e o urbano incluem-se como tema nos planos, planejamento, projetos de saneamento básico, cidade sustentável, Agenda 21 local, turismo ecológico, resíduos sólidos, reciclagem, mudanças climáticas, dentre outras questões globais. A moda do “ambiental” acaba por homogeneizar discursos retóricos, onde se busca o “bem comum da humanidade”, ficando-se o questionamento de como pode existir esse “bem comum” se hoje se vive em uma sociedade de desiguais. Procura-se o bem-estar das gerações futuras, abstraindo-se da realidade concreta

a desigualdade social. O assunto é tratado sob o prisma do bem-estar geral, perpassando classes sociais, apropriação e propriedade.

Esta realidade mostra que no momento de responsabilizar e exigir a contribuição na busca da “sustentabilidade das gerações futuras”, a sociedade como um todo necessita estar envolvida, esquecendo-se que a apropriação da natureza se dá de forma amplamente diferenciada e que talvez aqueles que mais contribuam para a problemática dita ambiental são os que detêm o grande capital. Assim, torna-se difícil quando analisado criticamente, pensar no total bem-estar das gerações futuras se não se pensa na origem e resolução dos problemas sociais presentes.

Tratar sustentabilidade ambiental voltada para as cidades se mostra uma discussão que transcende os atuais discursos ambientais, que buscam de forma vazia uma sustentabilidade futura sem se ater aos conflitos da atualidade. Onde aterrar igarapés, torná-los esgotos a céu aberto, cimentar o seu leito, abrir grandes avenidas, retirar a população e assentá-la em locais distantes dos serviços urbanos, têm sido o máximo das práticas intituladas ambientais adotadas por programas de urbanização vigentes. Essa lógica urbanística busca na técnica a solução para todos os problemas, incluindo os de dimensão subjetiva. Oliveira (2000) identifica que o referido pensamento é aparentemente racional e funcional, mas é vazio de referências, sem história, memória e desprovido de especificidade.

Debater a respeito do PROSAMIM requer justamente ver a realidade dos igarapés em um contexto ampliado, entendendo que o problema transcende a visão puramente ecológica ou que privilegia uma técnica baseada em modelos pré-concebidos, desconsiderando os fatos cotidianos que se apresentam e expressam as conseqüências de programas de cunho urbano-ambiental da forma mais genuína possível.

3.2 Cidades globais e sustentáveis: contextualizando o PROSAMIM a partir do financiamento do BID

A cidade se revela como o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que o seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital. A cidade deve ser vista como o centro propagador do modo da produção capitalista e, ao fazê-lo, aparenta perpetuar-se (CORRÊA, 2006). Assim, a cidade acaba se tornando indispensável ao capitalismo global, mas também reflete o “caos urbano” e a degradação ambiental. Engels e Marx (1993) vêem a cidade como fator de concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades.

As mega-cidades dos chamados países em desenvolvimento experimentaram um crescimento explosivo depois da Segunda Guerra Mundial, com a incorporação de países de industrialização recente ao sistema capitalista. Essa realidade demonstra uma nova faceta no sistema econômico mundial, as cidades globais. O que se observa é que frente a esta realidade exposta, o conceito de cidade global até então restrito às teses acadêmicas, ganha alcance político e torna-se ingrediente básico de uma série de propostas. Fix (2001) escreve que aos poucos a cidade mundial ou global vai se tornando um dos mais requisitados tópicos da apologética globalizante. Castells (2000) afirma que, com “alguns anos de atraso” nos anos 90, as cidades latino-americanas também “emergem” como “protagonistas” devido a uma reação motivada entre outros aspectos pela abertura econômica de seus países.

Nas palavras de SASSEN (1993, p. 188), “a geografia e a composição da economia mundial transformaram-se de modo tal que produziu uma complexa dualidade: uma

organização da atividade econômica espacialmente dispersa, mas ainda mundialmente integrada”.

Frente às novas realidades, surgem as novas territorialidades, ou seja, com o controle de territórios, considerando seu valor econômico e estratégico, há possibilidade do local se relacionar diretamente ao espaço transnacional. Segundo Becker (2005), essa revalorização estratégica e econômica do território se refere a todas as escalas geográficas, do país ao lugar.

Conforme sustenta Sassen (1993), determinadas cidades, que apresentem uma maior representatividade regional e infra-estrutura, acabam por emergir como pontos internacionais para investimentos, para escritórios, para a prestação de serviços e de consultoria financeira a vários mercados do mundo todo.

Na concepção de Santos (2004) “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”, ou seja, a cidade tem esse papel global existindo a preocupação em dotar a cidade de infra-estrutura para que ela se torne uma cidade competitiva aos olhos do grande capital.

Um exemplo desta inserção das cidades no contexto internacional, no sentido de dotá-las de eficiência econômica, diz respeito ao financiamento de políticas públicas urbanas por instituições financeiras multilaterais intermediadas pelo Estado.

Observa-se de forma cada vez mais expressiva a participação de Instituições Financeiras Multilaterais como o BIRD e o BID no financiamento de programas e projetos onde o foco norteador é a área urbana. Esta realidade tem como um dos motivos para a sua existência, as restrições impostas pela União a Estados e Municípios para que os mesmos tenham acesso aos recursos públicos. O crescimento de recursos do BID para o urbano no Brasil, é fruto das diretrizes expressas no Documento do País, que definem a intervenção no urbano como uma das maneiras eficazes para alavancar o desenvolvimento dos chamados

países emergentes e, conseqüentemente, segundo os bancos, para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza (UHLY; SOUZA, 2004).

Diante desta perspectiva, Fix (2001) aponta que o Estado deve assumir uma nova função. “Essa nova função, ou melhor, a função do “governo local” é “promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estrutura e serviços, que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade” (FIX, 2001, p.120).

Neste sentido, cabe ao Estado promover parcerias na busca pela infra-estrutura desejada, sendo estas parcerias itens centrais para a promoção mundial das cidades.

Voltando para a realidade manauense, o PROSAMIM conta com financiamentos internacionais do BID (Figuras 2 e 3) e investimentos do governo local e visa intervir diretamente no cenário dos igarapés centrais que apresentam maior número de pessoas vivendo dentro e em seu entorno, a fim de minimizar impactos sociais, ambientais e promover o ordenamento territorial da área em referência.



Figura 2 – Placa de obras no igarapé Bittencourt
FONTE: PINHEIRO, 2007.



Figura 3 – Placa de obras no igarapé Bittencourt
FONTE: PINHEIRO, 2007.

No entanto, o BID não é uma simples instituição financeira e ao financiar programas e projetos de conteúdo econômico e sócio-ambiental, como o PROSAMIM, possui estratégias de desenvolvimento focadas em políticas internas e externas.

Segundo o Documento do País para o Brasil, os objetivos da estratégia do BID para 2004-2007 foram: “(a) promover um crescimento sustentado, estável e ambientalmente sustentável; (b) reduzir a pobreza, promover a inclusão social e maior igualdade social e regional; e (c) apoiar o fortalecimento institucional, promover a democracia e a participação dos cidadãos”.

Para atender a esses objetivos, o referido banco estabeleceu quatro áreas de ação, a saber: “(a) produtividade e infra-estrutura; (b) pobreza, equidade e formação de capital humano; (c) condições de vida e eficiência nas cidades; e (d) fortalecimento institucional e modernização do Estado”.

Para o BID, o espaço urbano desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país, sendo que o investimento em infra-estrutura urbana, além de proporcionar melhoria da qualidade vida da população, principalmente das classes menos favorecidas, também, potencializa a produtividade urbana, contribuindo com o esforço do Poder Executivo para promover o desenvolvimento nacional e garantir a estabilidade econômica.

Existe assim, a interligação entre a reestruturação urbana e o desempenho econômico, analisados a partir de dois pontos:

Financeiros, na medida em que a debilidade do setor financeiro dificulta a mobilização da poupança privada, tornando o setor público o único agente do financiamento do desenvolvimento urbano e contribuindo assim para a escassez financeira generalizada; fiscal na medida em que a obsolescência e a deficiência da infra-estrutura urbana reduzem a produtividade agregada da economia (RIBEIRO, 2000, p. 13).

Torna-se evidente que todas essas iniciativas voltadas para as cidades têm como idéia predominante tornar as mesmas atraentes ao grande capital, em especial aquelas que desempenham papel importante na estrutura regional. Este é o grande modelo de cidade estimulado pelas instituições financeiras multilaterais. Instituições como o BID não têm a importância do seu papel limitada apenas pelo fato de financiar um grande número de ações governamentais e não-governamentais, mas porque produzem políticas com o intuito universal. Não se questionam aqui teorias a respeito do Estado mínimo, mas sim se essa concepção de cidade global, além das questões de mercado, é capaz genuinamente de trazer melhorias sociais e ambientais.

As políticas elaboradas e financiadas pelas instituições financeiras multilaterais têm por objetivo possibilitar às cidades disputar o capital estrangeiro transformando-as desse modo em “elos confiáveis na cadeia mundial de produção” (BIRD *apud* UHLY; SOUZA, 2004, p.114).

O BID almeja alcançar uma cadeia de resultados em nível local e global. Nesse sentido, várias são as razões para o BID aprovar um empréstimo da natureza do PROSAMIM, que tem como linhas estratégicas de ação: 1) drenagem da Bacia do Educandos; 2) saneamento básico com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 3) urbanismo e habitação com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento e realocação da população das áreas de risco. Desse modo, o Programa busca a maior eficiência da cidade, podendo abrir novas oportunidades para atividades econômicas e, conseqüentemente, aumentando a arrecadação de impostos, contribuindo assim, em direção à estabilidade macroeconômica e economia urbana, equacionando-se com os objetivos do Banco.

Esta realidade reflete as várias vertentes deste novo modo de regulação das cidades que é própria ao capitalismo em sua fase flexível, restando às cidades adaptação ou adequação

aos novos parâmetros que estão surgindo. Este novo modelo de cidade possui vínculos diretos com o discurso da sustentabilidade sócio-ambiental, por meio de modelos estabelecidos como o das cidades sustentáveis.

Em virtude do novo cenário que surge frente às preocupações no que se refere ao viver nas grandes cidades, a discussão sobre Cidades Sustentáveis ganhou destaque principalmente nos últimos quinze anos, decorrente dos impulsos dados pela Agenda 21, um dos mecanismos da Rio 92 mais populares no Brasil, e pela Conferência Habitat.

A Agenda 21 é um dos resultados que mais se destacaram da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A partir de sua adoção por todos os países representados, tem por intuito guiar as ações na direção do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável nos próximos anos e será o texto-chave na formulação de políticas e práticas para a sustentabilidade (KRANZ, 2007).

A Agenda 21, resultante da Conferência coloca para os governos que os mesmos têm a responsabilidade de facilitar os processos de construção das agendas nacionais e locais. Na Agenda, aborda-se o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida, no futuro. No entanto, não se explicita quando será o futuro, e para quem haverá futuro. Nas agendas 21 o termo “desenvolvimento sustentável”, definido de acordo com o relatório Nosso Futuro Comum (1987) como a capacidade de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas, é colocado acima das classes sociais, das corporações multinacionais, da divisão territorial do trabalho, do território das nações, do poder de quem detém o capital financeiro e tecnológico, desconsiderando a análise destes pontos.

Rodrigues (2006, p. 15) escreve que “a crise do meio ambiente é a alavanca para o capital esmaecer, ocultar as classes sociais, as diferentes formas de apropriação, propriedade, uso das riquezas naturais, do ambiente, deslocando o conflito entre classes, entre países, para

o conflito entre gerações”. Para a mesma autora, tais contradições não são visíveis, pois estão escondidas atrás do discurso a respeito do direito ao meio ambiente saudável, do cuidado com o meio ambiente para as gerações futuras e ao meio ambiente como bem comum.

No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instalada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21. Para a construção da Agenda 21 Brasileira adotou-se por metodologia a seleção de áreas temáticas, sendo que um dos temas centrais de trabalho são as Cidades Sustentáveis. O marco teórico utilizado considera duas noções chave para o tema Cidades Sustentáveis: a de sustentabilidade ampliada, que trabalha a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento; e a de sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável. Distingue, além disso, ao menos quatro dimensões básicas: ética, temporal, social e prática e indica critérios e vetores de sustentabilidade, paradigmas e produtos do desenvolvimento sustentável, a serem incorporados pelas esferas pública e privada.

Outro evento onde se discutiram as questões relacionadas ao futuro das cidades, colocando a problemática referente à questão da habitação no alcance da sustentabilidade urbana, foi a Conferência do Habitat ou Cúpula das Cidades, realizada no ano de 1996, em Istambul.

Ela teve como objetivo principal atualizar os temas e paradigmas que fundamentam a política urbana e habitacional, com vistas a reorientar a linha de ação dos órgãos e agências de cooperação internacional para estes temas, incluindo a do próprio Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ROLNIK, 1996).

Foi na Conferência do Habitat onde pela primeira vez setores não governamentais tiveram participação oficial nas delegações nacionais, inclusive constituindo um Fórum – o Fórum dos Parceiros. Porém, mesmo com a inserção da discussão sobre a falta de condições

dignas de moradia para a maioria da população, tal debate reproduziu o que está contido na Agenda 21 sobre desenvolvimento sustentável. Nesta abordagem não se considera que o acesso à moradia não pode ser analisado sem se ater ao fato que possuir uma moradia digna implica em ter condições para isso, implica em analisar a forma como o espaço é reproduzido, onde mora melhor aquele que possui meios para tal, não contemplando a divisão de classes e tornando-se assim um discurso vazio, visando algo futuro sem contemplar os problemas presentes. Assim, embora a problemática ambiental coloque em destaque a importância do espaço, a agenda política construída oculta o espaço, o território, transforma o meio ambiente em bem comum, camuflando as relações de classe.

Ao se avançar nas reflexões sobre a temática em questão, outros pontos vão se revelando conflituosos, como o que faz referência à escala das cidades. A construção da sustentabilidade nas cidades denota uma direta relação com a manutenção do fenômeno urbano em escalas controláveis, ou seja, seria um modelo aplicado a um número determinado de casas e pessoas, possuindo a infra-estrutura necessária ao atendimento das necessidades destas pessoas e que estas compartilham das mesmas condições, sendo possível controlá-los diretamente. No entanto, a existência de grandes aglomerações urbanas e todos os seus problemas, as megacidades e a sua tendência ao crescimento apontam para a impossibilidade de aplicar modelos com delimitações bem definidas.

A inversão da lógica que orienta muitos destes discursos sobre Cidades Sustentáveis também já vem sendo discutida, visto que a sustentabilidade tem sido abordada como uma condição para a competitividade entre cidades, ou seja, como um diferencial positivo na suposta competição por recursos e investimentos e não como um direito fundamental e básico de todos.

Nesta perspectiva, o debate sobre desenvolvimento sustentável aplicado à realidade das cidades, pode estar contribuindo para os interesses de maior protagonismo por parte das

idades, já que estas como formas de responder às inquietações de seus habitantes quanto aos problemas ambientais, passam a buscar participação em políticas tradicionais dos governos centrais.

Sobre isso, Acselrad (2001) afirma que o desenvolvimento urbano sustentável não é “dissociável do alargamento dos poderes urbanos”, até mesmo por que segundo Becker (2005, p. 295) “desenvolvimento sustentável representa um mecanismo de regulação do uso do território que, a semelhança de outros, tenta ordenar a desordem global. E, como tal, é um instrumento político”.

Há o risco de que o discurso da sustentabilidade não produza alterações substantivas, podendo o mesmo, como aponta Acselrad (2001), “ser reduzido por certas coletividades locais a um simples *marketing* destinado a valorizar suas vantagens territoriais, a aumentar sua atratividade e seu poder”.

Acselrad (2001) lembra que uma das vertentes da busca da sustentabilidade urbana estaria associada a estratégias do modelo cidade-empresa, cidade competitiva, sendo a sustentabilidade de uma cidade um dos atributos para a atração de investimentos no contexto da competição global. O autor salienta ainda outro aspecto da aplicação do conceito de “cidades sustentáveis”, o de buscar “reconstruir a unidade das cidades, sua coesão social e sua governabilidade política” numa situação de desmonte do Estado, de reforço das instâncias privadas e de fragmentação do tecido social.

Nesse sentido, Harvey (2004, p. 222) escreve que “o novo urbanismo deseja pensar as regiões como um todo e buscar a realização de um ideal bem mais holístico e orgânico com respeito ao caráter que podem ter cidades e regiões”. Para ele esse urbanismo se interliga a um esforço leviano de transformar grandes cidades, que demonstram estar fora de controle naquilo que ele chama de “aldeias urbanas”, onde os cidadãos poderão se relacionar de forma democrática uns com os outros, uma comunidade. Para ele por trás desse discurso

comunitarista, existe um interesse maior que seria o de formular algo que viesse contra ameaças de desordem social, de luta de classes e de violência revolucionária, no caso a solução para conter tais ameaças seria o espírito de comunidade. A comunidade tem sido antes uma barreira à mudança social que um facilitador. A ideologia fundadora do novo urbanismo é tanto utópica quanto profundamente instável (HARVEY, 2004, p. 224).

Para Acselrad (2001), a noção de sustentabilidade seria apenas mais uma parte de um novo modo de regulação urbana “capaz de integrar duravelmente na dinâmica reprodutiva a própria desigualdade constitutiva das cidades em que convivem a marginalidade avançada e o rentismo urbano”. É necessário considerar que parte dos limites referentes a essa realidade, que não devem ser ignorados, no entanto, já se encontrava posta quando teve início o debate dos projetos voltados para a questão da sustentabilidade dos espaços urbanos.

Para Harvey (2004), são muitos os interesses e os mais diversos posicionamentos, principalmente no meio acadêmico e intelectual e falar de consenso, é claramente impossível em tal situação. No entanto, existe a possibilidade e a necessidade de se chegar a uma linguagem comum caso se pretenda dialogar e vislumbrar a possibilidade de alternativas, não proporcionando o autoritarismo, a violência discursiva e as práticas hegemônicas.

3.3 As cidades sustentáveis e as mulheres: a inserção feminina no discurso

Dentre os vários eixos de ações trabalhadas pelos defensores do modelo Cidades Sustentáveis, principalmente as organizações internacionais, encontra-se o de trabalhar a temática incluindo grupos considerados vulneráveis, tendo como grupo de maior destaque as mulheres.

Para os idealizadores e divulgadores dos princípios a respeito das Cidades Sustentáveis, abordar ambiente e desenvolvimento sustentável implica fazer referências a fatores relacionados à degradação ambiental dos ecossistemas em geral, por exemplo, o desmatamento, a contaminação da água, do solo e do ar, assim como a superexploração e o manejo inadequado dos recursos naturais. No entanto, para Abramovay e Castro (2005), é fato a ausência de considerar a relação que os homens e as mulheres e as distintas formas de organização que estabelecem com o seu entorno, relações estas simples ou elaboradas, ou mesmo contraditórias, ou seja, quando se trata de reflexões sobre as cidades sustentáveis considera-se muitas vezes só a perspectiva dos recursos naturais, esquecendo-se da forma diferenciada que os diversos agentes sociais se apropriam das cidades e o reflexo dessa apropriação na relação com a natureza, aspecto fundamental quando se propõe buscar modelos alternativos para a vida nas cidades.

Desde 1960, a inserção da mulher na temática ambiental já podia ser vista por intermédio do ecofeminismo, uma das contraculturas resultantes dos movimentos ambientalistas da época. Para Castells (2000, p. 149), “as ecofeministas defendem o princípio do respeito absoluto pela natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcalismo como do industrialismo”. Este movimento via a mulher como vítima da mesma violência patriarcal infligida à natureza.

No entanto, para Sorj (1992) este movimento deve ser tratado com cautela, pois se deve afastar a equação gênero-meio ambiente de identificações entre mulher e natureza, criticando adjetivações absolutas. Já Garcia (1992) traz de volta às discussões sobre gênero-meio ambiente a materialidade das classes sociais, pondo em questão essencialismos. Assim, observa-se que para tratar a relação gênero e ambiente é fundamental ultrapassar aspectos ecológicos e considerar os sociais.

Voltando para situações mais recentes, é válido explicar como o novo paradigma sobre cidades sustentáveis envolve a participação da mulher na busca por um ambiente urbano transformado, a partir da apresentação de algumas ações e eventos que se tornaram mais constantes após a Rio 92.

Nas discussões sobre Cidades Sustentáveis estabelecidas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a problematização a respeito do papel da mulher na busca pelo tão mencionado desenvolvimento sustentável é colocada em questão. A Agenda 21 possui um capítulo dedicado à participação da mulher na busca pela sustentabilidade ambiental, que entre os diversos pontos abordados, afirma que a mulher deve ser participante plena na tomada de decisões e na implementação das atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Outro documento que aborda a perspectiva de gênero é o “Cidades Sustentáveis: subsídios para a elaboração da Agenda 21 Brasileira”, do Ministério do Meio Ambiente. Neste documento, no quesito saneamento ambiental, observa-se a necessidade de incorporar a questão de gênero às políticas públicas urbanas. Segundo o mesmo, o perfil da demanda por serviços de saneamento guarda relação histórica com a exclusão social e a segregação espacial e tem seus contornos definidos por fatores como: a feminilização da pobreza, que confirma a concentração dos desassistidos em famílias de baixa renda e que têm uma mulher no papel de “chefe”. Ainda de acordo com o documento, a carência por serviços básicos como saneamento é um quesito que concretiza a exclusão social e muitas vezes a espacializa, mostrando que se existe um número crescente de mulheres como pessoa de referência nas famílias mais pobres dentro das cidades.

Os grupos organizados voltados para o debate sobre a temática gênero e desenvolvimento sustentável decidiram resgatar a estratégia que gerou esse movimento, gênero x cidades sustentáveis relançando a proposta de uma nova versão da Agenda 21 de

Ação das Mulheres 2015 – esta data foi escolhida para coincidir com as metas do milênio da ONU – que tem como propósito estabelecer interfaces entre as diferentes temáticas e estimular convergência na ação política. Essa nova agenda foi sendo discutida por lideranças e redes internacionais em reuniões regionais de consulta em todas as partes do mundo. Esse processo de consulta e articulação foi conduzido até abril de 2002 quando o documento final foi submetido para endosso de redes internacionais de mulheres. A Agenda 21 de Ação das Mulheres 2015, traduzida em várias línguas, foi entregue a chefes de Estado e a representantes dos diversos setores presentes à Cúpula de Desenvolvimento Sustentável ou Rio + 10⁴.

Entre os tópicos trabalhados na Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015, a temática das Cidades Sustentáveis, surge como uma dos principais. Questão levantada durante o evento foi em relação à falta de dados específicos desagregados por gênero, raça e etnia e à necessidade de tornar o planejamento urbano, como um todo, mais “ambientalizado” e sensível à questão de gênero em todos os programas setoriais facilitando, a igualdade de participação entre homens e mulheres nos processos de gestão e nos diversos fóruns multisetoriais.

A inserção feminina no diálogo sobre as cidades sustentáveis, muitas vezes colocado por organizações internacionais, continua. Segundo dados do recente relatório da ONU sobre o crescimento urbano (2007), a busca por sustentabilidade urbana esta intimamente relacionada ao acesso da mulher à moradia. Para a ONU, a propriedade legal de um imóvel aumenta as oportunidades da mulher de acessar crédito, gerar renda e formar uma reserva contra a pobreza. No entanto, de acordo com o próprio relatório, as cidades continuam a necessitar de programas e meios jurídicos para derrubar barreiras informais, falta de

⁴ Evento realizado em 2002, na África do Sul, pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) e a Organização de Mulheres para Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO).

consciência dos próprios direitos, custo elevado da terra e da moradia e políticas discriminatórias de empréstimos e regularização fundiária.

Neste momento, é importante citar como válida a iniciativa de inserir nos debates sobre sustentabilidade a participação de determinados grupos a partir da perspectiva das desigualdades, das diferenças, no caso, da desigualdade entre os gêneros. No entanto, é necessário ressaltar que mais uma vez grande parte do discurso é pautado pela Agenda 21, estabelecendo como meta um futuro de igualdade, ignorando as contradições e conflitos contemporâneo. Diante disto, surge o questionamento de como realmente se pode analisar as mudanças discursivas se muitos dos que participam dos fóruns das ONG's e movimentos sociais incorporam as expressões e ações da Agenda 21 (uma agenda que não dá a devida atenção aos processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais, sociais, locais, regionais, nacionais), mesmo tendo em vista que tal incorporação visa colocar em destaque as contradições e os conflitos sociais?

Voltando para a vivência feminina, constata-se que a Agenda 21 tem colocado as desigualdades entre homens e mulheres a partir de uma visão limitada, como se fosse possível alcançar um futuro comum sem considerar os fatos e processos que justificam as desigualdades que foram se consolidando ao longo dos anos. Procura-se tratar as diversas questões e necessidades relativas à moradia e abrigo, direitos à terra, saneamento, renda e emprego, transporte, segurança e cuidados com crianças e idosos a partir especificidades de gênero, considerando que a solução para tais problemas podem ser concebidas sem se ater a situações e estruturas de desigualdades bem definidas. Esquece-se que a situação de desigualdade seja entre os gêneros ou não é reafirmada pela limitação das liberdades, reflexo de um modelo de desenvolvimento que impacta de forma diferenciada os diversos agentes.

Para melhorar a condição do ser humano na sociedade é importante desvendar as estruturas de poder nas quais se está imerso e não estabelecer uma técnica, como a utilização da Agenda 21 que baliza atitudes e desconsidera as nuances particulares que retratam as disparidades sociais existentes. Para se alcançar tais mudanças, é necessário chamar a atenção não apenas para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, mas também para a utilização da perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas públicas urbanas mais justas.

3.4 A mulher e o acesso à moradia e à infra-estrutura urbana: a abordagem de gênero pela perspectiva do PROSAMIM

A casa, mesmo considerando as mudanças ocorridas no decorrer da história brasileira, é, nas palavras de Freyre (2004), ainda o centro mais importante de adaptação do homem ao meio, já que essa influi poderosamente na formação do tipo social.

A respectiva abordagem tem um apelo explícito no que concerne ao posicionamento da mulher dentro do espaço privado, de acordo com Freyre (2004), “a casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem. Sobre o homem em geral, mas, em particular sobre a mulher, quase sempre mais sedentária ou caseira”.

Tendo em vista as transformações no que diz respeito ao sedentarismo da mulher, uma vez que em decorrência do próprio processo de urbanização a mulher passou a participar mais de atividades no espaço público, o referido pensamento ainda é predominantemente aplicado a realidade cotidiana da mulher, já que ela continua a ter um posicionamento diferenciado e mais marcante dentro dos domicílios; o que mudou foi o acréscimo da jornada do trabalho

externo, como meio de sustento da família. Assim, mesmo com as mudanças ocorridas no âmbito familiar contemporâneo, a habitação permaneceu com inúmeras características fortemente patriarcais no que diz respeito a costumes e hábitos, que ainda influenciam fortemente o dia-a-dia das mulheres urbanas.

Na relação mulher-moradia destacam-se também reflexões sobre o acesso das mulheres à moradia e à estrutura urbana que também acabam por refletir a forma diferenciada de apropriação do urbano entre os gêneros.

Para Sen (2000), um dos empecilhos para total desenvolvimento de uma dada sociedade seria a falta de liberdade, mas não a liberdade relacionada ao ir e vir. Ele realiza uma reflexão sobre as várias formas de privação da liberdade, como a carência relacionada ao acesso a serviços básicos, saúde, educação e saneamento. Para uma nação ser verdadeiramente livre, segundo o autor, se faz necessário que todos tenham acesso a disposições sociais e econômicas e aos direitos civis. Aliado a esta situação de deficiência que restringem em altíssimo grau as liberdades substantivas, encontra-se a desigualdade entre homens e mulheres, bastante acentuada dentro das cidades.

No contexto urbano brasileiro, é possível verificar a “inexistência de uma política pública habitacional eficaz voltada para as mulheres, sobretudo as de baixa renda” (PELEGRINO, 2006, p. 201). Na realidade, existem tímidas iniciativas governamentais que englobam essa perspectiva, como por exemplo, a da Caixa Econômica Federal que publicou uma circular em 1998, definindo como prioridade a inclusão da mulher chefe de família no processo de seleção e concessão de financiamentos habitacionais com recursos do FGTS. No entanto, de acordo com informações da própria Caixa, a admissão nos programas habitacionais e nas linhas de crédito para financiamento de moradia ocorre, invariavelmente, pela renda, não considerando a situação de chefia feminina, o que contribui para o aprofundamento da carência de moradia entre os lares pobres chefiados por mulheres.

O direito às possibilidades de acesso à moradia e aos bens e serviços urbanos ainda é uma abstração para amplas parcelas da população brasileira. A conjuntura econômica do final dos anos 70 – altos índices inflacionários, achatamento dos salários e valorização da terra urbana, fruto do crescimento do mercado imobiliário e da ausência de uma política conseqüente para as cidades – alterou de modo profundo as condições de vida nos grandes centros do país (PELEGRINO, 2006).

É fato que a precariedade das ações públicas de saúde, educação, transporte e lazer acarreta dificuldades para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. No entanto, a falta de políticas urbanas contribui para dificultar ainda mais o dia-a-dia das trabalhadoras de classes menos favorecidas. Desta forma, as desigualdades de gênero já cristalizadas no tecido social do país são intensificadas diante da ausência de políticas urbanas eficazes.

Um dos pontos chave do PROSAMIM, senão um dos mais divulgados pelo Governo do Amazonas, diz respeito ao acesso a novas moradias, à saída de um lugar até então impróprio para a moradia e à possibilidade de fazer parte do seletivo grupo dos que possuem uma moradia digna, possuindo o Programa, nesse aspecto, uma especificidade condizente à mulher.

Indo pelo viés de possibilitar o acesso à moradia pela mulher – considerando modelos estabelecidos por organismos internacionais quando citam a necessidade de uma maior igualdade entre homens e mulheres na busca pela sustentabilidade urbano-ambiental – o PROSAMIM por intermédio do PDDR, trata de aspectos de gênero quando explicita que a documentação da nova moradia será emitida em nome da mulher. “Sob condição de negociação prévia com os componentes do grupo familiar, a documentação de propriedade e de uso das moradias de reposição será emitida em nome da mulher e dos filhos do casal” (PDDR, 2004, p.17).

Nota-se, mesmo que de forma implícita, duas questões propícias à reflexão quanto ao papel do Estado em manter e fortalecer a estrutura patriarcal dominante, uma vez que segundo Bourdieu (2007, p.105), “o Estado veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica”.

A primeira questão trata do momento em que o Estado estabelece a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, deixando a mulher com a parte ligada ao Estado social. Isto quer dizer que o Estado divide-se entre uma parte financeira e administrativa, de responsabilidade masculina (espaço público) e a vertente paternalista, familiarista e protetora, voltada para o feminino (espaço privado). A crítica não é à iniciativa de alocar a mulher como proprietária da casa, mas sim ao fato de colocar em campos estanques espaço público e espaço privado, deixando em segundo plano as mudanças estruturais ocorridas nas famílias, esquecendo-se o caráter político que assume o espaço privado e que acaba por influenciar o espaço público.

Na segunda questão, a realidade predominantemente patriarcalista revela-se novamente quando o PDDR diz que a nova moradia será no nome da mulher ou dos filhos, mas desde que exista um acordo entre os componentes da família, ou seja, fica implícito que a mulher será a “dona da casa” desde que obtenha o consentimento do companheiro. O Plano prevê também preparação profissional da mulher para o mercado de trabalho em virtude das mulheres que se apresentam como provedoras familiares nos igarapés. Mais adiante será verificado se tais especificidades voltadas para o universo feminino foram ou estão sendo realizadas pelo PROSAMIM.

Apesar de tratar de um aspecto referente às mulheres no que diz respeito ao acesso à moradia, o PDDR desconsidera quase que totalmente a acessibilidade feminina aos equipamentos e serviços urbanos nas novas moradias, denotando que a possibilidade de ser

proprietária de uma casa não é o suficiente para atenuar a segregação urbana vivenciada pela mulher. O único tópico do Plano que faz referência à infra-estrutura urbana diz respeito ao oferecimento de creches, “ações facilitadoras das jornadas de trabalho realizadas pela mulher, tais como a disponibilização de creches para estadia de crianças durante a ausência da mãe” (PDDR, 2004, p.18). Posteriormente, na análise dos dados será exposto que a carência no oferecimento deste tipo de serviço permaneceu após o remanejamento.

A partir da contextualização de vida da mulher na cidade é que se pretende trabalhar a perspectiva da mesma no seu cotidiano no igarapé e após o remanejamento, visto que a retirada destas famílias implicará em uma nova configuração da cidade, tornando-se pertinente analisar a vida dessas mulheres, verificando a realidade além da expectativa do “sonho da nova moradia”.

4 O COTIDIANO NOS IGARAPÉS E NAS NOVAS MORADIAS

Ao se propor analisar o cotidiano de agentes sociais no espaço urbano é imprescindível tratar do lugar, pois é neste que as sociabilidades são reconstruídas. Nas palavras de CARLOS (2001, p. 14), “a noção de reprodução desvenda como perspectiva analítica a realidade urbana em constituição, analisa a vida cotidiana como lugar da reprodução em sentido amplo”. Foi nesta perspectiva de relação com o lugar e atribuição de valor ao espaço dos igarapés a partir da vivência e da captura de aspectos do cotidiano que esta etapa da pesquisa foi realizada.

4.1 A vida nos igarapés Bittencourt, Manaus e Mestre Chico

Na primeira fase da pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas: aplicação de formulários sócio-econômicos, para obtenção de informações sobre o perfil das famílias ali residentes; acompanhamento fotográfico, no intuito de captar imagens da forma de viver nos igarapés e das rápidas mudanças ocorridas na paisagem; caderno de campo e observação direta intensiva para registrar informações que transcendem aquelas abordadas nos formulários. Tais instrumentos tiveram por objetivo auxiliar a compreensão da forma como a vida se estrutura nos igarapés para então, posteriormente, se efetuar a análise da fase pós-remanejamento. Esta fase da pesquisa foi realizada nos três primeiros meses do segundo semestre de 2007.

Na compilação dos dados nos três igarapés e por meio do contato estabelecido, a primeira informação de relevância para o trabalho foi a predominância do sexo feminino (70%) no que corresponde aos informantes da pesquisa, ou seja, maior disponibilidade

feminina em participar da pesquisa. Desta forma, os dados aqui apresentados possuem a expressão predominante da forma como as mulheres interpretam a forma de viver nos igarapés (Gráfico 1), a realidade aos olhos da mulher. Tal fato permitiu apreender percepções e representações singulares inerentes às mulheres que serão descritas no decorrer da análise dos dados.

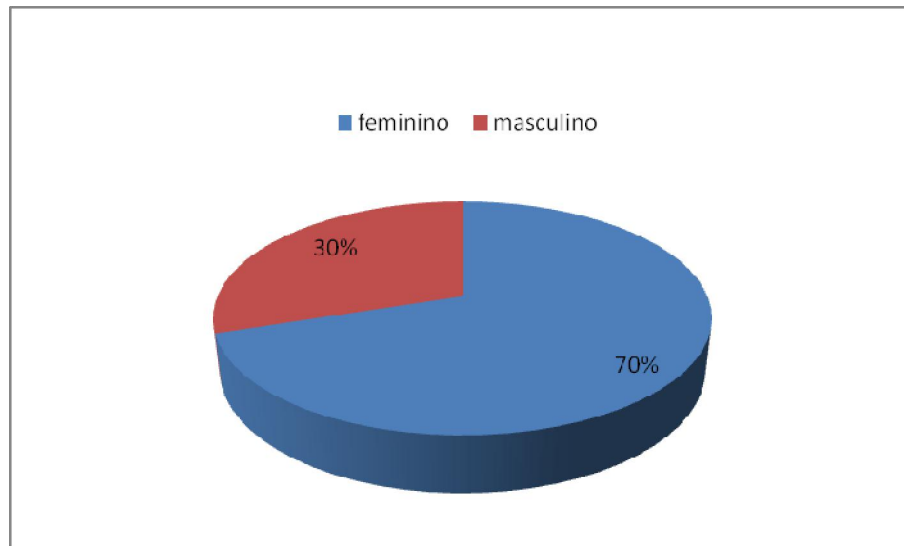


Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

O que se constatou nas áreas estudadas é que prevalece ainda o homem como majoritariamente o provedor do lar, apesar do aumento considerável do número de mulheres na situação de chefes de família no Brasil. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2007), entre 1996 e 2006, esse número passou de 10,3 milhões para 18,5 milhões, correspondendo a uma variação de 79%. Vale destacar que apenas no igarapé Bittencourt, existe a predominância da mulher como provedora.

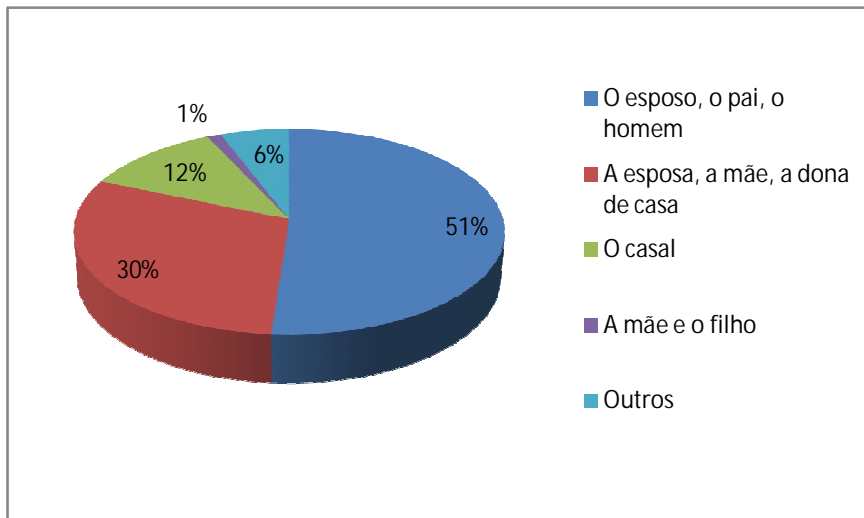


Gráfico 2 – Principal responsável pela renda

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Pode-se elucidar esta realidade quando se considera que as sociedades contemporâneas estão assentadas sobre a estrutura patriarcalista, sendo que esta estrutura permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura (Castells, 2000), onde prevalece a autoridade do homem sobre a mulher e os filhos. Esta estrutura necessita da família patriarcal como base fundamental para se reproduzir, pois caso contrário surgiria como um meio exclusivo de dominação. Mesmo quando essa autoridade patriarcal é cessada, a estrutura de dominação é reproduzida de outras formas, inclusive mental.

Dentro das estatísticas levantadas no decorrer da pesquisa, entre aquelas mulheres que exercem algum tipo de atividade remunerada, prevalece o trabalho informal. Além disso, apesar do desejo de independência, se viram obrigadas a trabalhar por dois motivos ou porque o cônjuge estava desempregado ou porque necessitavam sustentar seus filhos e agregados

sozinhas, no caso das que não possuem relação marital. Por muitas vezes, esse trabalho foi caracterizado por elas mesmas como uma situação passageira.

Tanto nas residências onde o homem ou mulher é o responsável pelo sustento da família e até mesmo quando ambos são responsáveis, predomina a renda de até dois salários mínimos (Gráfico 3), números que podem ser associados ao baixo nível de escolaridade, onde predomina ensino fundamental completo ou incompleto.

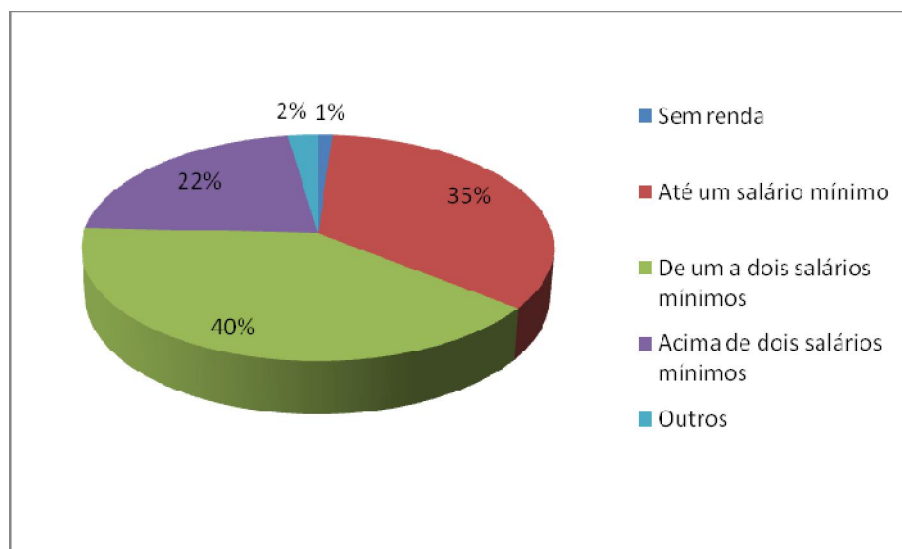


Gráfico 3 – Nível de renda

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Nos igarapés prevalece o sexo feminino entre os adultos que voltam a estudar. Elas também possuem maior nível de instrução, informação que coincide com os últimos dados divulgados pelo IBGE. Segundo o Instituto, nas áreas urbanas, a escolaridade média das mulheres é de 7,4 anos para a população total e de 8,9 anos para as ocupadas, sendo as áreas metropolitanas as que apresentam as maiores médias de anos de estudo entre as mulheres.

Voltando estas informações para o relacionamento intrafamiliar, Sen (2000) afirma que a educação e a alfabetização das mulheres tende a reduzir as taxas de mortalidade das

crianças. Isto se dá devido à importância que na maioria dos casos as mães dão ao bem-estar dos filhos e da influência que possuem nas decisões familiares quando sua condição de agente⁵ é respeitada.

No entanto, esta realidade de busca da mulher por melhores condições educacionais ainda se mostra como um processo em construção, visto que os dados referentes à distribuição das profissões revelaram que as mulheres concentram-se no setor terciário, onde se incluem as atividades informais e mal remuneradas devido ainda à baixa qualificação profissional.

Em relação ao número de famílias por moradia nos igarapés em estudo, predominaram os domicílios unifamiliares (Gráfico 4), ou seja, casas onde mora apenas uma família, o que leva a refletir sobre a morada dessas pessoas e a sua produção de espaço, porque mesmo nestas casas unifamiliares existem famílias com até nove pessoas vivendo em espaços relativamente pequenos, muitas vezes de no máximo dois cômodos. Para estas pessoas inexistente a privacidade já que dividem estes pequenos ambientes de moradia com várias pessoas e em precárias condições. Em alguns casos, aquelas famílias que moram em quartos alugados pertencentes a um único proprietário, espaços conhecidos na cidade como estâncias, dispõem de apenas um banheiro externo para todas as famílias que residem no local.

⁵ O autor trata agente como a pessoa capaz de auferir uma renda independente, em encontrar emprego, ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e participar como pessoa instruída nas decisões dentro e fora da família.

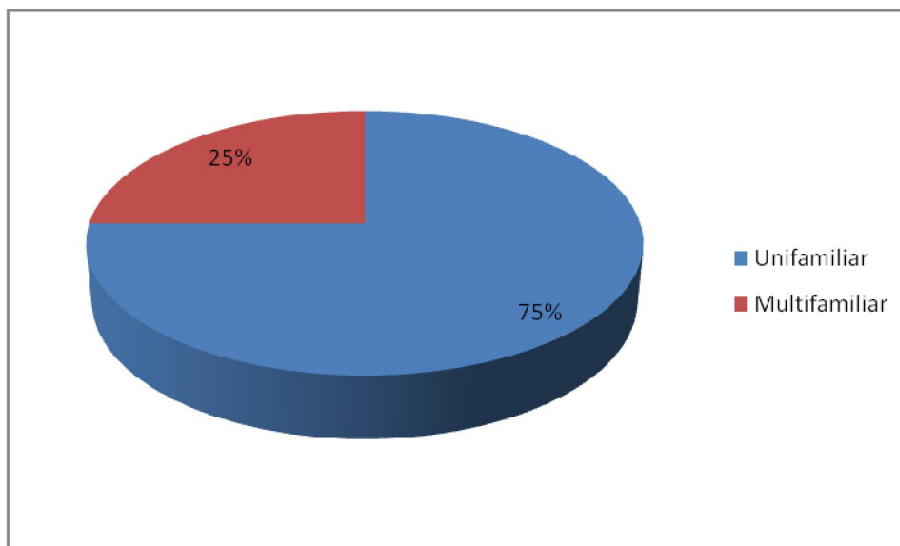


Gráfico 4: Tipo de famílias

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

A maioria das casas é constituída por palafitas construídas em cima do igarapé (Figura 4) e o acesso se dá por meio de pontes de madeira, verdadeiras ruas, constituindo um sistema viário interno. Em época de cheia (período de abril a julho) ou quando o igarapé transborda com as grandes precipitações de verão, as condições de vida dessas famílias se agravam ainda mais, principalmente para as crianças que, tendo nas pontes o único espaço para brincarem, freqüentemente, estão em contato com águas poluídas e, conseqüentemente, ficam mais vulneráveis às contaminações.

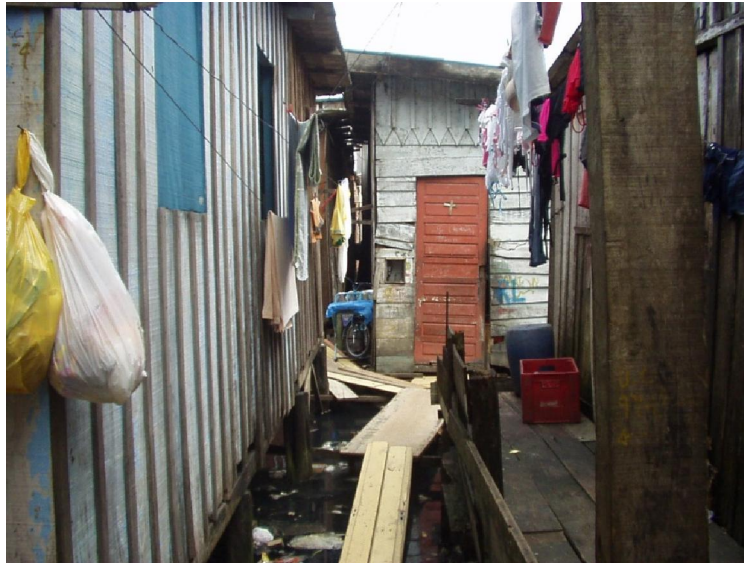


Figura 4 – Casas sobre as águas
FONTE: PINHEIRO, 2006.

Este fato se torna um problema para as mães dessas crianças que por não terem com quem deixar seus filhos se vêem na impossibilidade de trabalhar e estudar por receio de acidentes, como casos de crianças que já caíram no igarapé, conforme relatado durante a pesquisa.

Segundo Oliveira e Souza (2003), as casas das cidades amazônicas não estão preparadas para a chuva, nem para o sol e, principalmente, para o calor. Isso se evidencia na inadequação das construções que possuem uma dimensão cultural decorrente da imposição de modelos de moradias caracterizados pelo menosprezo às condições naturais. Nos igarapés estudados o desconforto começa principalmente, pelo tipo de cobertura, já que mais da metade das residências pesquisadas, são cobertas com amianto (Figura 5). O tipo de cobertura, somado aos pequenos cômodos e com pouca ventilação, transforma essas casas em ambientes muito quentes e úmidos, já considerando o clima da cidade, prejudicando a saúde dos moradores.



Figura 5 - Tipo de cobertura das casas no igarapé Bittencourt

FONTE: PINHEIRO, 2007.

Nos domicílios verificados nos três igarapés, predominam famílias que se colocam como proprietárias das residências (Gráfico 5), que em sua maioria foram casas construídas ao longo dos anos pelos próprios moradores.

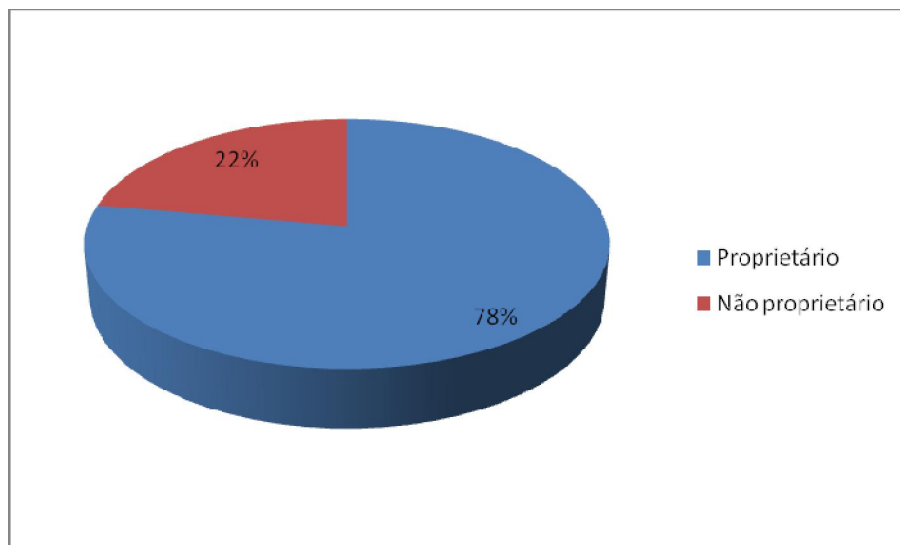


Gráfico 5 – Propriedade da moradia

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

A autoconstrução é uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de moradia nas cidades. “A autoconstrução é o processo pelo qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares nos seus horários de folga do trabalho remunerado. Essa habitação se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho” (VALLADARES *apud* OLIVEIRA; SOUZA, 2003, p.100). Esta realidade ressalta a importância da moradia, da necessidade e do desejo em ser proprietário de uma casa, mesmo que esta esteja localizada em lugar de precárias condições habitacionais. A moradia autoconstruída foi a única alternativa de abrigo que sobrou às famílias pobres de Manaus. Para estas a sua casa, independente da localização e das condições, possui um valor de uso vital. Portanto, a moradia nos igarapés representa para o seu morador, na maioria dos casos, não um problema, mas a solução que envolve aspectos como: não-pagamento de aluguel, economia com gastos de transporte, etc. Pode-se levar em consideração também que a beira do igarapé na visão de quem chegava do interior ou de algum estado próximo, não era de ninguém, encontrava-se desocupada e na ausência de condições de se morar em um local mais apropriado, o igarapé se mostrou em uma opção possível.

Os dados do gráfico seguinte revelam a forma como essas famílias organizaram suas vidas em função da moradia na área central de Manaus e dizem respeito ao local de trabalho, já que um número considerável das pessoas que trabalham, realizam suas tarefas sejam elas formais ou informais próximo ao local de moradia, deslocando-se a pé até o seu trabalho (Gráfico 6).

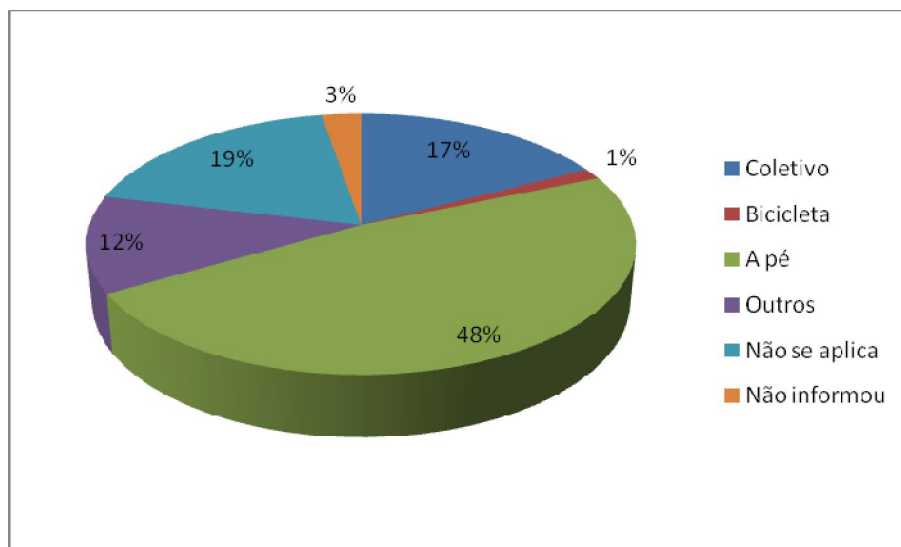


Gráfico 6 - Forma de deslocamento ao trabalho

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Apesar de ser maioria o número de moradores que são favoráveis a sair da área estudada (Gráfico 7), os mesmos vêm neste ato um ponto negativo quando pensam que seus trabalhos serão afetados no caso de irem morar longe do centro da cidade, devido ao deslocamento, considerando aí a perda de tempo dentro dos ônibus bem como a questão das despesas com passagem do transporte público. A maioria dessas famílias possui renda de até dois salários mínimos e muitas vezes são pessoas que trabalham na informalidade. Logo, o gasto com deslocamento torna-se alto em seus orçamentos, representando cerca de 30% de seus ganhos se forem considerada apenas duas viagens (ida e volta) ao dia.

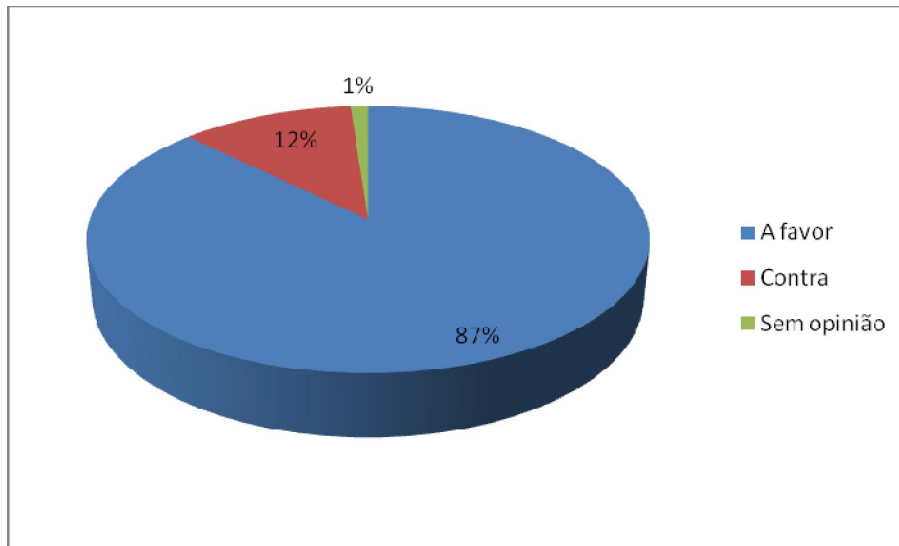


Gráfico 7 – Posicionamento sobre a saída do local

FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Santos (1996, p. 96), trata desta situação quando escreve que a “organização dos transportes torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não só porque devem pagar caro por seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias”.

Outra situação de conflito encontrada nestes espaços é daquelas famílias que possuem comércio dentro da área estudada, sendo esses em todos os casos encontrados no decorrer da pesquisa, gerenciados por mulheres. Essas mulheres ao serem remanejadas das áreas dos igarapés perderão toda a sua clientela, sem ter a certeza se para onde vão possuirão condições de montarem novamente seus negócios. Nesta situação insere-se o caso de uma moradora do Igarapé Bittencourt, que possui um pequeno estabelecimento comercial e do qual tira uma renda mensal de aproximadamente R\$800,00. Ao ser questionada sobre o posicionamento do PROSAMIM em relação à situação de sua “taberna” a mesma disse: “Eles não dão valor a isso”. Ainda segundo informações da moradora, será doado a ela um fundo no valor de R\$1.500,00 para suprir os danos causados pelo fechamento de seu estabelecimento, porém a

mesma informou que não sabe como ficará sua situação, pois mudará para os apartamentos localizados na área central da cidade.

O PDDR trata da questão acima abordada por meio do PAR, que ficou circunscrito a dois mecanismos centrais: adequação física da moradia de reposição para abrigar os casos em que o comércio e/ou serviço era desenvolvido originalmente na moradia da família e indenização assistida, pagando-se o valor do negócio em dinheiro, acrescentada de mecanismos de apoio ao micro e pequeno empresário para reinstalar o negócio em lugar e condições indicadas por estudo prévio (PDDR, 2004, p. 42). Em relação ao estabelecimento de comércio dentro da área dos apartamentos, o documento oficial não possui nenhum item tratando sobre o assunto. Mesmo assim, durante visita aos apartamentos foi verificado que os comércios estão funcionando no local normalmente.

4.1.1 Relações de vizinhança

Os lugares podem ser caracterizados pelo estilo de vida das pessoas que os habitam, constituindo um conjunto de sentimentos e emoções peculiares para quem ali estabeleceu sua vida. Esse conjunto de interesses e associações locais, Park define como vizinhança:

Com efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradição e uma história sua. Dentro dessa vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente e a vida de qualquer localidade se movimenta com certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos ao seu redor (PARK, 1979, p. 30).

A aproximação e o contato entre vizinhos são a base para a mais elementar forma de associação e organização da vida cotidiana, que surge com o intuito de dar expressão aos assuntos, sentimentos e interesses locais. Para Carlos (2001), as relações se tornam sólidas

nos lugares onde se realiza a vida cotidiana, o que envolve o emprego de um determinado tempo e espaço em si. Desta forma, “a relação espaço-tempo se explicita como a prática sócio-espacial no plano da vida cotidiana, realizando-se à maneira de modo de apropriação” (CARLOS, 2001, p. 213).

Nos igarapés não é diferente, as relações de vizinhança se constituem em um ponto de extrema importância no cotidiano dessas famílias, uma vez que elas realmente participam do dia-a-dia umas das outras, seja nos momentos de diversão ou, principalmente, nos momentos de necessidade e amparo. Essas relações se estabelecem e se consolidam principalmente quando relacionadas com o tempo de moradia no local (Gráfico 8), fazendo com que um número expressivo de famílias já mantenham estas relações por mais de 2 anos, o equivalente a 92% dos informantes, sendo que 62% já moravam no local a mais de dez anos.

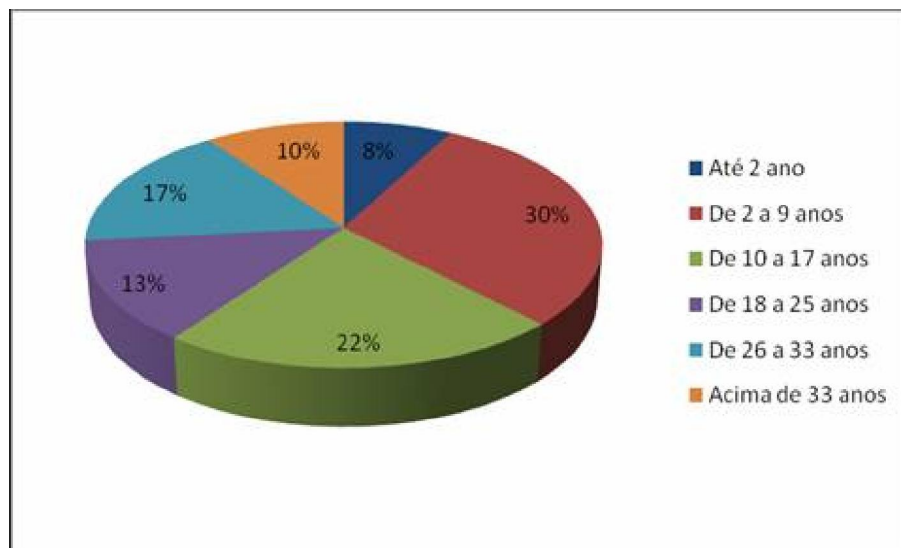


Gráfico 8 – Tempo de moradia nos igarapés
FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Referente ao processo de ocupação dos igarapés, observa-se que o Igarapé Manaus é aquele que apresenta um menor número de famílias com mais de trinta e três anos no local e que predominam aquelas famílias que estão ali, no máximo, há cinco anos. Estes dados

justificam informações dadas por alguns moradores que já estão há bastante tempo no local e relatam que as primeiras moradias se deram apenas às margens do igarapé com suas frentes para a rua Major Gabriel ou para a rua Igarapé de Manaus e não dentro dos igarapés. A ocupação propriamente dita no igarapé se intensificou nos últimos quinze anos, pois na década de noventa ainda era possível observar a área referente à passagem do igarapé parcialmente livre e, posteriormente, este espaço em determinado ponto entre as ruas Sete de Setembro e Ipixuna foi totalmente habitado, fazendo com que tanto as casas que possuíam acesso por becos na rua Igarapé de Manaus quanto Major Gabriel tomassem conta da área até então não totalmente composta por palafitas (Figura 6).



Todas essas casas não existiam em meados da década de 90

Figura 6 – Casas no Igarapé Manaus
FONTE: PINHEIRO, 2006.

Entre as casas não existe quintal, não existem muros e cada espaço que não seja o interior da casa é compartilhado por todos que moram próximos (Figuras 7 e 8), o que também contribui para estreitar os laços de vizinhança. É também nesses espaços e a partir das referidas relações que se concretizam os momentos de lazer, tanto de crianças que correm

pelos pontes, como de adultos que nos finais de semana se reúnem para ouvir músicas, assistir jogos de futebol na TV e ingerir bebidas alcoólicas. Tais atividades ocorrem principalmente pela falta de opções de entretenimento gratuito no centro e impossibilidade de freqüentar outros espaços de lazer da cidade, o que se dá em grande parte pelas restrições de renda das populações do Igarapé.



Figura 7 – Espaço comum no Igarapé Manaus
FONTE: PINHEIRO, 2006.

Figura 8 – Espaço comum no Igarapé Bittencourt
FONTE: PINHEIRO, 2006.

Desta forma, as relações de vizinhança constituem-se em verdadeiras redes de proteção privada e informal. Conforme sustenta Macedo:

Em casos de necessidade como, por exemplo, doenças, pode-se contar com os vizinhos para ajudar a cuidar da casa e dos filhos. Além disso, em situações de aperto, é às vezes possível conseguir pequenos empréstimos em dinheiro. Estabelece-se também, entre os vizinhos com os quais se tem maior intimidade, um pequeno sistema de trocas e empréstimos de objetos, alimentos e roupas. As relações de vizinhança constituem-se, assim, como uma rede de cooperação e auxílio mútuo, através da qual a sistemática precariedade de condições de vida pode ser minorada (MACEDO, 2001, p. 72).

Essas relações de compadrio e complementaridade à esfera doméstica persistem ainda em muitas áreas periféricas nos grandes núcleos urbanos, uma vez que as pessoas

protagonistas destas relações estão em situação de vulnerabilidade e tais relações acabam por se tornar base de segurança em meio à realidade individualista nas metrópoles.

O “morar”, nesta perspectiva, pode ser definido fazendo uma abordagem das formas de uso que se revelam no “habitar”, a partir da vida cotidiana, que fundamenta a história e a memória das pessoas e suas relações sociais e dos laços de solidariedade e união criados em uma relação de vizinhança.

As relações de vizinhança surgem com destaque, em especial para as mulheres, sendo que realmente tais relações parecem se consolidar através das mulheres, já que estas quando trabalham fora geralmente deixam seus filhos com vizinhos e parentes que moram nas proximidades, sem a necessidade de pagar por isso. Tal fato denota outra carência no espaço urbano central de Manaus, a precariedade ou até mesmo a inexistência no serviço de creche nestas áreas.

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2007, nas famílias brasileiras mais pobres, apenas 9,9% de crianças na faixa entre 0 a 3 anos freqüentavam creches, provavelmente em razão da pouca oferta de vagas em creches públicas. Se forem consideradas as famílias com rendimento mensal *per capita* de mais de 3 salários mínimos, o acesso à creche e ao pré-escolar cresce para 40,7% das crianças. Está realidade pode ser aplicada à cidade de Manaus, já que a pesquisa mostrou que das famílias estudadas nenhuma criança freqüentava a creche, embora tivessem idade para tal.

4.1.2 Acesso aos serviços de saúde e à educação

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, observa-se outro dado relevante. De acordo com as famílias analisadas, as mesmas na maioria dos casos só têm acesso à

assistência médica de urgência e emergência que são os pronto-socorros e os serviços de pronto atendimento, o que denota que as mulheres bem como as crianças na maioria dos casos não têm acesso a um serviço médico que proporcione um acompanhamento periódico. Este dado revela que as mulheres possuem dificuldades ao acesso a exames ginecológicos preventivos e a métodos contraceptivos. De acordo com Costa e Silvestre (2004), a disponibilidade de métodos contraceptivos apresenta desigualdades regionais e tendência a concentrar a oferta de pílulas contraceptivas. O conhecimento, o uso e a preferência por DIU, diafragma e vasectomia são significativamente maiores entre as mulheres com maior escolaridade, o que evidencia uma maior dificuldade de acesso a essas informações e tecnologias para as mulheres de menor estrato social.

Os serviços médicos mais utilizados são: PAM da Codajás, no bairro Cachoeirinha; SPA da Colônia Oliveira Machado, sendo este o mais citado entre os moradores; Posto de Saúde do Bairro Santa Luzia; Casa do Médico da Família, no Centro; e Hospital Infantil Doutor Fajardo, localizado na Joaquim Nabuco, Centro.

A maioria dos serviços médicos utilizados pelos moradores dos igarapés encontra-se em bairros próximos ao Centro e não neste, mostrando a carência existente e a facilidade em encontrar serviços próximos à moradia, realidade não encontrada entre aqueles que foram morar longe do centro e por falta de atendimento nos seus atuais bairros continuam se deslocando até esses locais para efetuarem suas consultas e exames.

Dentre os receios que os moradores possuem em decorrência do remanejamento da área central, está a possibilidade de irem morar distante das atuais escolas que freqüentam, pois das pessoas que freqüentam a escola, mais da metade mora próximo aos respectivos colégios. Além disso, dependendo da época do ano em que serão remanejadas poderão ser prejudicadas no andamento de seus períodos letivos, pela impossibilidade de realizar matrícula em uma escola próxima a sua nova moradia, considerando que existe um período

específico para matrículas na rede municipal e estadual de ensino. Outro problema seria a distância entre a nova moradia e a escola que já frequentava anteriormente ao remanejamento, o que poderia causar desestímulo, devido à falta de recursos para deslocar-se, tendo como consequência a desistência escolar, que gera perdas tanto para quem desiste quanto para o poder público que é o responsável pelos gastos com a educação.

4.1.3 Serviço de saneamento

A moradia é considerada uma necessidade básica, como a alimentação e o vestuário. O acesso à moradia não deve ser confundido simplesmente com o acesso à propriedade, na medida em que se entende moradia como um direito de subsistência, que deixa de ser fruto somente da capacidade econômica dos indivíduos. Em função disso, a questão da moradia deve ser entendida como um conjunto de elementos que além de estarem relacionados a serviços como o de saúde, educacional e transporte também possuem ligação direta com os serviços de saneamento básico. Os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo são considerados serviços básicos para o bom funcionamento dos domicílios.

A região Norte do Brasil quando comparada com as outras possui grandes diferenças que refletem situações de desvantagem. Nela, há um alto percentual de domicílios sem serviço de abastecimento de água (31,4%). No que diz respeito ao esgotamento sanitário, apenas 12,6% apresentaram esse tipo de serviço. Na região Norte somente 10,5% dos domicílios possuem os três serviços de forma simultânea.

No estado do Amazonas, o IBGE (2007) informa que somente 5,8% dos domicílios particulares permanentes urbanos, que possuem rendimento médio mensal *per capita* entre um e dois salários mínimos, contam com o serviço de saneamento.

Apesar de 90% dos moradores dos igarapés utilizarem o serviço de coleta pública de lixo, é notória a quantidade de lixo doméstico flutuando próximo às casas. A pesquisa mostrou que 100% dos consultados possuem abastecimento de água por rede geral com canalização interna.

Como era de se esperar, 100% dos pesquisados nos três igarapés descartam seus esgotos nas águas dos mesmos. A ausência ou precariedade do serviço de saneamento atinge a todos. No entanto, quando analisada pela perspectiva de gênero, apresenta-se como um fator que amplia a situação de desvantagem na qual a mulher urbana de baixa renda se encontra. Isto por que a problemática de saneamento tem impactos diretos sobre a saúde das crianças, ocasionando males como diarreias e vômitos e, nestas ocasiões, as mulheres no papel de mãe, necessitam dispor de tempo para levarem seus filhos ao médico, sem ter com quem deixar seus outros filhos em casa. É ela também que necessitará, no caso de trabalhar, faltar ao serviço, assim como é ela que enfrentará as filas e lotações nos hospitais públicos.

4.1.4 A ausência de lideranças comunitárias e a atuação do Grupo de Apoio Local - GAL

Na estrutura organizacional do cotidiano nos três igarapés pesquisados, observou-se a ausência de lideranças comunitárias oficiais ou até mesmo o desconhecimento por parte dos pesquisados. No entanto, constatou-se maciça participação feminina no GAL formado por representantes das famílias a serem remanejadas. Este grupo tem como objetivo facilitar o intercâmbio de informações entre o PROSAMIM e as famílias que já foram, estão e serão remanejadas. O GAL faz parte do processo de “Gestão Compartilhada” entre Governo e população, proposto pelo Governo do Estado, sendo uma das três instâncias que compõem a

Gestão Compartilhada, as outras duas são o Comitê de Representante da Comunidade - CRC e a Comissão Consultiva. De acordo com o PDDR, o Comitê é composto por seis lideranças representantes dos igarapés. São quatorze GAL's, sendo estes constituídos também por representantes das famílias dos igarapés. A Comissão Consultiva é composta por trinta e um representantes da sociedade manauense e suas instituições públicas e privadas.

Em decorrência de a mulher lidar mais com os problemas do cotidiano no que diz respeito ao acesso a equipamentos e serviços urbanos e situações relacionadas à moradia, é ela também que participa mais de grupos que lidam com esses interesses e essa é uma forma de se inserir na luta por políticas urbanas adequadas a sua realidade e, conseqüentemente, esta é uma das formas da mulher atingir o espaço público.

Os moradores alegaram que o GAL apenas trabalha avisando o dia da realização das reuniões, não representando realmente os interesses dos moradores frente ao PROSAMIM, além do fato de muitos moradores sequer possuírem conhecimento sobre a existência do grupo (Gráfico 9).

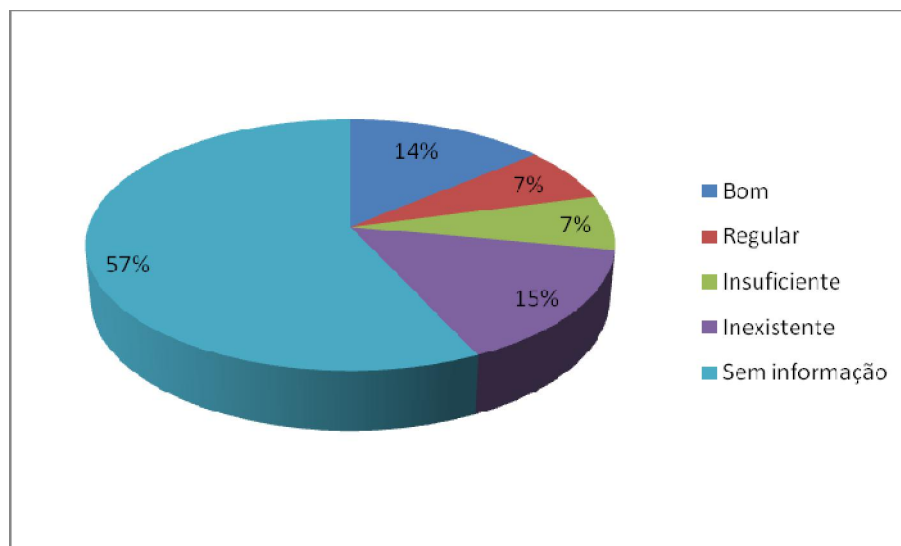


Gráfico 9 – Atuação do GAL
FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Por meio de participação em um evento organizado pelo PROSAMIM com os moradores, onde foram realizadas gincanas e palestras sobre a cidade de Manaus, pode-se constatar que o GAL funciona mais como um mecanismo que procura mostrar aos moradores os benefícios do PROSAMIM e não discutir assuntos relacionados ao remanejamento, visto o descontentamento de muitos apresentado durante as conversas.

4.2 A perspectiva da ruptura com o cotidiano conhecido: a procura por novas moradias

O PROSAMIM estabeleceu um plano para detalhar os tipos de ressarcimento a serem entregues às famílias dos igarapés e critérios a serem seguidos; informações essas contidas no PDDR. Assim, torna-se interessante observar o que está no documento e sua aplicabilidade na realidade encontrada dos igarapés.

No âmbito do PDDR, estão conceituadas e detalhadas quatro alternativas para reposição das moradias que deverão e estão sendo demolidas: unidades residenciais superpostas em três andares, com área variando entre 50 e 55m², sendo as mesmas implantadas em terrenos disponíveis nas imediações do Igarapé Manaus e em Solo Criado⁶ às margens do Igarapé Mestre Chico; unidade residencial térrea, em terreno de 128m² e área construída de 38m², localizadas em Conjuntos Habitacionais implantados por meio da Política Habitacional vigente em Manaus; unidade residencial térrea, assobradada ou verticalizada tipo apartamento, captada no mercado imobiliário local, adquirida com o bônus-moradia (valor de R\$21.000,00) e indenização em dinheiro, para residências que possuem valor superior ao bônus-moradia.

⁶ Aterro do Igarapé e compactação para a construção de apartamentos.

É importante destacar como cada uma dessas alternativas se estrutura para melhor compreender como ocorre o processo de escolha da nova casa por parte dos moradores dos igarapés.

De acordo com o PDDR, a indenização em dinheiro pela casa desapropriada é assegurada tanto aos proprietários quanto para os ocupantes dos imóveis. No caso dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico não existem casos de proprietários com pleno direito de propriedade, visto que são áreas de domínio da União e do governo do Estado. A indenização também é aplicada aos donos não residentes nas palafitas que estão ocupadas por inquilinos, os donos de benfeitorias cujo valor seja superior ao valor de referência de uma moradia de reposição e que preferiam a indenização em dinheiro em lugar das outras alternativas do presente Plano. Os proprietários de imóveis que serão requeridos para implantação de Quadras-Bairro da mesma forma podem optar por este tipo de ressarcimento.

No caso dos Conjuntos Habitacionais, esta se mostra como opção também para aqueles que são donos e para os que vivem de aluguel nas áreas dos três igarapés. A implantação de 1.900 novas unidades habitacionais nos Conjuntos Habitacionais Nova Cidade e Presidente Lula tiveram como público alvo, definido pela política habitacional local, as famílias não proprietárias, residentes em moradias de risco, tais como aquelas atualmente instaladas nas áreas requeridas para implantação do PROSAMIM.

No PDDR, a alternativa de implantação de Quadras-Bairro no entorno do Igarapé Manaus e em Solo Criado, no Igarapé Mestre Chico, caracteriza-se em prédios de dois e três pavimentos, sendo a mesma tipologia arquitetônica para o caso de Quadras-Bairro construídas em Terrenos e em Solo Criado.

A tipologia projetada envolve três alternativas, as tipologias ARQ1 e ARQ2 que possuem 5 cômodos, dispostos em 50m²; e a tipologia ARQ3 que possui 5 cômodos mais um pátio, distribuídos em 55m², conforme quadro e planta abaixo:

	COMPARTIMENTOS	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	TOTAL DAS ÁREAS (m ²)
ARQ 1 e ARQ 2	Sala	1	11,90	11,90
	Copa, Cozinha e Serviço	1	11,86	11,86
	Banheiros	1	2,63	2,63
	Quarto	2	11,90	23,80
Área total				50,19
ARQ 3	Sala	1	11,90	11,90
	Copa, Cozinha e Serviço	1	11,86	11,86
	Banheiros	1	2,63	2,63
	Quarto 01	1	11,90	11,90
	Quarto 02	1	10,90	10,90
	Pátio	1	6,65	6,65
Área total				55,84

Quadro 1 – Tipologias arquitetônicas
FONTE: PDDR, 2004.

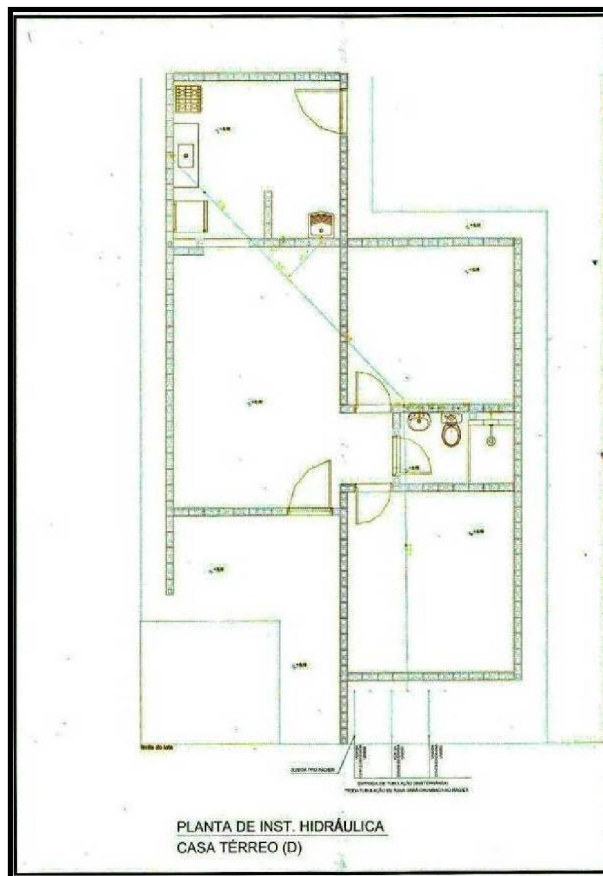
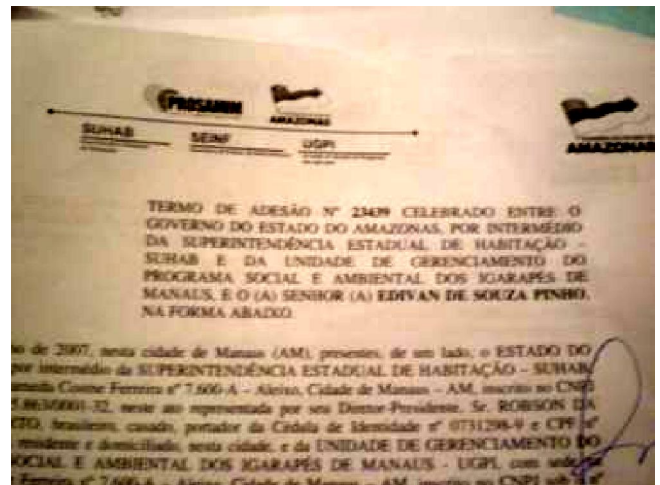


Figura 9 – Planta de Instalação Hidráulica
FONTE: Manual do Proprietário, 2007.

A planta acima é referente a um apartamento padrão localizado no térreo dos blocos de apartamentos das Quadras-Bairro, visto que apesar de possuírem o mesmo tamanho, os apartamentos do andar superior possuem uma disposição dos cômodos diferenciada.

A alternativa do bônus-moradia tem o valor de R\$21.000,00, e possui como público alvo toda família que venha a localizar uma residência neste valor e que atenda aos critérios pré-estabelecidos pelo PROSAMIM, tais como IPTU, contas de água, luz e telefone – esta última, caso exista – título de propriedade e uma infra-estrutura básica que permita o mínimo de segurança. A partir da verificação das exigências, a parte legal é realizada, sendo assinado um termo de adesão (Figuras 10 e 11) entre as partes, Governo do Estado e remanejado.



Figuras 10 e 11 – Termo de adesão realizado entre as partes envolvidas.
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Na fase quantitativa da pesquisa um dos tópicos abordados foi o tipo de ressarcimento escolhido pelos moradores dos igarapés conforme gráfico abaixo:

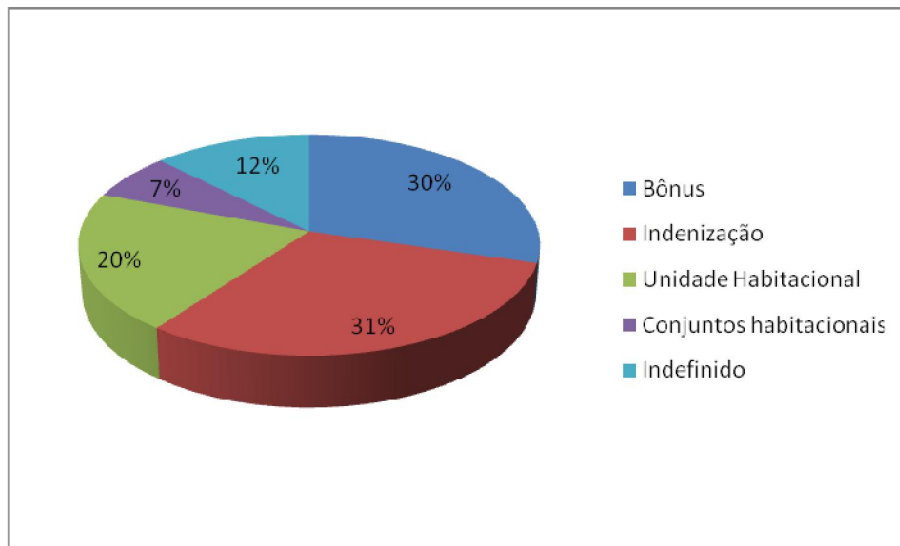


Gráfico 10 – Tipo de ressarcimento escolhido
FONTE: Pesquisa de campo, 2007.

Conforme evidenciado pelo gráfico, apesar de uma pequena diferença, é possível verificar que predomina a opção pela indenização, constatou-se em alguns casos, mesmo famílias que residiam em casas que de acordo com o PROSAMIM, valiam abaixo de R\$21.000,00, mas que ainda assim receberiam esse valor, preferiram indenização. Uma das hipóteses para tal escolha seria a liberdade que se tem em optar por um lugar para morar ou ter o livre arbítrio para fazer o que julgar mais conveniente com o dinheiro recebido, isso porque nos casos onde se escolhe a alternativa bônus-moradia, o morador fica condicionado à aprovação da residência escolhida pelo PROSAMIM e o valor vai direto para as mãos do então proprietário da casa.

De acordo com os dados coletados já na segunda fase da pesquisa, essa necessidade de aprovação da casa pelo PROSAMIM, em muitos casos, dificultou o encontro da residência desejada, uma vez que quando se encontrava a casa no valor de R\$21.000,00 ela apresentava

alguma limitação frente às exigências impostas pelo PROSAMIM, ou a situação inversa ocorria, quando a casa preenchia os requisitos básicos estipulados, o valor estava acima do previsto.

É válido considerar que a distância do Centro era critério que pesava no momento da busca pela nova moradia. Este fator dificultava mais ainda o encontro, pois de acordo com o PROSAMIM, o valor de R\$21.000,00 foi estipulado tendo como critério o fato de que este era o valor gasto pelo Governo em uma unidade habitacional construída em Conjuntos Habitacionais. Outro critério empregado pelo Programa foi a pesquisa de mercado que utilizou como valor base uma moradia de R\$18.000,00, conseguindo identificar apenas 62 casos de oferta. De acordo com os relatos coletados no decorrer da presente pesquisa, observou-se que mesmo tendo como valor os R\$21.000,00, era difícil encontrar casas que preenchessem as exigências do Programa e satisfizessem os anseios dos moradores, principalmente no quesito “distância do centro”, o que fez com que muitos adquirissem casas em bairros distantes, quando se considera a área central como referência. Tal opção se deu mesmo que muitas vezes a escolha implicasse em uma moradia em locais novamente inapropriados.

É inegável que a sociabilidade construída ao longo dos anos de moradia nos igarapés foi fortemente abalada pelo processo de remanejamento e que esta também foi mencionada como critério na hora da escolha da nova casa, principalmente pelas mulheres. Os relatos de algumas das pesquisadas, revelou que se optou pela escolha de moradias, dentro do possível, em bairros próximos a casa de parentes, justamente com o intuito de compensar as relações de vizinhança que geralmente se mostraram mais significantes para as mulheres e que foram descaracterizadas, com o intuito de se manter laços com pessoas que ofereçam algum tipo de amparo no caso de uma eventual necessidade.

5 AS MULHERES DO PROSAMIM

No decorrer das entrevistas realizadas com o intuito de apreender a realidade feminina na nova moradia, situações foram reveladas e posicionamentos marcantes serviram de base para analisar as cinco situações distintas referentes ao tipo de ressarcimento escolhido, ou seja, as observações que seguem dizem respeito a famílias que foram para os mais diferentes lugares na cidade.

As cinco realidades aqui abordadas são de famílias que receberam indenização, daquelas receptoras de bônus, das que se encontram nos apartamentos construídos pelo governo, de casos daquelas que foram para o conjunto habitacional na zona norte da cidade e de mulheres que aguardaram a finalização de seu apartamento morando de aluguel. As diferenças existentes entre as realidades são evidentes, diferenças estas tanto de cunho metodológico, uma vez que quando se procura inserir-se no cotidiano de uma família, materializando assim a pesquisa participante, e considerando situações distintas, haverá também diversidades quanto ao tempo despendido em cada um dos casos, a profundidade das questões tratadas, tendo em vista que se está lidando diretamente com a intimidade do outro; como também diferenças referentes aos protagonistas da pesquisa, ou melhor, às protagonistas e ao campo de observação.

No entanto, estas experiências familiares tão repletas de contrastes possuem um ponto em comum, a vida anteriormente estabelecida nos igarapés.

Muitas vezes, mudanças no espaço urbano, como morar em uma nova casa, as relações estabelecidas, as emoções presentes, sejam essas boas ou ruins, e a demanda por toda uma estrutura no novo lugar passam despercebidas para muitos, porém, em cada rua, em cada esquina, becos, novas realidades se apresentam, materializando assim, a reprodução do urbano

e construindo a história de cada agente envolvido, mostrando que para refletir sobre a dinâmica urbana é necessário pensar a cidade além do aparente, é válido considerar também os sentimentos dos cidadãos, a forma como se estabelecem e se relacionam com o lugar.

As entrevistas foram estruturadas da forma mais simples possível, no intuito de deixar a pesquisada à vontade e permitir a inserção no seu cotidiano para então poder captar informações que transcendem perguntas pré-estabelecidas.

Desta forma, o cotidiano aparecerá como fator importante na historiografia das mulheres e aqui o cotidiano não surge como a história dos fatos grandiosos, mas a vida de todo dia, não tendo como parâmetro uma perspectiva banal, mas de um cotidiano que reflete a segregação sócio-espacial existente dentro da cidade. Neste sentido,

O cotidiano é o combate para viver hoje, para encontrar trabalho, para ter o que cozinhar, para ter água para lavar as crianças e a roupa, para trocar gestos de amor, para encontrar um sentido imediato para a vida. O cotidiano é o mundo doméstico, o mundo das relações breves, das relações mais diretas, que são às vezes capazes de mudar as relações mais amplas. O cotidiano das mulheres se introduz na ciência chamada universal para lembrar-lhe o concreto, as coisas que são necessárias à vida ou à sobrevivência. O cotidiano é a rotina, os hábitos de cada dia, a família, os filhos, os vizinhos do bairro, tudo isto que faz parte da trama mais imediata de nossa vida (GEBARA, 2000, p.121).

O cotidiano, e particularmente o cotidiano das mulheres, aparece como o lugar em que a história se faz. Não diferentes são as mulheres do PROSAMIM que a partir de um Programa de intervenção urbano-ambiental, que marcará a modificação da paisagem da cidade, terão suas histórias de vida modificadas. As transformações no urbano na maioria dos casos não são analisadas tendo este ângulo como referência, o que empobrece o entendimento da reprodução do espaço urbano, pois se torna muito mais válido analisar o espaço não apenas a partir da concepção do espaço percebido, daquilo que os olhos vêem e que pode vir a limitar a percepção a respeito da verdadeira realidade; mas também da concepção do espaço vivido, da

inserção em um determinado momento para verificar de uma forma mais próxima detalhes do cotidiano. Assim, as diferenças individuais e subjetivas produziram retratos diferentes de um mesmo objeto.

Os resultados aqui apresentados mostraram que não houve demarcações claras de tempo, uma vez que o trabalho de campo iniciou ainda no primeiro semestre de 2006, não esperando necessariamente a aprovação do projeto de pesquisa. Quando esta ocorreu, o contato com “As mulheres do PROSAMIM” já havia sido estabelecido, mesmo que de maneira informal, visto que a primeira e segunda fase do trabalho de campo só pôde ser realizada com o aval do Comitê de Ética. Foi possível observar a não limitação de espaço geográfico propriamente dito na segunda fase da pesquisa, diferente do que ocorre na maior parte dos casos onde, de início já há um campo de atuação delimitado. O caso aqui apresentado não teve o campo especificado pela pesquisadora, mas sim pelas mulheres, pelas escolhas de moradia que cada uma fez. Este contexto enriqueceu o trabalho e serviu para concretizar a “desconstrução de obviedades” quando pensa-se que as famílias dos igarapés mesmo tendo em comum o local de moradia compartilhavam e continuarão a compartilhar das mesmas realidades.

A seguir, encontra-se um quadro mostrando o perfil das mulheres entrevistadas, de acordo com a exposição da realidade de cada uma delas no texto.

CODINOME	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Margarida	46	casada	6	Ensino fundamental incompleto	Auxiliar de serviços gerais
Márcia	43	solteira	3	Ensino fundamental completo	Auxiliar de serviços gerais
Camila	28	casada	1	Ensino superior incompleto	Professora
Beatriz	30	casada	3	Ensino médio incompleto	Pensionista
Margareth	54	casada	3	Ensino fundamental completo	Comerciante
Carmem	32	casada	3	Ensino fundamental completo	Manicure
Clara	56	solteira	2	Ensino fundamental incompleto	Vendedora de churrasco
Bernarda	36	solteira	-	Nível superior incompleto	Operadora de telemarketing
Brigite	56	solteira	2	Ensino médio completo	Aposentada
Mercedes	26	casada	2	Ensino médio completo	Recepcionista
Marta	28	casada	1	Ensino médio incompleto	Recepcionista
Conceição	37	casada	3	Ensino fundamental incompleto	Diarista

Quadro 2 – Perfil das mulheres entrevistadas

FONTE: PINHEIRO, 2007.

Os nomes das entrevistadas foram trocados por nomes fictícios para preservar a identidade das mesmas conforme acordado no termo de consentimento livre e esclarecido. A escolha por codinomes obedeceu aos seguintes critérios: para antigas moradoras do igarapé Manaus, os nomes iniciaram com a letra “M”, para as anteriormente estabelecidas no igarapé Bittencourt, os nomes iniciaram com a letra “B” e finalmente aquelas que moravam no igarapé Mestre Chico tiveram seus nomes verdadeiros trocados por nomes iniciados pela letra “C”.

A seguir fragmentos da primeira história retratada, a de Margarida, demonstrando que são nos “pequenos” detalhes inseridos no habitual que os impactos decorrentes do PROSAMIM se revelam de forma bastante sutil no dia-a-dia das mulheres.

5.1 A situação das mulheres que receberam bônus-moradia

No encontro efetuado com algumas das mulheres do PROSAMIM, observou-se a coincidência de já se conhecer de momentos anteriores à pesquisa algumas delas, devido à antiga moradia da pesquisadora ser próxima a um dos igarapés estudados, no caso, o Igarapé Manaus. Este fato facilitou o processo de pesquisa, uma vez que um dos principais problemas da observação participante é o acesso ao grupo focado. Por outro lado, o excesso de familiaridade poderia comprometer o rigor científico. Assim, a forma como os relatos estão descritos é uma tentativa de geração do estranhamento e afastamento, na medida do possível, necessários ao não comprometimento das informações indispensáveis à observação participante e ao trabalho de campo.

Nesta realidade de proximidade insere-se Margarida que, assim como as demais entrevistadas, no início demonstrou certa intimidação, evidenciando mais tarde interesse em participar da pesquisa. Algumas das mulheres entrevistadas estabeleceram os diálogos mesmo durante a realização dos afazeres domésticos, o que possibilitou verificar de forma bem real o atual cotidiano das mesmas.

Atualmente morando no bairro Alvorada, zona oeste de Manaus, Margarida, morou durante dez anos no igarapé Manaus (Figura 12), inicialmente veio com o marido do Maranhão e conforme a vida foi se estruturando em Manaus vieram os filhos.



Figura 12 – Antiga moradia de Margarida no Igarapé Manaus
FONTE: PINHEIRO, 2006.

Chegando à rua da casa depara-se com a nova realidade que para muitos que saíram dos igarapés é a mais expressiva, morar em um local seco, sem o perigo de alagações e o não convívio com o odor do lixo. O acesso à casa de Margarida se dá agora não mais por um beco, mas por uma rua pavimentada e larga, fator também de satisfação, pois no imaginário dela gera um sentimento de pertencer ao grupo de famílias que possuem uma moradia digna às margens de uma rua e não de um igarapé.

Margarida trabalha de carteira assinada em uma associação no centro da cidade e voltou a estudar para concluir o ensino médio. Seu esposo, Mário, é autônomo, carregador na Feira da Manaus Moderna, logo não possui carteira assinada e seu faturamento não é constante.

A casa custou R\$22.000,00, sendo que o bônus recebido do PROSAMIM foi de R\$21.000,00, o valor restante foi completado com economias. Situação destacada pela moradora foi a da dificuldade de encontrar uma casa que lhe agradasse e que satisfizesse as condições impostas pelo PROSAMIM.

Margarida já reside no local há um ano e, durante este tempo, já construiu um segundo andar na casa (Figura 13), que provavelmente será alugado, comprando materiais de construção através de crediário próprio em lojas de materiais de construção da cidade.



Figura 13 – Atual moradia de Margarida no Bairro Alvorada
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Ela encontra-se muito satisfeita com a nova casa, sentimento expresso por meio de suas palavras,

“Nunca imaginei que depois de chegar em Manaus e ir morar dentro do igarapé conseguiria uma casa melhor” (MARGARIDA, outubro, 2007).

Se dependesse de sua vontade traria os filhos para morarem com ela, mas aí reside um conflito com o companheiro, que não é o pai dos seus filhos e não aceita tal possibilidade.

“Queria meus filhos todos comigo, gosto de casa cheia, mas ele (o companheiro) não quer (MARGARIDA, outubro, 2007)”.

A realidade de Margarida mostra que apesar da casa estar no seu nome, dela estar fazendo os reparos necessários e de ser a pessoa com salário fixo e maior renda do casal, a opinião do homem com o qual vive tem prevalecido. Mesmo se a contribuição da mulher for mais significativa ou a única fonte econômica atual, esta condição não lhe garante poder e legitimidade, de modo que esta realidade insere essa “inadequação” aos papéis convencionados na família.

No decorrer de seu tempo de morada no novo lugar Margarida detectou alguns pontos críticos, como o relacionado aos serviços de saúde e à dificuldade em se realizar exames específicos da mulher.

“Quando ainda morava no Centro era mais fácil, fazia o exame no PAM da Cachoeirinha” (MARGARIDA, outubro, 2007).

A Casa da Família próxima a sua nova residência não realiza o exame como em algumas outras unidades, apenas encaminha o paciente para realizar, por exemplo, o exame de mama no mesmo local anteriormente freqüentado quando ainda morava no Igarapé, que segundo a própria pesquisada oferece algumas limitações ao acesso aos exames. De acordo com Margarida, são disponibilizadas diariamente cinquenta fichas para a realização do exame, no entanto o PAM recebe pessoas de todas as áreas da cidade e inclusive do interior do Estado, fazendo com que as pessoas necessitem passar noites em filas para agendar a realização dos exames, que são feitos em clínicas particulares que possuem convênio com o SUS.

Considerando a referida situação como um fator limitante, juntando-se a ela a distância proporcionada pela nova moradia, esse ponto foi considerado negativo. De acordo com a moradora, existe uma campanha maciça por parte da Secretaria de Saúde incentivando a mulher a realizar exames como o de mama e o de prevenção do câncer de colo de útero. No

entanto, quando se procura o serviço público, o mesmo não oferece condições de atender de forma satisfatória a todas.

“Eles nos mandam fazer os exames, mas quando chegamos lá não tem ficha para todo mundo” (MARGARIDA, outubro, 2007).

Márcia, assim como Margarida, mudou-se para o bairro Alvorada, no entanto seu caso possui uma peculiaridade. Próximo a sua casa no igarapé, havia a casa de suas filhas, então com o bônus-moradia das duas residências adquiriram uma única mais bem estruturada e espaçosa no valor de R\$ 40.000,00. No entanto, o grande diferencial desfavorável na nova moradia e que relembra a realidade dos igarapés trata-se da comercialização e utilização de drogas. Márcia, como mãe teme pelas filhas.

Outro caso também de mulher ressarcida com bônus-moradia foi o da senhora Camila, professora, casada, antiga moradora do igarapé Mestre Chico, moradora hoje do bairro Tancredo Neves, zona leste da cidade. No primeiro encontro marcado para um domingo, não foi possível a realização da entrevista, mas houve condições de se observar alguns aspectos relacionados ao morar na área, principalmente no que diz respeito ao acesso e ao trânsito no local, pois ao contrário de muitas áreas na cidade que aos domingos desfrutam de uma realidade mais tranqüila, nos bairros próximos à Avenida Grande Circular o movimento é intenso, principalmente pelo funcionamento dos estabelecimentos comerciais da área.

Diferente de Margarida e Márcia, o bairro de Camila é mais distante da antiga morada, o transporte urbano é problemático e apesar de se ver um número muito maior de usuários, a quantidade de ônibus e o fato de na área existir mais microônibus – o que limita a quantidade de passageiros por veículo – acaba por tornar o dia-a-dia daqueles que dependem de tal transporte muito mais complicado, além do fato de os ônibus surgirem sempre lotados.

No dia em que realmente a entrevista foi realizada, Camila estava a três meses morando no local. Segundo ela, só após a mudança descobriu que se encontrava grávida,

sendo que já possui uma criança. Camila disse estar muito feliz com a nova casa, principalmente pela possibilidade de morar perto de familiares, aliás, este foi o motivo pela escolha no local, denotando a segurança existente em se morar próximo a pessoas conhecidas sejam esses familiares ou antigos vizinhos com os quais se mantém relacionamentos de maior intimidade.

“Moro perto de parentes meus, por isso escolhemos aqui” (CAMILA, outubro, 2007).

Outro ponto favorável mencionado está relacionado à possibilidade de se ter uma casa mais espaçosa e com mais cômodos, o que proporciona mais conforto e individualidade ao casal e a filha. Camila colocou como situação crítica no bairro, assim como Margarida, questões relacionadas à saúde. Não conseguiu se cadastrar no posto médico do Tancredo Neves para realizar o pré-natal, devido à impossibilidade do serviço médico deste bairro oferecer o acompanhamento pelo grande número de mulheres à procura do mesmo serviço. Diante desta situação ela se viu obrigada a recorrer ao atendimento em outro bairro da cidade, também distante de sua nova moradia.

“Estou fazendo meu pré-natal do bairro do Crespo, que também é longe daqui” (CAMILA, outubro, 2007).

Camila diz que apesar da má fama do bairro, ainda não teve problemas na nova casa, inclusive tendo levado uma vida tranqüila no local.

Conceição, assim como Camila, também encontrou a casa onde se encontra estabelecida na zona leste da cidade, no bairro São José III. Seu esposo por motivos de doença não pode trabalhar e encontra-se “encostado” pelo INSS. Diante desta realidade Conceição tem trabalhado como diarista e considera como um dos pontos negativos da mudança, a distância de suas clientes.

“Aqui para comprar tem de tudo, mas é longe das casas onde eu trabalho, mas com o valor da indenização foi o que deu para comprar” (CONCEIÇÃO, novembro, 2007).

Conceição encontra-se feliz por que agora sua filha mais nova possui a possibilidade de possuir um quarto unicamente seu, já que seus outros filhos são homens, denotando que o quesito privacidade é de relevante importância no dia-a-dia estabelecido na nova moradia. Para Conceição, possuir agora uma casa com área de serviço e quintal com árvores frutíferas se mostrou aspecto positivo do remanejamento.

Apesar da grande parte das pesquisadas ter suas novas residências longe do Centro, o contentamento com a possibilidade de se morar em uma casa de alvenaria, melhor localizada e longe da poluição compensa a localização geográfica. Exemplo desta situação é o da senhora Beatriz, antiga moradora do Igarapé Bittencourt e agora morando no bairro Monte Pascoal, zona norte na cidade. O percurso até a casa, que se encontra inacabada (Figura 14), é longo – cerca de uma hora e meia de ônibus – quando se tem o Centro como ponto de partida.



Figura 14 – Casa de Beatriz
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Beatriz passa por um processo de doença complicado, possui um tumor localizado em sua coluna vertebral que a impossibilita de se locomover, passa todo o tempo deitada e concedeu a entrevista nessa condição. Já realizou três cirurgias através do plano de saúde do

marido, mas este logo em seguida perdeu o emprego e no momento da entrevista ainda encontrava-se desempregado, sobrevivendo ambos do auxílio doença que havia sido renovado até 2008. Em consequência dessa situação, a casa que até então ficaria em seu nome, foi repassada ao marido, pois a mesma não teve condições de resolver todos os trâmites legais. Beatriz disse que diante da sua condição de não poder andar, seu marido passou um tempo afastado, mas agora voltaram a viver juntos, e é ele que se responsabiliza pelos afazeres domésticos, enquanto procura trabalho.

“Depois que adoeci, ele foi embora, mas eu entendi o lado dele, tava acostumado com uma mulher boa e de repente me viu sem poder andar. Mas me senti muito só, depois ele voltou” (BEATRIZ, outubro, 2007).

Beatriz necessita realizar fisioterapia, no entanto não possui condições para fazer o tratamento, pois o posto fica longe e nas condições em que se encontra não é aconselhável andar de ônibus e táxi não é possível, já que o marido encontra-se desempregado e o dinheiro obtido através auxílio-doença só possibilita suprir as necessidades mais básicas.

Durante a conversa, Beatriz revelou que o ensino na escola mais próxima a sua atual residência, onde suas três crianças estudam, é melhor e mais intenso do que o oferecido nas escolas do Centro. Ela afirma ainda não ter visto nenhum ponto negativo na nova casa. O fato de a casa possuir quintal (Figura 15) se mostra como fator de satisfação, pois no igarapé as suas crianças não possuíam local para brincar que oferecesse segurança e agora a situação é diferente.



Figura 15 – Quintal da casa de Beatriz
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Observou-se que o quintal em referência possuía dimensões extremamente pequenas, mas foi mencionado como um fator de satisfação para a referida pesquisada.

5.2 A realidade de quem recebeu indenização

As famílias que de acordo com os critérios estabelecidos pelo PROSAMIM possuíam casas melhor estruturadas receberam indenizações, com valores superiores a R\$21.000,00. Nesta situação insere-se Margareth, antes moradora do Igarapé Manaus e agora moradora do bairro Redenção, zona oeste da capital manauense.

Ao chegar à rua de Margareth o que impressiona é a localização, sua casa agora é em frente a um igarapé, que não possui a mesma realidade dos igarapés do centro, uma vez que não apresenta um número significativo de famílias morando em suas margens (Figura 16).



Figura 16 – Proximidades da nova casa de Margareth
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Dentre as casas analisadas esta é a que possui melhor estrutura interna (Figura 17), mostrando que aquelas famílias que receberam valores superiores ao bônus-moradia, tiveram melhores e maiores opções de escolha. Mesmo nestas condições, Margareth revelou ter tido problemas em encontrar uma casa que lhe agradasse e estivesse dentro do valor indenizatório, enquanto isso os dias passavam e o seu prazo para sair do local estava acabando.



Figura 17 – Interior da casa de Margareth
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Margareth estabelece a conversa lembrando o dia em que saiu do igarapé. No dia marcado para a mudança, o caminhão contratado não apareceu, enquanto isso os trabalhadores encarregados de demolir a casa, funcionários da construtora Andrade Gutierrez, esperavam ansiosos. Segundo eles, a mudança não podia ser adiada, uma vez que isso comprometeria os seus empregos, pois o dia estabelecido deve ser cumprido à risca com o intuito de não atrasar a obra. Depois desse momento de melancolia por ver sua casa, local de décadas de história de vida, ser destruída em poucos minutos, surge a expectativa e as atividades a serem realizadas no novo lar.

A nova casa possui um ponto comercial e é dali que Margareth, junto com seu marido, tem tirado seu sustento. Ele encontra-se desempregado e agora vende refrigerantes, cervejas, doces, etc (Figura 18), participando da conversa entre o atendimento de um cliente ou outro que aparece para comprar algo. Nos primeiros contatos estabelecidos com Margareth após a mudança pelo telefone, notou-se o entusiasmo com a casa justamente por causa da pequena

mercearia. Para Margareth este foi um dos pontos positivos da mudança, pois onde vivia anteriormente não possuía estrutura e espaço suficiente para estabelecer comércio.



Figura 18 – Mercearia na frente da casa de Margareth
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Durante o diálogo com Margareth e seu esposo, o casal demonstrou uma gestão compartilhada das decisões cotidianas. No entanto, divergiam quanto à atuação do PROSAMIM. Margareth, como participava do GAL, se mostrou fortemente a favor das ações do Programa. Mário disse que a idéia do Programa é boa, o problema se encontrava na administração das ações, que permitiu que determinadas situações e favorecimentos fossem permitidas.

Para as mulheres ouvidas, as relações de vizinhança são bem diferentes daquelas mantidas nos igarapés, tratando-se agora de uma convivência sem muita intimidade, o que pode ser compreensível, em parte, pelo curto tempo de residência nas novas áreas.

Para Margareth as mudanças em relação à vizinhança, ainda não foram tão percebidas, segundo ela:

Não tivemos tempo de sentir falta de algo em relação ao igarapé porque temos muito serviço com o ponto comercial que conseguimos. É muito trabalho. Passo o dia aqui, faço minha comida aqui, para nem precisar ir até a casa que fica nos fundos. Só paro a noite para dormir.

Em sua opinião, a adaptabilidade às novas rotinas decorrentes do remanejamento e o trabalho, não deixam espaço para sentir a ausência do antigo lar, mas acredita que para aqueles que passavam mais tempo em casa e dependiam diretamente dos vizinhos, como os idosos, a realidade é mais crítica, tanto que casos de depressão por parte de alguns vizinhos foram comentados por Margareth.

Em todos os casos, observou-se nitidamente a alegria em mostrar os compartimentos da nova casa, comentar os planos em relação ao futuro e as mudanças que desejam fazer na estrutura da casa.

5.3 A vida no conjunto Nova Cidade

Realidade também notada foi daquelas famílias que receberam casas no conjunto Nova Cidade (Figura 19). Este conjunto localizado na zona Norte da cidade, nas cercanias do bairro Cidade Nova, teve sua construção iniciada a partir de 2001. “A construção desse conjunto ampliou os domínios espaciais da cidade, ocorrendo sua interiorização, que avança sobre a floresta pelas “terras firmes” da Zona Norte (OLIVEIRA; COSTA, 2007)”. O tamanho da casa é de 38m², repartida em dois quartos, sala-copa e banheiro, assentada em um lote de 128m². Conforme o PDDR, o processo de remanejamento de população não ficou circunscrito à apropriação das referidas unidades habitacionais, considerando que a mesma

apresenta vantagens e desvantagens para determinados grupos de famílias, optando-se por manter a apropriação como uma das alternativas aplicáveis ao remanejamento. Mesmo sendo apenas mais uma das alternativas, o PROSAMIM por meio de seus documentos oficiais expressou que a área seria dotada de toda a infra-estrutura necessária, no entanto a realidade encontrada foi outra, conforme os depoimentos coletados e a observação direta do local.




Figura 19 – Conjunto Nova Cidade

FONTE: PINHEIRO, 2007.

Encontrar as famílias remanejadas para o Conjunto Nova Cidade foi das tarefas mais árduas, quando relacionadas com aquelas que foram remanejadas para outras áreas, isso porque o número de famílias que escolheram esse tipo de ressarcimento foi menor, o que pode ser observado no número de remanejamentos realizados até de julho de 2007 (Figura 20).

A predominância de famílias no Conjunto Nova Cidade proveniente do Igarapé Mestre Chico também coincide com os dados oficiais do PROSAMIM.

					
REMANEJAMENTOS EFETUADOS ATÉ 15 DE JULHO DE 2007					
REMANEJAMENTO - CONTRA PARTIDA DO ESTADO					
Controle de Soluções	Igarapé		Total	Recursos Aplicados	
	40	Cachoeirinha			
Bônus	941	648	1.589	32.987.054,55	
Indenização	600	383	983	29.884.579,36	
Conj.Habit.	426	277	703	14.763.000,00	
Total Geral	1.967	1.308	3.275	77.634.633,91	

RESUMO			
REMANEJAMENTO - CONTRA PARTIDA DO ESTADO			
IGARAPÉ	Previsto	Realizado	(%)
Igarapé 40	2.038	1.967	96,52%
Igarapé Cachoeirinha	1.289	1.308	101,47%
Total - Contra Partida	3.327	3.275	98,44%

REMANEJAMENTO - AMOSTRA REPRESENTATIVA					
Controle de Soluções	Igarapé			Total	Recursos Aplicados
	Manaus	Bittencourt	Mestre Chico		
Bônus	54	19	178	251	5.246.050,72
Indenização	196	56	137	389	13.330.325,61
Conj.Habit.*	29	20	87	136	2.856.000,00
Unid. Habit.*	357	59	132	548	
Total Geral	636	154	534	1.324	21.432.376,33

RESUMO					
REMANEJAMENTO - AMOSTRA REPRESENTATIVA					
IGARAPÉ	Previsto		Realizado	(%)	
	Total	1ª Etapa		Total	1ª Etapa
Igarapé Mestre Chico	1.367	620	534	39,06%	86,13%
Igarapé de Manaus	655	362	636	97,10%	175,69%
Igarapé Bittencourt	312	89	154	49,36%	173,03%
Total - Amostra Representativa	2.334	1.071	1.324	56,73%	123,62%

Figura 20 – Remanejamentos efetuados até 15 de julho de 2007
 FONTE: Sistema Habitar, 2007.

Em meio às famílias residentes no Conjunto Nova Cidade, encontra-se a de Carmem (Figura 21), antes moradora do Igarapé Mestre Chico.



Figura 21 – Casa de Carmem
FONTE: PINHEIRO, 2007.

O primeiro aspecto a ser notado quando se chega ao Conjunto é a localização confusa das ruas, pois nem todas obedecem à ordem lógica. Dentre estas se insere a rua de Carmem, localizada ao lado de um posto do PROSAMIM.

Carmem encontra-se em volta com problemas familiares, o namorado de sua filha de quinze anos foi preso por porte de drogas, apesar de segundo ela, a droga ser pertencente à outra pessoa que no momento em que a polícia chegou “jogou” o material incriminando assim, o seu futuro genro. Ela está resolvendo os trâmites para o rapaz, pois o mesmo não possui família na cidade. A partir desta vertente das drogas, Carmem aponta o primeiro aspecto negativo do local na sua concepção, o consumo de drogas. Ela diz que no local o uso é grande, dando inclusive vontade de vender a casa. No entanto, sabe que se vender seria complicado comprar outra e com receio de que se repita com ela a realidade de muitos de seus conhecidos dos igarapés que também foram para o Nova Cidade e, posteriormente, venderam a casa, gastaram o dinheiro e se encontraram sem residência, voltando para o aluguel ou morando de favor com parentes; preferiu junto com seu companheiro não vendê-la.

Ela gosta da casa apesar da estrutura simples, mas reclama dos serviços de assistência médica e do acesso às escolas.

“Aqui não tem é nada” (CARMEM, dezembro, 2007)

Carmem repetiu essa frase várias vezes demonstrando o descontentamento, dizendo que quando precisa fazer exames se reporta ao Posto de Santa Luzia, local que freqüentava ainda no igarapé. Segundo ela, “lá as coisas são mais fáceis e rápidas (CARMEM, dezembro, 2007)”. Carmem citou como outro ponto negativo a distância das escolas dos filhos.

O serviço de abastecimento de água é também problemático. Apesar da visível caixa d'água no local, as famílias convivem com a falta em determinados horários do dia, uma vez que o serviço é fornecido das 22:00 até as doze horas do dia seguinte.

No entanto, o que provoca maior insatisfação é o transporte público: os ônibus só passam de hora em hora e existem apenas duas linhas, uma que passa pelo terminal da Constantino Nery e outra passando no terminal da Cachoeirinha, ambas passando pelo Centro da cidade.

Carmem é manicure, mas não possui vínculo empregatício com nenhum estabelecimento, trabalhando na informalidade. A ida para o Nova Cidade se mostrou como um ponto negativo em função da distância da clientela já formada. Mesmo quando questionada sobre outras variáveis pesquisadas, a preocupação com a fonte de sobrevivência sempre se fez presente. Isso mostra a transversalidade da questão da renda com os demais impactos verificados, o que denota a necessidade de atenção prioritária por parte das instituições financiadoras de programas dessa natureza, uma vez que estes têm como um de seus princípios prioritários a mitigação da pobreza, relacionando, no entanto, a minimização da miséria única e exclusivamente com a possibilidade de uma nova casa, deixando em segundo plano o suprimento de condições básicas necessárias para se estabelecer a vida na cidade.

Compartilhando da mesma situação encontra-se Clara, também antiga moradora da Vila Moseli, no Igarapé Mestre Chico. Clara vendia churrasco para sobreviver no igarapé e agora encontra dificuldades de estabelecer um ponto dentro do conjunto habitacional que seja lucrativo.

“Eu vendia churrasco lá na Vila Moseli, agora aqui não consigo um lugar bom para a venda, já montei minha banca em alguns lugares, mas não foi bom como era lá (CLARA, dezembro, 2007)”.

O Programa, por meio do PDDR, coloca que o remanejamento para conjuntos habitacionais aplica-se com mais propriedade para aquelas famílias cujo provedor principal não dependa do entorno imediato para formação da renda familiar. A partir do exposto, nota-se uma contradição, visto que a senhora Clara é a provedora exclusiva de seu lar e dependia diretamente do entorno de sua antiga morada para a sobrevivência e, no entanto, foi realocada no Conjunto Nova Cidade. Evidente que a opção em se estabelecer no referido conjunto foi da moradora, porém a opção além dessa eram os apartamentos no Centro, ficando a incógnita se Clara foi advertida sobre esta realidade.

Esses casos demonstram um maior empobrecimento da mulher que contribui ou é totalmente responsável pela renda familiar, tendo em vista a diminuição de possibilidades de ocupação mesmo que informal, na nova área e no entorno.

Clara relatou e mostrou a precariedade física das casas, sendo que reparos já foram feitos por conta dela, principalmente na cobertura, que se apresenta muito frágil, situação agravada em dias de chuva.

Realidade não menos interessante, explicitada durante as conversas, foi o preconceito existente por parte daqueles que já moravam no conjunto, uma vez que esse possui pessoas provenientes de outros lugares e servidores públicos. Carmem já protagonizou comentários como: “Esse povo que vem do bodozal são ‘tudo’ malandros e maconheiros”. Esta frase

representa o estigma existente no imaginário de muitos, onde a pobreza e a falta de condições de ter uma moradia melhor estruturada e localizada é associada ao mundo do crime e das drogas. Reiter (1997) aborda de forma esclarecedora esta questão da estigmatização dos excluídos, quando aponta que existe um esforço por parte dos “que pertencem”, em afirmar que “os outros” andam mal.

Que a vida dos excluídos é uma vida de violência, de roubos eternos, de drogas, desconfiança e miséria. Usam toda sua força para convencer-se deste fato e são certamente bem-sucedidos: contam com o apoio decisivo da mídia, que consegue convencer o mundo todo – até os próprios excluídos (sendo isso talvez o fato mais cruel) (REITER, 1997, p.433).

Evidente que nas áreas dos igarapés realmente o número de usuários e comerciantes de entorpecentes é significativo. No entanto, maior é o número de famílias que estabeleceram uma vida dentro dos padrões possíveis de normalidade aceitos pela sociedade, com seus membros trabalhando dignamente e os filhos estudando, à procura de melhores condições de vida.

Desta forma, notou-se que para algumas famílias é difícil a ruptura com os estigmas da exclusão, embora agora residindo em espaços considerados “urbanizados” no que se refere à infra-estrutura, já que suas origens agravam as barreiras e diminuem a legitimidade do direito à moradia e ao espaço urbano.

A situação acima abordada retrata a superficialidade nas atuais relações entre vizinhos, isto porque à medida que as pessoas não interagem na vizinhança, construindo vínculos de maior confiança e solidariedade na convivência diária, poderão contribuir para a reprodução de práticas discriminatórias e de auto-segregação social dentre os próprios moradores, visto que não se reconhecem como iguais sob a ótica de classes.

5.4 A situação de quem ficou um período de tempo pagando aluguel

Outra realidade encontrada após o remanejamento trata-se das pessoas que enquanto aguardavam a finalização das obras e entrega de seus apartamentos, foram morar pagando aluguel. Este é o caso de Bernarda, anteriormente moradora do Igarapé Bittencourt e que passou um período morando no bairro Jesus me Deu, zona norte da cidade.

“O bairro é distante, mas escolhi lá porque o aluguel era mais barato do que no Centro. Enquanto no Centro pagaria em torno de R\$150,00 a R\$200,00, lá pagava apenas R\$80,00 (BERNARDA, outubro, 2007).

No caso desta mulher, a mesma morava em uma casa de herdeiros, ou seja, a casa pertencia a ela e aos irmãos e o valor da indenização seria dividido entre todos, segundo ela o valor não daria para comprar outra casa, então procurou ajuda junto ao PROSAMIM e conseguiu um apartamento no Parque Residencial Manaus, no Centro, e abriu mão da sua parte na indenização para os irmãos. Segundo a moradora, o que justificou o desejo em ser realocada no apartamento foi o fato de poder morar em uma casa unicamente sua e não mais de irmãos, o que era motivo de conflitos. Mais adiante será comentado sobre a sua vida, já no apartamento.

Durante as várias visitas realizadas aos Igarapés, quando as obras já estavam em pleno andamento, houve a possibilidade de encontrar uma antiga moradora do Bittencourt que havia voltado ao lugar para visitar antigos vizinhos. Brigitte achava-se desapontada com o Programa, pois sua casa que ficava na rua Jonathas Pedrosa, com os fundos para o Igarapé, tinha sido retirada pelas necessidades das obras. Como a casa era própria e a saída teve que ocorrer por uma necessidade do PROSAMIM, seu aluguel deveria ser pago pelo Programa até a saída de

seu apartamento. No entanto, de acordo com seu depoimento, era ela quem estava cobrindo as referidas despesas.

No PDDR não existe nenhum item tratando sobre a questão de pagamento de aluguel. Trata-se no documento das ART's, que serão utilizadas no caso de enchentes ou atraso na entrega de novas moradias, sendo que estas acomodações, de acordo com o proposto no documento, deveriam ser construídas na própria área onde as futuras residências definitivas estavam e estão sendo construídas ou próximas a essas áreas. “A localização preferencial de uma ART é o terreno onde está em curso a construção das moradias definitivas ou em terreno vizinho onde estão sendo construídas as moradias definitivas (PDDR, 2004, p. 16). Importante frisar que esta diretriz é voltada para aquelas famílias que optaram por conjuntos habitacionais na Zona Norte da cidade e não pelos apartamentos da Quadra-Bairro ou Solo Criado nas proximidades das antigas áreas de moradia. A realidade encontrada no decorrer da pesquisa não mostrou nenhum caso de utilização da ART.

Como Bernarda e Brigitte, muitos foram aqueles que optaram pelo tipo de ressarcimento Quadra-Bairro que são os apartamentos do Parque Residencial Manaus, localizado no Centro, nas imediações das ruas Ramos Ferreira, Leonardo Malcher e Tarumã.

5.5 Parque Residencial Manaus

Na fase de cadastramento das famílias residentes ainda nos igarapés o desejo de adquirir um dos apartamentos da Quadra-Bairro (Figuras 22 e 23) foi crescendo a partir do início das obras, o que deu credibilidade ao projeto do Parque. Isto porque o cotidiano de se morar na área central permaneceria com o diferencial de passar a residir em uma casa melhor,

com mais espaços internos e externos, mas sem a necessidade de mudanças substanciais no dia-a-dia.



Figura 22 – Fase de Construção da Quadra Bairro
FONTE: PINHEIRO, 2006.



Figura 23 – Quadra Bairro após inauguração
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Avenida Tarumã e adjacências completamente tumultuadas, congestionadas e lotadas. Essa era a realidade do dia vinte e três de outubro de 2007, dia da inauguração do Parque Residencial Manaus (Figura 24). Era quase impossível se manter no meio da multidão. O Governo do Estado preparou uma festa para a população com o intuito de divulgar suas obras não apenas entre os beneficiados do Programa, mas entre toda a sociedade manauense.



Figura 24 – Noite de inauguração do Parque Residencial Manaus
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Dentre as opções de ressarcimento, o Parque é a mais comentada, isto porque está diante dos olhos de todos, não são moradias isoladas como nos outros casos, são quinhentas e sessenta e quatro unidades habitacionais, um número significativo de famílias morando no mesmo espaço.

Fato relevante analisado no Parque Residencial são as novas sociabilidades que permaneceram ou que estão sendo construídas, isto porque no local encontram-se morando famílias dos três igarapés estudados e também porque verificou-se famílias que no momento da escolha do bloco onde gostariam de morar optaram por aqueles próximos a seus parentes. Este é o caso de Mercedes, 26 anos, antiga moradora do Beco Ipixuna, no Igarapé de Manaus.

No dia marcado para a entrevista, uma manhã de domingo, Mercedes havia saído para realizar compras em uma loja de departamentos do Centro da cidade, mas logo retornou com os filhos e o marido. Segundo ela, encontra-se em um momento especial de sua vida, devido à obtenção do apartamento e o novo trabalho.

Ela é operadora de caixa em uma loja, anteriormente era em uma rede de supermercados, mas saiu devido ao horário, pois trabalhava à noite, o que complicava o convívio com os filhos, uma vez que chegava já muito tarde em casa. Seu marido encontra-se desempregado e é este que atualmente cuida dos afazeres domésticos e das duas crianças. O contexto de vida de Mercedes e seu companheiro, tendo ela como provedora provisória da família e ele na situação de desempregado, reflete que o processo de acumulação flexível tem particular consequência no mundo do trabalho, principalmente para pessoas que como o marido da entrevistada não possuem preparação profissional.

A revolução tecnológica desenvolveu-se na mesma proporção em que se eleva o “exército industrial de reserva”, excluindo grandes parcelas das indústrias. Da mesma forma, as expressivas mudanças na conjuntura do trabalho exigem cada vez mais a maior qualificação de mão-de-obra, especialmente de nível superior. Opera-se assim, nessa

dinâmica, uma modificação sem precedentes, com a inserção do trabalho feminino no processo produtivo embora desigual no que se refere à posição hierárquica, menor especialização, valor dos salários, dentre outros fatores.

No decorrer do almoço Mercedes revela que ele, o marido, é mais apto aos serviços doméstico que ela. “Ele leva muito mais jeito com isso do que eu (MERCEDES, dezembro, 2007)”. No entanto, como na maioria dos casos, é uma situação passageira, apenas enquanto não conseguiu emprego e quando isso acontecer vão pagar alguém para tomar conta das crianças. A situação de Mercedes é diferente da maioria das brasileiras, pois os dados do IBGE revelam que somente metade dos homens realiza afazeres domésticos (51,4%), enquanto 9 em cada 10 mulheres têm essa atribuição.

A elevada distância que existe entre homens e mulheres com relação a este aspecto não permite afirmar que há uma divisão de tarefas domésticas nos lares brasileiros, embora, nos últimos 10 anos, os dados indiquem que houve um aumento na participação dos homens nesses afazeres. Para as mulheres, a saída para o mercado de trabalho não implica em deixar tais atividades. Pelo contrário, a participação das mulheres ocupadas nesses afazeres é ainda maior (92%).

Mercedes optou por morar entre o apartamento de uma irmã e de quatro sobrinhos. Em um bloco próximo pertencente ao Parque mora seu sogro e também nas proximidades vivem alguns antigos vizinhos.

“Minha irmã mora aqui do lado e meus sobrinhos moram também aqui neste mesmo bloco, eu que fiz essa opção de morar perto deles” (MERCEDES, dezembro, 2007).

Essa proximidade acabou por criar um ambiente familiar em algumas áreas do Parque, o que possibilitou um abrandamento de impactos relacionados às relações de vizinhança na nova moradia. Nas palavras de Mercedes, “Não há coisa melhor”, frase relacionada aos dias vividos na nova casa e à satisfação com o espaço dos cômodos da casa (Figuras 25 e 26).

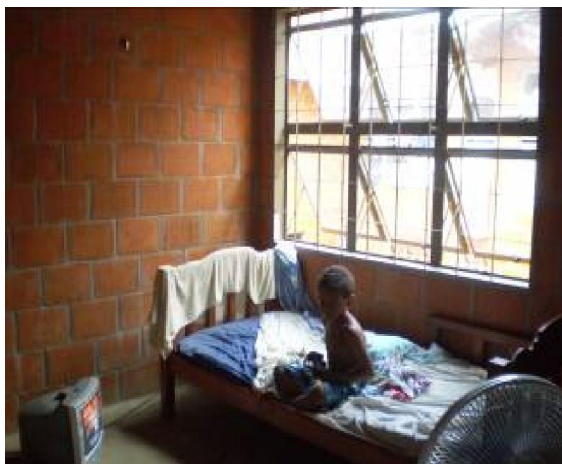


Figura 25 – Quarto do filho de Mercedes
FONTE: PINHEIRO, 2007.



Figura 26 – Sala do apartamento de Mercedes
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Caminhando pelo Parque Residencial observa-se o grande número de crianças que possuem mais liberdade para brincar devido a áreas destinadas à recreação (Figura 27), realidade não vivida nos igarapés. Este aspecto para as mulheres se mostra um ponto positivo, visto que uma das limitações apontadas no cotidiano dos igarapés era a falta de espaço para as crianças, além dos riscos para a saúde representados pelo perigo de queda em águas poluídas, relatados diversas vezes.



Figura 27 – Área de lazer infantil, localizada nas proximidades de cada bloco residencial.
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Ao contrário de Mercedes, Bernarda, antes moradora do Igarapé Bittencourt, é solteira e mora sozinha no Parque. Constatou-se que os impactos se dão de forma diferenciada entre as mulheres que possuem família e aquelas que não possuem. Bernarda, conforme já citado passou mais de dois meses morando de aluguel no bairro Jesus me Deu enquanto seu apartamento ficava pronto, aluguel pago por ela mesmo, haja vista que a indenização da casa onde morava já havia saído. Segundo ela, pelo fato da casa ser de herdeiros havia muitos conflitos, então ela pleiteou junto ao PROSAMIM a obtenção de um apartamento e conseguiu, mesmo não tendo direitos, segundo os critérios do Programa. Ela revela estar contente com a casa, mas se sentiu um pouco inferiorizada quando diz que no documento da casa, a nova residência é citada como casa do tipo “C”, ou seja, casa de terceira categoria.

Na sua condição de solteira, de trabalhar fora e frequentar faculdade, Bernarda não passa o dia em casa, logo a sua relação com a moradia ocorre de maneira diferenciada daquelas que mesmo quando trabalham fora possuem marido e filhos. Ela não necessita prestar assistência a ninguém dentro de casa e chega à hora que quer, inclusive mesmo quando está em casa nos finais de semana realiza suas alimentações nas proximidades e no tempo livre frequenta um grupo religioso. Ao entrar em seu apartamento nota-se a ausência de móveis e eletrodomésticos, Bernarda ainda não tem condições financeiras de mobiliar a casa nova.

Ela observa como uma situação preocupante, o grande número de crianças na área dos apartamentos. Para ela o Programa deveria oferecer uma estrutura sócio-psicológica para dar maior suporte na condição familiar dos moradores, para que estes venham a oferecer um melhor amparo às crianças. Ela teme que o tráfico e consumo de drogas na área venha a causar problemas, citando inclusive casos de áreas já demarcadas por traficantes, assim como nos igarapés.

Durante a conversa com Bernarda foi possível tratar de questões referentes à forma como aquele grupo de pessoas é visto por quem passa pela ponte e ruas adjacentes e tem a idéia de que todos ali compartilham da mesma realidade por morarem no mesmo local e terem vindo de áreas semelhantes, os igarapés. No entanto, fica claro que o dia-a-dia difere bastante da concepção do ir e vir de quem passa de dentro dos ônibus na ponte ou caminhando pelas ruas próximas.

“Existem vários tipos de pessoas e vidas aqui dentro, não é tudo igual” (BERNARDA, janeiro, 2008).

Bernarda observa que existem vários mundos em um mesmo espaço, existindo pessoas que possuem uma condição familiar mais estruturada, com um maior nível de escolaridade, filhos na escola, emprego, ambiente do lar mais confortável e existem pessoas que apesar de agora possuírem um lar, continuam e continuarão nas mesmas condições de precariedade econômica, social e ambiental. Isto demonstra que para realmente existir uma política de cunho sócio-ambiental eficaz no espaço urbano, conforme os princípios divulgados pelo Programa, é necessário desenvolver ações que satisfaçam necessidades que transcendam a aquisição da casa própria.

Bernarda foi a moradora que apresentou olhar mais crítico sobre a atuação do PROSAMIM, desde a primeira fase da pesquisa já alegava que o verdadeiro interesse do Programa não era apenas o exposto, mas sim de promoção do governo, principalmente internacional. Segundo a mesma moradora, “nas reuniões organizadas pelo PROSAMIM foram ditas coisas para envolver a massa, mas tais coisas não foram feitas”.

Já é possível identificar famílias que vêm fazendo mudanças na estrutura interna do apartamento de acordo com o permitido pelo Programa e exposto no Manual do Proprietário (Figura 28), pois externamente não é possível fazer alterações, exceto no caso de colocação de

ar-condicionado, serviço que não deve ser realizado pelo próprio morador, mas sim pela manutenção existente da Construtora Andrade Gutierrez.

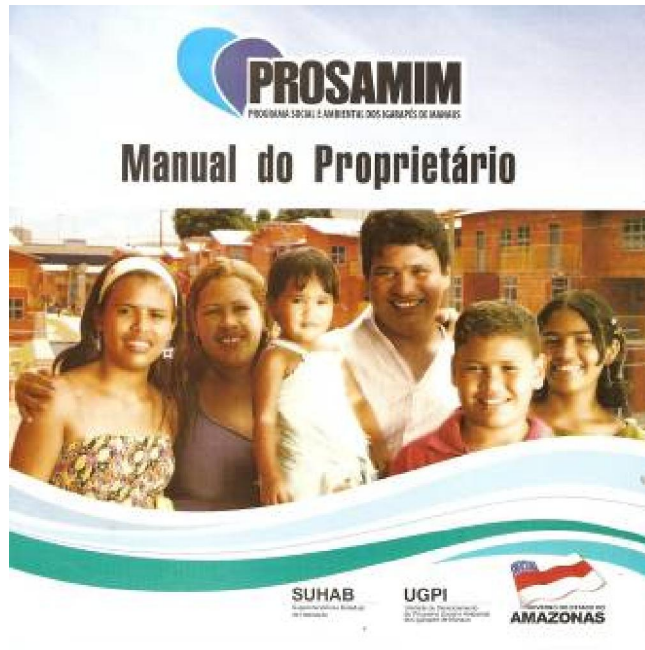


Figura 28 – Capa do Manual do Proprietário
FONTE: Manual do Proprietário, 2008.

Este é o caso da moradora Marta, que em menos de dois meses na casa, já embuçou as paredes e pintou. A etapa seguinte a ser realizada é a colocação de cerâmicas, que devem ser adquiridas com suas economias. Marta é recepcionista em uma clínica, seu companheiro é vendedor em uma loja de sapatos e ambos trabalham no Centro. Marta morou durante um tempo considerável em uma estância localizada no Igarapé de Manaus. O local oferecia uma das condições mais precárias de moradia encontradas no decorrer da pesquisa, pois além do convívio com o lixo e o mau-cheiro, a casa apresentava uma estrutura muito frágil (Figura 29). Além disso, o aluguel era “pesado” no orçamento, comprometia parte do salário, inicialmente no valor de R\$ 130,00 e, posteriormente, R\$150,00. Para Marta este foi o ponto mais significativo da mudança, não precisar mais pagar aluguel.

“O melhor de tudo é não ter mais que pagar aluguel” (MARTA, dezembro, 2007).



Figura 29 – Antiga residência de Marta
FONTE: PINHEIRO, 2006.

No Parque encontra-se uma área destinada ao diálogo entre moradores e a equipe do PROSAMIM (Figura 30), a Base de Atividades Sociais, para dar uma espécie de assessoria na fase de adaptação à nova área, tirar eventuais dúvidas e resolver problemas relacionados à estrutura dos apartamentos e das áreas adjacentes, além de procurar conciliar situações de divergência entre vizinhos, visto que problemas como estes são comuns, principalmente entre aqueles que moram no mesmo bloco.



Figura 30 – Base de Atividades Sociais
FONTE: PINHEIRO, 2007.

No Parque, logo após a inauguração, notou-se o número expressivo de funcionários da Construtora Andrade Gutierrez, responsável pela obra (Figura 31).



Figura 31 – Funcionários da Construtora Andrade Gutierrez
FONTE: PINHEIRO, 2007

A presença se dá devido a compromisso firmado pela construtora, tendo ela que prestar serviços de manutenção. No entanto, após quatro meses do estabelecimento de famílias no local houve uma expressiva diminuição do número de funcionários da respectiva construtora. Outro problema detectado está relacionado ao telhado dos apartamentos que apresenta certa fragilidade. No decorrer da pesquisa foi possível estabelecer um diálogo informal com alguns funcionários da Andrade Gutierrez e estes atribuem a Brasilit, fabricante de telhas, o problema no lote comprado, sendo, segundo eles, responsabilidade do fabricante e não da construtora.

Apesar de pouco tempo ocupada, o que se verificou na área foi a quantidade de lixo espalhado em alguns pontos, apesar do número de lixeiras existentes, exigência então feita pelos próprios moradores (Figuras 32 e 33), o que denota uma repetição por parte de alguns residentes da nova área de hábitos praticados nos igarapés, ou seja, o descarte de lixo em áreas impróprias.



Figura 32 – Lixeiras localizadas nos blocos residenciais
FONTE: PINHEIRO, 2007.



Figura 33 – Lixo encontrado próximo às lixeiras
FONTE: PINHEIRO, 2007.

O expressivo número de “vendas” (Figuras 34 e 35) chama a atenção, embora sejam estabelecimentos pequenos. Em cada esquina existe a comercialização de algum produto, predominando gêneros alimentícios. Algumas mulheres caracterizaram o Parque como uma grande feira, pelo movimento decorrente desta realidade e do considerável número de pessoas transitando. Para os proprietários desses pontos, a mudança para a área dos apartamentos foi positiva, pois agora o espaço oferece melhor estrutura e localização e a clientela é maior, apesar de também existir maior concorrência.



Figura 34 – Pequena venda de estivas e verduras
FONTE: PINHEIRO, 2007.



Figura 35 – Venda de churrasco
FONTE: PINHEIRO, 2007.

Uma das últimas notícias divulgadas na mídia relacionada à vida no Parque diz respeito ao valor das contas de água. De acordo com os moradores, nos primeiros três meses no local nada foi cobrado, no entanto após esse período as contas passaram a vir em valores exorbitantes, variando entre R\$400,00 e R\$1.000,00, gerando grande indignação principalmente entre as mulheres, visto que foram essas que surgiram nos noticiários divulgando a situação. Os moradores dizem que não se opõem em pagar valores que realmente retratem o que consomem, mas que os valores expressos nas contas não condizem com as suas realidades. O funcionário da Águas do Amazonas que tratava do caso diz que os valores estão de acordo com os m³ consumidos pelas famílias.

5.6 Reflexões sobre o re-estabelecimento do cotidiano

As transformações do espaço de moradia e socialização reelaboram as práticas sociais dentro de um determinado contexto, sendo que a partir do momento em que as centralidades

são recriadas também passam a ser recriados os mecanismos das relações que se dão neste espaço.

Trata-se de se considerar a possibilidade de redescoberta da nova dimensão local, tal como afirma Santos (2004), buscando novos significados, dados por intermédio da vida cotidiana, da formulação de novos interesses, necessidades e ações.

Desta forma, as remanejadas do PROSAMIM terão que reestruturar e redescobrir seus papéis e significados na medida em que são obrigadas a recriar seus espaços, estabelecendo novos laços com o atual local de moradia.

A pesquisa mostrou em todos os casos pesquisados, mesmo considerando as famílias remanejadas para áreas distantes daquelas anteriormente habitadas, uma profunda satisfação com a nova casa, afirmação que pode ser elucidada pela necessidade humana da moradia. Conforme aponta Rodrigues (1988, p.51), “morar é uma das necessidades básicas, assim como comer, vestir, etc. As quantidades de artigos ou de meios de subsistência que são julgados necessários em cada período são determinados historicamente. A moradia, em qualquer período histórico, é considerada uma necessidade vital”. O expressivo contentamento se deu por alguns motivos, sendo os mais significativos: a possibilidade de se morar em um local seco, onde não existe a probabilidade de eventuais alagações; morar em uma casa de alvenaria se mostra como uma conquista para essas famílias; no caso das mulheres que possuem crianças, a possibilidade de ter uma casa com quintal onde elas possam brincar livremente, sem ter a preocupação de caírem no igarapé ou até mesmo sumirem da proximidade da casa, foi apontada como uma das grandes vantagens adquiridas com a nova casa. A aquisição de uma casa com mais de dois cômodos é uma das características que se mostrou de relevante importância, visto que anteriormente a casa tinha um número de cômodos reduzido e, muitas vezes, compartilhado até por mais de uma família. A possibilidade da privacidade, considerando o ponto de vista da mulher, diz respeito

principalmente à privacidade dos filhos e do casal, aparecendo como aspecto positivo a realidade de poder ter um ambiente unicamente seu, seja esse criança, adolescente ou o próprio casal.

O melhor conforto e higiene ambientais foram indicadores positivos e facilitadores para a satisfação com as novas casas.

Realidade que da mesma forma se apresenta como fator positivo, principalmente para aquelas famílias que moravam no igarapé Manaus, refere-se à saída de um local amplamente dominado pelo tráfico e uso de drogas. As mulheres afirmam que a situação é crítica para o cotidiano feminino a partir de três situações: das mulheres que são mães de jovens envolvidos com as drogas, daquelas que são esposas de homens usuários e traficantes e daquelas mulheres que acabaram se tornando consumidoras. O único receio por parte das mulheres que vão morar nos apartamentos do Centro é a possibilidade desta realidade ser transferida para lá, uma vez que essa rede de uso e comercialização de entorpecentes influencia expressivamente a área central.

No processo de escolha e mudança para a nova casa, observou-se de acordo com os relatos a negociação partilhada entre o casal e casos onde a mulher esteve totalmente à frente do processo até mesmo porque a casa, na maioria dos casos, ficou no nome dela, condição prevista do PDDR. Dos doze casos pesquisados, apenas em um a residência ficou totalmente no nome do homem, enquanto nos demais ficou no nome dos dois.

Por meio dos diálogos constatou-se a satisfação feminina com a nova moradia, mas insatisfação em alguns casos com a morada. Neste caso, compreende-se que a morada não é apenas a casa, mas toda a infra-estrutura urbana que uma moradia demanda bem como as sociabilidades estabelecidas.

Dentre os pontos desfavoráveis apontados a partir do contato estabelecido com as mulheres após a saída do igarapé, alguns se mostraram bastantes pertinentes, denotando o

estabelecimento de um novo cotidiano. O acesso a serviços de saúde se mostrou como um dos mais críticos, visto que foi o mais citado, explicitando uma condição geral no serviço público de saúde no município, não sendo apenas casos isolados. Sen (2000) aborda a temática que permeia o cotidiano de algumas das mulheres entrevistadas referente ao acesso à saúde, quando diz que é na desigualdade contínua nos cuidados com a saúde que a desigualdade entre os sexos se manifesta de maneira mais flagrante e persistente nas sociedades pobres.

Outros aspectos apontados como negativos no cotidiano feminino após o remanejamento, dizem respeito ao acesso às escolas dos filhos. Neste aspecto, a ausência de um suporte infra-estrutural relacionado à educação como creches e escola em tempo integral refletem de maneira determinante na reprodução das famílias, demonstrando carências principalmente no acolhimento de crianças e jovens em condições adequadas, garantindo-lhes direitos básicos.

Para muitas daquelas mulheres que foram para bairros distantes o transporte público se mostrou como um problema, visto que a qualidade na prestação deste serviço afeta diretamente o cotidiano das mulheres, no que se refere ao deslocamento ao trabalho, a atividades de lazer com os filhos, à realização de compras domésticas e ao deslocamento de crianças e jovens às escolas.

Para algumas das mulheres que desenvolviam algum tipo de atividade remunerada nos igarapés, a dificuldade em restabelecer suas atividades no atual local de moradia, também se mostrou como uma situação crítica.

Outras questões são destacáveis em relação à nova conjuntura habitacional. Nas áreas dos igarapés a organização política já era praticamente inexistente, sendo que a pouca mobilização encontrada era desempenhada na maioria dos casos pelas mulheres, devido à falta de tempo e paciência dos homens ou até mesmo por uma delegação de poderes às mulheres devido a sua maior disponibilidade de tempo e maior preocupação com questões

relacionadas ao bem-estar da família, o qual seria papel “naturalmente” feminino. Agora, nas novas residências, a mobilização deixou de existir, mesmo que seja por tempo determinado. A causa desta realidade está ligada principalmente à necessidade de um período maior para a construção de novas sociabilidades, novos laços com a vizinhança e o estabelecimento da identificação com o lugar. Em alguns casos as recentes relações vicinais se mostraram desfavoráveis para as mulheres devido a atritos com os novos vizinhos.

No quesito trabalho e renda como indicador de autonomia, poder e autoridade na família, mesmo considerando as famílias sustentadas predominantemente pela mão-de-obra feminina, observa-se clara idealização de papéis convencionados nas estruturas de gênero. As percepções apreendidas denotam a não incorporação de mudanças recentes nas estruturas sócio-familiares, podendo-se analisar esta situação em alguns casos, onde a mulher procurou tentar efetuar mudanças na nova moradia, mas se viu limitada pela opinião do companheiro. Outra situação ainda voltada para este quesito é a de homens que não estão desenvolvendo nenhuma atividade remunerada e agora nas novas casas se vêem na obrigação de desempenhar atividades domésticas. Mesmo não se opondo em realizar ações até então designadas à mulher, consideram o momento passageiro, apenas até conseguir trabalho fora de casa, ou seja, estes homens consideram o trabalho no ambiente doméstico como algo transitório, que poderá ser superado e normalizado assim que se realocarem no mercado de trabalho. No entanto, reafirmar que o trabalho doméstico masculino é apenas uma transitoriedade não é apenas papel do homem, a própria mulher em muitos casos alimenta a crença na inadequação dessas novas posições. Paradoxalmente, muitas vezes a mulher quer autonomia financeira e uma maior participação na esfera pública, mas ainda atribui como seu o papel de exclusividade no desempenho das tarefas domésticas.

O reassentamento para bairros distantes daquele anteriormente habitado teve como consequência no contexto familiar o maior tempo fora de casa, diante da necessidade de sair

mais cedo de casa para a realização das atividades de trabalho que permaneceram próximas às antigas áreas e o retorno ocorrer mais tarde ao lar, visto a distância e a dependência do transporte público. Este fato demonstrou causar um maior afastamento entre o casal e também um considerável distanciamento do acompanhamento dos filhos menores e adolescentes, o que pode impactar qualitativamente o convívio familiar, fissurando o vínculo emocional entre pais e filhos, essencial ao saudável desenvolvimento destes últimos.

Fato interessante a ser citado é o de que o estudo desenvolvido – realizando a análise e reflexão sobre o cotidiano de “apenas” doze mulheres – refletiu a realidade não apenas condizente ao ambiente de suas respectivas famílias, mas acabou por explicitar as diversas situações e problemas que grande parte dos manauenses enfrenta. Mostrando que a situação de desigualdade no que concerne ao acesso à moradia, serviços e equipamentos urbanos não se apresenta de forma isolada, apenas reflete que a organização espacial da cidade recoloca e aprofunda continuamente a exclusão.

Por meio não apenas das palavras das entrevistadas, que ora refletem contentamento provisório com a possibilidade de morar em uma casa de alvenaria e ora mostram descontentamentos maiores com as novas moradias, observou-se que o próprio Programa de forma macro contribuiu para reprodução da exclusão. O Programa vem contradizendo seus próprios princípios de melhoria de vida da população dos igarapés, esquecendo-se que para tal é preciso não apenas proporcionar uma moradia que se bem analisada, não é tão digna assim, pois quando muitos são realocados em áreas onde o acesso à infra-estrutura urbana é demasiadamente deficiente apenas contribui para a manutenção e aumento das diferenças entre os diferentes moradores.

O Programa reafirma situações de desigualdades quando prevê até mesmo a padronização de comportamentos. Esta situação se mostrou no momento em que as assistentes sociais do PROSAMIM pensaram na possibilidade de efetuar um curso de

“Etiqueta Urbana” para as mulheres dos igarapés, colocando que a conduta das mesmas não era adequada aos apartamentos do Parque Residencial Manaus, como se as atuais características comportamentais fossem de seres não aptos a viver uma nova realidade, em um modelo urbano que desconsidera as especificidades e subjetividades, necessitando ser assim, readequadas. O que fica é a grande incógnita do que seria o comportamento ideal adequado ao viver em novas moradias e como mudar estilos de vida de forma tão superficial. Será que o grande problema é a forma comportamental ou o que esta representa aos olhos de quem quer passar a imagem de uma cidade onde todos compartilham das mesmas possibilidades de vida ignorando as singularidades de cada um e, até mesmo, as desigualdades sociais existentes visíveis por meio da forma como as pessoas estabelecem seus padrões comportamentais?

Percebeu-se no decorrer das conversas que mesmo quando eram colocadas algumas insatisfações com as ações do Programa, as pessoas, em especial as mulheres, se sentiam intimidadas em atribuir os descontentamentos existentes ao PROSAMIM, passando a impressão de que o fato de ganhar uma casa lhes tirava o direito de apontar falhas. Foi possível capturar em meio aos discursos positivos, as entrelinhas que expressavam a preocupação, receio e expectativa de como seria a vida de agora em diante.

Uma das carências apontadas pelos remanejados é a falta de acompanhamento das famílias por parte do PROSAMIM em suas novas moradias, verificando como estão suas vidas, os aspectos positivos e as situações de descontentamento encontradas nas novas casas. Porém, este foi um dos aspectos tratados no PDDR, no entanto, não realizado pelo Programa até o término da pesquisa, sendo que nesta época, existiam famílias já remanejadas a tempo suficiente para realizar o devido acompanhamento.

Os dados referentes à situação pós-traslado para as novas moradias serão obtidos através de pesquisa direta com as famílias, através de amostra formada por famílias cujos nomes e dados do formulário de cadastro estarão disponíveis no Banco de Dados do Sistema de Monitoramento. Note-se a importância de garantir, através do

Sistema de Monitoramento, registro da localização de todas as famílias remanejadas (PDDR, 2004, p. 53).

Outro ponto conflituoso abordado no PDDR trata-se da forma como a avaliação dos impactos do remanejamento teria sido feita ou, caso ainda seja feita, se concretizaria. O PDDR aborda a problemática da seguinte forma:

Um dos maiores desafios para avaliar os efeitos de um Plano como o esse nas condições de vida da população alvo consiste em “isolar” os efeitos atribuíveis ao Plano daqueles que se produziram independentemente deste, por força de condicionantes exógenos, gerados pelo contexto sócio-econômico onde ocorre a remanejamento (PDDR, 2004, p. 53).

Nas palavras do PDDR existem impactos que se reproduzem independente do remanejamento, sendo necessário isolá-los para avaliar somente aqueles decorrentes da mudança de moradia. No entanto, o verificado é que tal metodologia não abordaria o problema da forma correta, pois é impossível tratar a mudança da casa sem considerar justamente fatores condizentes ao contexto sócio-econômico das famílias, a forma como a vida foi estabelecida nos igarapés, tratando principalmente dos fatores exógenos. É inconcebível analisar o remanejamento tratando as famílias como núcleos isolados que não mantêm relações com o ambiente onde estão inseridos, influenciando e sofrendo influências deste.

O PDDR se mostrou como um instrumento elaborado mais com o intuito de cumprir uma das exigências do BID, do que como um documento proponente de diretrizes que pudessem de alguma forma produzir conseqüências positivas sobre o cotidiano das famílias remanejadas. Neste mesmo documento é colocado que este era apenas uma versão preliminar e que, posteriormente, seria elaborada uma versão final, o que não ocorreu.

Nas falas das mulheres, mesmo que muitas vezes de forma implícita, foi possível concluir que agentes representantes do Estado ainda fazem uso de antigas práticas, fazendo

valer o sentido do Estado-coerção no momento de retiradas das famílias dos igarapés. Realidade identificada em decorrência da pressão psicológica, como ameaça de despejos e avanço sistemático de máquinas, como tratores e escavadeiras, que cavavam ao redor das casas, deixando essas com as estruturas comprometidas.

A prevista participação dos moradores para opinar sobre o projeto mostrou-se uma falácia.

Será assegurada participação das famílias em todo o ciclo do processo de liberação de áreas e remanejamento de população, desde a consolidação do presente plano, seu empoderamento pelos beneficiários, passando pelo detalhamento dos Projetos Específicos para cada Igarapé, até implantação final de todas as ações (PDDR, 2004, p. 12)

De fato houve “participação”. Era marcada a reunião pelos técnicos e estes expunham o projeto e mesmo que houvesse alguma discussão ou objeção, as opções para os moradores já estavam claramente definidas, restando aos futuros remanejados apenas assinar a lista de presença estabelecendo a legitimidade da consulta pública. Assim, participar limitou-se a presenciar as reuniões para tomar conhecimento das quatro opções entre as quais poderiam escolher. As opções eram apresentadas aos moradores como os combos do Mc Donalds: fechadas em suas caixinhas e servidas de bandeja, sem opção de modificações.

Não houve discussão de projetos arquitetônicos, nem tamanho ou divisão dos quartos e muito menos dos materiais utilizados. Esta forma de incluir a participação não se limita ao PROSAMIM, pode-se observar o mesmo procedimento em diversas audiências públicas, tais como as que ocorreram para a discussão da Ponte sobre o rio Negro. Em todos esses casos “participar” restringiu-se a comparecer à reunião e preferencialmente assinar a lista de presença. No caso da Ponte, na audiência pública de Novo Airão⁷, para receber o material

⁷ Membros do NEPECAB participaram da audiência e relataram os acontecimentos.

informativo era necessário assinar a lista de presença mesmo se nem chegasse a entrar no ginásio, o qual encontrava-se vazio apesar da lista contar com mais de duzentas assinaturas.

Relacionado aos itens do PDDR que faziam referência à mulher, observou-se que o único cumprido foi o que tratava da documentação da casa que ficaria no nome da mulher. Realmente, em dez dos casos pesquisados isto ocorreu, desde que com o consentimento do marido. Outras abordagens como oferecimento de creches e capacitação profissional feminina foram itens que só ficaram no papel. Isto sem contar que em nenhum momento foram trabalhados itens que pudessem de alguma forma amenizar os impactos sofridos em decorrência do remanejamento, tais como saúde e cuidado com os filhos menores de cinco anos.

Assim, conclui-se que mesmo considerando o aspecto positivo da nova residência, que em grande parte diz respeito à estrutura física da casa, problemas maiores não foram solucionados, pelo contrário, foram ampliados, mostrando que no remanejamento das famílias dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico não houve suporte ou monitoramento sócio-econômico necessário como prevê o Programa frente às exigências do BID. Ainda sabendo que tal suporte era abordado na teoria de forma insuficiente - visto que não trabalhava tópicos como acesso à saúde pelas famílias remanejadas, problemática referente ao transporte urbano, acesso à educação dos filhos adolescentes, dentre outros tópicos - na prática não fora realizado. Aliás, nem de forma superficial o PDDR faz referência aos referidos pontos, muito menos considera os mesmos como impactos diretos no cotidiano feminino.

Por intermédio das informações coletadas, fica evidente que as condições de moradia nos igarapés eram excessivamente precárias e qualquer alternativa de moradia apresentava-se como uma melhor opção. A partir de então, o Estado se beneficiou da situação, oferecendo casas em locais secos, mas muitas vezes casas de péssima qualidade e localizadas em bairros

distantes da antiga moradia, o que devido a dispersão das famílias, dificulta a avaliação dos impactos do Programa e acaba por favorecer a imagem positiva do poder público.

Verifica-se que a população a ser afetada diretamente nas obras não participou do processo de definição das alternativas, apenas aceitou o que já estava predeterminado. A participação dos mais atingidos com o Programa, até então amplamente abordada no contexto do PDDR como uma das fases da gestão compartilhada se deu de forma insuficiente.

No entanto, a realidade poderia ter sido diferente, como o caso do bairro de Roxbury, em Boston/EUA mostra. Embora em contextos explicitamente diferentes do manauense, este bairro refletia a segregação da moradia existente na cidade, possuía vários terrenos baldios que serviam de depósito ilegal de lixo, o que prejudicava a vida da população predominantemente pobre que ali morava. A população considerava esta situação extremamente precária, no entanto não queria retirar-se do local, frente à identificação com o lugar. Na verdade, queriam transformar o local e ali permanecer morando. O governo tinha em mente um plano para revitalizar o bairro, mas a população do local queria melhorar o bairro, mas à sua maneira e se mostrou amplamente insatisfeita por não ter participado inicialmente do processo de revitalização.

A partir de então, foi reconhecida a necessidade desta participação e por meio de uma junta comunitária os moradores tomaram a frente do processo, impedindo que, como na maioria dos casos, as decisões fossem tomadas de “cima para baixo”, por pessoas que não moravam no local e que não conheciam a realidade do bairro e os anseios dos moradores. Os residentes pleitearam recursos e nos terrenos abandonados construíram casas pensadas e projetadas por eles, de acordo com suas necessidades. Existia também a intenção de planejar toda a estrutura necessária para a manutenção da vida digna no próprio local. Neste caso, o poder de decisão foi tomado totalmente pelos moradores, que se encontravam bastante organizados em busca de um objetivo comum, visto o senso de responsabilidade que existia

com o bem-estar dos que ali residiam e com a necessidade de transformar as suas realidades de vida. Observou-se também que casos como estes não ocorrem de uma hora para outra, uma vez que do início do movimento até a inauguração da primeira casa passaram-se dez anos.

O que fica claro no decorrer da análise, é que decisões do tipo: de como vai ser a casa ou quantos cômodos serão necessários, o tamanho dos cômodos faz parte de um momento importante e que deve estar aberto para a decisão coletiva. A participação deve vir desde os primórdios do processo e deve permear todos os momentos, desde o desenho da moradia até o cronograma da obra. O tempo deve ser o tempo do morador: o tempo de tomar a decisão, o tempo de se programar para mudar e o tempo da mudança. O espaço também deve ser o do morador: o espaço da casa, do quarto, da vizinhança.

Assim sendo, o tempo-espaço dos projetos de reestruturação urbana deveria ser o do indivíduo que o compõe e não do capital que o fraciona. E para que isso aconteça é necessário que se dê esse tempo-espaço ao controle dos que serão afetados pelo processo. Utopia? É utopia, ou melhor, como nos ensina Harvey: Espaços de Esperança.

Retirar dos moradores a possibilidade de controle de seu espaço-tempo é jogá-los de novo na marginalidade da cidadania, reiterando com isso a exclusão social tão presente nas cidades brasileiras e latino americanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações colhidas na pesquisa, observou-se que o acesso à moradia em Manaus se dá de modo amplamente diferenciado, em consonância com a lógica das relações de produção.

Carlos (2001), afirma que o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana, logo a apropriação do espaço da cidade vai se configurando em conformidade com os interesses da sociedade, na capital manauense não foi e não é diferente. Conforme sua história retrata, Manaus teve a produção e re-produção de seu espaço marcada por desigualdades e pelo interesse de alguns em dotá-la de uma imagem atraente ao agente externo em detrimento dos setores populares que aqui estabeleceram o seu cotidiano.

Na atualidade as diferenças persistem. Por meio de uma proposta de planejamento urbano padronizado, buscando “modernizar” a cidade, o poder público tem dirigido um Programa que não possibilita o acesso, principalmente dos grandes atingidos com tal iniciativa, aos benefícios oriundos do “progresso”, como: rede de esgoto, abastecimento de água, serviço de saúde, educação, etc. Na verdade o que se vê, assim como no passado “áureo” da capital, é a tentativa de disciplinamento do espaço (DIAS, 1999).

Desta forma, as classes mais favorecidas pelo sistema habitam as áreas com melhor infra-estrutura e serviços. Os mais pobres são afastados compulsoriamente de áreas estratégicas necessárias à expansão do capital e acabam por constituem favelas em espaços com precária infra-estrutura para a construção de moradias. O Estado por meio de sua política dita de inclusão sócio-ambiental na verdade acentua a exclusão, exclusão que se revela desde o momento em que restringe a possibilidade dos remanejados em participar verdadeiramente das escolhas que definirão a direção de suas vidas.

Conforme colocado, o PROSAMIM tem como uma de suas vertentes de trabalho o acesso das populações moradoras dos igarapés a novas residências e o grande questionamento é se este acesso permitirá não apenas a aquisição de uma nova moradia, mas se virá a refletir uma consistente transformação social. Tal indagação se mostra pertinente uma vez que, como foi explanado no decorrer do trabalho, além das condições de vulnerabilidade econômica e social que as famílias residentes nestes igarapés estão condicionadas, observou-se a ausência de políticas urbanas que venham considerar as necessidades dos cidadãos de acordo com as suas especificidades e anseios, sobretudo quando se trata de mulheres que vivem em condições precárias de vida.

A presente análise se estruturou partindo da perspectiva de que pouca importância ou quase nenhuma fora dada pelo Programa aos impactos no cotidiano familiar decorrentes do reassentamento involuntário das populações dos igarapés, especialmente quando diz respeito à relevância de tais impactos para mulher.

A pesquisa se dividiu em duas etapas, pela certeza de que para se falar sobre os impactos do remanejamento era necessário primeiramente ter conhecimento a respeito do que era viver nos igarapés. Assim, em princípio foi-se a campo para verificar o modo de vida das mulheres ainda nos igarapés, para que posteriormente a partir do contato já estabelecido fosse possível verificar suas vidas agora já situadas nas novas residências.

Os dados apresentados na primeira etapa do trabalho constataram a maior participação das mulheres no que se refere aos informantes da pesquisa, o que veio a contribuir na elucidação de questões relacionadas ao cotidiano feminino nos igarapés.

Na segunda etapa do trabalho de campo observou-se grande satisfação feminina com a nova moradia, mas insatisfação em relação à infra-estrutura, significando assim, que problemas já existentes no dia-a-dia nos igarapés persistem e que estes impactam de forma mais acentuada as mulheres denotando que a realidade de vida nos igarapés e nas novas

residências pode ser ainda mais desigual quando analisada tendo em vista a singularidade de cada agente.

Estabelecer a análise da alteração de vida decorrente da mudança de casa mostrou-se tarefa difícil, pois as condições de moradia nos igarapés eram excessivamente precárias e a possibilidade de se ter uma nova morada em um ambiente totalmente diferente do até então conhecido era motivo de grande euforia. Deste modo, o Estado acabou por tirar proveito do momento, dando às famílias a alternativa de não mais morarem em cima do igarapé, mas em casas mal localizadas, muitas vezes sem a mínima estrutura necessária para a manutenção de uma vida digna. Assim sendo, em alguns casos, as famílias não se achavam no direito de apontar falhas, pois o Estado já havia lhes prestado um grande favor no momento em que lhes “beneficiou” com a casa.

Observa-se então, quando se considera a realidade mais restrita, que modificações foram apontadas como benéficas, pois a possibilidade de se ter uma casa em terra firme traz para as famílias um sentimento de conforto e de inclusão em um espaço urbanizado. No entanto, quando se atenta para um aspecto mais amplo em relação à moradia, incluindo-se a noção de habitabilidade, as mulheres apontaram tanto aspectos favoráveis quanto desfavoráveis do reassentamento, especialmente quando questionadas sobre a rede de serviços públicos.

Portanto, alguns foram os impactos considerados críticos, como aqueles relacionados à escola, abastecimento de água, transporte coletivo e com maior destaque os relacionados à saúde da mulher. Na verdade, os impactos condizentes ao acesso precário da mulher aos serviços de saúde específicos para o bem estar feminino, só foram reafirmados e ampliados com o remanejamento, visto que não foram previstos pelo Programa. Isto por que desde o cotidiano nos igarapés as carências referentes ao serviço de saúde pública já se mostravam como um fator que acentuava a situação de carência da mulher pobre no espaço urbano. O

acesso problemático se dá tanto no que se refere à qualidade dos serviços prestados, visto as reclamações existentes frente à atenção dada à paciente pelo médico, bem como ao número restrito de atendimentos realizados, fazendo com que muitas enfrentem filas de madrugada com o objetivo de adquirir uma das poucas senhas ofertadas para atendimento em clínicas que mantêm convênio com o SUS. A reclamação mais destacada por parte das remanejadas é a maior precariedade no serviço prestado próximo as novas casas, fazendo com que muitas necessitassem retornar ao seu antigo local de moradia.

Constatou-se que a dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos pela mulher continua, apenas foi transferida de lugar, ficando agora mais dispersa no perímetro da cidade. Esse aspecto se mostrou de especial relevância durante a pesquisa, uma vez que mesmo que de forma indireta, o Programa, nos casos daqueles que não permaneceram nos apartamentos da área central, proporcionou em muitos casos a continuação e até o aumento da segregação sócio-espacial já existente, antes concentrada e agora mais dispersa. Em outras palavras, aquelas famílias que não possuíam uma renda considerável para sobrevivência, que padeciam dos mais variados problemas estruturais familiares, continuaram e continuarão vivenciando a mesma realidade, que tem passado despercebida, pois a satisfação com a nova casa se revela maior que qualquer problema, mesmo que possa vir a ser temporária.

No entanto, as observações dos impactos decorrentes do remanejamento pela perspectiva da família se tornam mais difíceis de serem mensuráveis, uma vez que foram dissolvidos no contexto urbano manauense já amplamente marcado por desigualdades, convertendo-se em apenas mais um caso.

A casa revelou-se um interessante meio de analisar o cotidiano do feminino, mesmo quando a mulher em alguns casos desempenha tarefas fora do lar, pois é a partir do seu papel no habitual familiar, sendo este maior ou menor, que se torna possível observar a forma como ela se relaciona com filhos, companheiro e com os problemas domésticos diários e de como a

mudança no local da moradia pode afetar de forma positiva ou não o seu dia-a-dia, tanto na esfera pública quanto privada.

Uma reflexão sobre a pesquisa, não apenas dos dados aqui apresentados, mas também daquilo que foi visto e sentido e nem sempre possível de descrever em poucas linhas, se refere à percepção do grande contentamento pela possibilidade da aquisição de uma casa melhor estruturada e própria, chegando a ser emocionante. No entanto, elaborar e tornar eficazes políticas públicas sociais requer voltar à preocupação não somente para questões referentes à moradia, mas para a forma como as populações em questão são inseridas em um contexto maior de acesso a serviços em patamares mais igualitários.

Daí surge a preocupação de que para se buscar igualdade sócio-ambiental no espaço urbano é necessário considerar as diferenças entre os agentes que o constituem, uma vez que as pessoas fazem uso do espaço das cidades de acordo com suas necessidades e estas não são as mesmas para todos, ocorrendo em escalas diferentes.

Espera-se que independente da maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a sua crescente participação na chefia de famílias, a busca por melhores condições de vida nas cidades seja acompanhada e fortalecida por meio de uma abordagem que considere os anseios de cada um, necessitando de uma revisão de como as políticas públicas são formuladas, até mesmo por que os ditos “avanços” da condição da mulher contemporânea e urbana têm contribuído significativamente com a consolidação das desigualdades existentes entre os gêneros, uma vez que a mulher na maioria dos casos exerce atividades remuneradas em situação de desvantagem quando comparada com aquelas desempenhadas pelos homens.

Quando esta situação se remete para as mulheres de baixa renda, como as analisadas no decorrer deste trabalho, a condição se torna mais desvantajosa, pois além de lidar com os problemas da baixa remuneração, enfrentam a baixa escolaridade, limitações no serviço de saúde para si e para seus filhos, ausência dos serviços de creche, transporte coletivo precário e

problemas internos inerentes ao contexto familiar vivenciado, como falta de participação do companheiro nos afazeres domésticos e em alguns casos a sobreposição masculina como se este fosse, mesmo quando se encontra em uma situação familiar inferior à feminina, o grande provedor, cabendo a ele a tomada de decisões, ficando a mulher apenas na condição de obediência.

Em suma, a partir desta pesquisa fica o intuito de melhor compreender a dinâmica urbana considerando a análise não apenas do macro espaço e de um ser humano genérico, mas do micro espaço e do que é inerente e único em cada ser humano, aspecto este fundamental para se compreender a dita complexidade ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/UNICEF, 2005.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A cidade de Manaus**: primeiros estudos. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1953.

ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 1.213 de 02 de maio de 1975**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Local Integrado da cidade de Manaus e dá outras providências. Manaus: 1975.

CABANES, Robert. **Espaço privado e espaço público**: o jogo de suas relações. In: CABANES, Robert; TELLES, Vera da Silva. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CAETANO, André Junqueira. **Migrações nos Municípios das Capitais da Região Norte na Década de 70**. Manaus: FUNDAJ/IESAM, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOTTO, Cássia. **O Avanço Tecnológico e o Trabalho Feminino**. Presença da Mulher. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COHRE. **Conflitos urbano-ambientais em capitais Amazônicas: Boa Vista, Belém, Macapá e Manaus.** Centro pelo direito à moradia contra despejos. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Estudos sobre a rede urbana:** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Ana Maria; SILVESTRE, Rosa Maria. **Uma reflexão sobre poder, mulher e saúde:** dilemas para a saúde reprodutiva. In: OLIVEIRA, Suely; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. *A mulher brasileira nos espaços público e privado.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto - Manaus 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade.** Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 1997.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão:** duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Mara Sandra. **Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente.** Revista de estudos feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio:** Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOTTDIENER, Mark. **A produção Social do Espaço Urbano.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HOLDING Ground: the rebirth of Dudley street. The award – winning documentary about community vision, struggle and change. Produção de Mark Lipman e Leah Mahan. DVD.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais 2007** - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Brasília: 2007.

KRANZ, Patrícia. **Agenda 21.** In: Agenda 21 Local. Disponível em:
< <http://www.agenda21local.com.br/con4.htm> >. Acesso em: 07 jan 2007.

LAVINAS, Lena. **Gênero, cidadania e políticas urbanas.** In: JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (orgs). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

LEEF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEVI, Márcia Cristina Henriques. **Considerações jurídicas sobre políticas públicas para solução de conflitos relativos à ocupação urbana e a crise ambiental:** PROSAMIM. Florianópolis: FUNJAB, 2006.

LOURO, Guacira. **Gênero, história e educação:** construção e desconstrução. Educação e realidade, v.20, n.2. Rio Grande do Sul: 1995.

MACEDO, Márcia S. **Relações de Gênero no Contexto Urbano:** um olhar sobre as mulheres. 2001. In: Perspectivas de gênero: debates e questões para ONG's. Recife, 2001.

MANAUS. **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.** In: Diário Oficial do Município. Manaus: 2002.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A. de. **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

_____. **Manaus de 1920-1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003.

_____; COSTA, Danielle Pereira da. **A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade**. Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona, v.XI, n.245, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/b3w-262.htm> >. Acesso em: 10 dez 2007.

_____; SOUZA, Nilciana Dinely. **O espaço urbano e a produção de moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: o igarapé do Quarenta**. In: ALECRIM, José Duarte; GASNIER, Thierry Ray Jehlen; OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs). Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: VELHO, Octávio Guilherme (org). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. **As mulheres e o cotidiano urbano no Brasil**. In: Progresso das mulheres no Brasil. Brasília: Ford Foundation; UNIFEM; CEPIA, 2006.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS Disponível em: < www.prosamim.am.gov.br >. Acesso em: 02 ago 2007.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REITER, Bernd. **Pracatum**. Escola profissionalizante de músicos de rua – uma abordagem sociológica “espaços urbanos em mudança”. Caderno CRH: Salvador, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (org). **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: revan, FASE, 2000.

RIBEIRO FILHO, Vítor. **Mobilidade residencial em Manaus: uma análise introdutória**. Manaus: EDUA, 1999.

RODRIGUES, Moysés Arlete. **Na procura do lugar o encontro da identidade.** Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. São Paulo, 1988.

_____. **Textos Didáticos. Desenvolvimento Sustentável:** Teorias, debates, aplicabilidades. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.

_____. **Produção do espaço e ambiente urbano.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrao (org). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, 2001.

_____. **Moradias nas cidades brasileiras.** 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Desenvolvimento Sustentável: dos conflitos de classe para os conflitos de gerações.** In: Panorama da Geografia Brasileira. Vol. 2. São Paulo, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Cidades:** o Brasil e o habitat II. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do Espaço.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN, Saskia. **A cidade global.** In: CARLEIAL, Liana Maria de Frota; LAVINAS, Lena; NABUCO, Maria Regina. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos.** São Paulo: CEBRAP, 1996.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e Realidade, v.20, n.2. Rio Grande do Sul: 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA. **Plano de ações para reposição de moradias, remanejamento de população e atividades econômicas instaladas em áreas requeridas para implantação do PROSAMIM - PDDR.** Manaus: 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAZONAS. **Desenvolvimento Humano em Manaus**: Atlas Municipal. Manaus: 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SORJ, Bila. **O feminino como metáfora da natureza**. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **Moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: o Igarapé do Quarenta**. Manaus: UFAM, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka. **Travessias do feminino**: potencialidades no mundo. São Paulo: 2004. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil). Faculdade de Saúde Pública, 2004.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **Gênero Feminino no contexto do trabalho fabril**: setor eletroeletrônico em Curitiba e região metropolitana na década de 90. Curitiba: 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). CEFET, 2000.

UHLY, Steven; SOUZA, Eliene Lopes de. (orgs.). **A questão da água na grande Belém**. Belém: UFPA/CEG, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Impactos sócio-econômicos do projeto de macrodrenagem**: o reassentamento cdp e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres. Belém: UFPA/PARU/FASE, 2001.

VALLE, Cláudia Magalhães do. **Impacto ambiental urbano: avaliação física e química dos solos da bacia do igarapé do Quarenta**. Manaus: 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade do Amazonas, 1998.



APÊNDICE A

Universidade Federal do Amazonas Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira – NEPECAB

FORMULÁRIO

1) Identificação		
Nome:	Contato:	
a) Sexo: () Feminino () Masculino		
b) Idade:		
c) Estado Civil: () Solteiro. () Casado. () Outros		
2) Composição familiar		
a) () unifamiliar – Quantas pessoas () multifamiliar – Quantas famílias Quantas pessoas		
b) Menores de quinze anos () Quantos () Maiores de quinze anos () Quantos ()		
c) Tem filhos: () Sim () Não. Quantos: _____		
3) Dados gerais		
a) Local do nascimento		
Município:	Estado:	Outros:
b) Motivo da vinda para Manaus:		
c) Nível de Escolaridade: Ensino Fundamental –() Completo– () Incompleto Ensino Médio – () Completo– () Incompleto Ensino Superior –() Completo –() Incompleto () outros		
4) Dados sobre ocupação e renda		
a) Ocupação: (o que faz?)		
b) Renda: () sem renda () até um salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos () acima de dois salários mínimos		
c) Principal responsável pela renda da família:		
d) O local de trabalho é próximo: () sim () não		
e) Se trabalha, como se desloca ao trabalho: () coletivo () bicicleta () a pé () outros		
f) Se a mãe trabalha fora com quem ficam as crianças: () creche () parentes () outros: _____		
5) Dados sobre habitação		
a) Quanto tempo mora no local: _____ anos e _____ meses		
b) É proprietário: () sim () não () cedida () alugada - valor do aluguel:		
c) Comprou pronta () construiu ()		
d) Tem conhecimento sobre o Prosamim: () sim () não (descrever a opinião) _____ _____ _____		
e) Já foi contactado pela equipe do Prosamim: () sim () não		
f) Qual a sua posição sobre a saída do local: a favor () contra () sem opinião () Por que? _____ _____		

6) Dados sobre o tipo de ressarcimento escolhido
a) Bônus () Indenização () Unidade Habitacional/Quadra bairro () Conjunto Nova Cidade () Indefinido ()
b) No caso de indenização, local de compra do imóvel: _____
7) Acesso a rede de serviços urbanos:
a) Educação
Quantas pessoas na família estudam: _____ crianças _____ adultos
Tem crianças em idade escolar fora da escola: () sim Quantas: _____ () não
Moram próximo a escola: () sim () não
b) Água
Água: () encanada () poço artesiano () cacimba () igarapé () chuva () outros: _____
c) Esgoto
Esgoto: () rede () fossa séptica () fossa negra () igarapé () outros: _____
d) Lixo
Destino: () coleta pública () joga no igarapé () joga na rua () recicla – como _____
e) Energia
Rede () gato () Outros: _____
f) Saúde
Quando adoecer: () Vai ao hospital () Posto de saúde () Casa da família () farmácia
Outros: _____ Onde fica a assistência médica mais próxima: _____
g) Telefonia
Telefonia: () Rede de telefonia convencional () celular
8) Participação e organização comunitária
a) Tem alguma organização na área? () sim () não
b) () Clube de mães () Associação de moradores () Grupo religioso: _____ () Associação de pais e mestres () Grupo esportivo () outros _____
c) Atuação da associação dos moradores : () Bom () Regular () Insuficiente () Inexistente () Sem informação
d) Atuação do Comitê de Representante da Comunidade junto ao PROSAMIM (CRC): () Bom () Regular () Insuficiente () Inexistente () Sem informação
e) Atuação do grupo de apoio local: () Bom () Regular () Insuficiente () Inexistente () Sem informação

Informações a observar sobre a habitação:

a) Tipo de construção: Alvenaria () Madeira () Outros ()
b) Tipo de cobertura: Amianto () Alumínio () Outros ()
c) Tipo de residência: () Quarto () Casa () Estância () Outros

FORMULÁRIO No. _____ ENTREVISTADOR: _____ DATA: _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM AS MULHERES

O roteiro abaixo tem o intuito de orientar a conversa com as mulheres, não se constituindo em um roteiro fechado, mas sim em um elemento norteador, visando deixar a pesquisada à vontade para abordar outros aspectos pertinentes ao trabalho e de interesse da pesquisada.

NOME:

IGARAPÉ ONDE MORAVA ANTERIORMENTE:

LOCAL DA NOVA RESIDÊNCIA:

1. Quanto tempo a senhora tem de moradia no novo local?
2. Qual foi o motivo da escolha do local?
3. Em relação ao tempo vivido nos igarapés, o que mudou com a vinda para cá?
4. A casa ficou no nome de quem?
5. Você trabalha fora? Qual a atividade?
6. Com quem ficam as crianças? (Caso possua filhos ou qualquer criança ou adolescente sob sua responsabilidade)
7. Em relação a sua saúde e a saúde dos filhos, como você lida com essa realidade no dia a dia?
Como é o acesso a hospitais, consultas e exames?
8. Existem escolas e creches próximas a casa?
9. Em relação à água, como é a prestação do serviço?
10. Como você se desloca ao trabalho?
11. Qual a sua avaliação sobre o transporte coletivo?
12. Pontos críticos relacionados à nova moradia
13. Aspectos favoráveis identificados na nova moradia
14. Como são as relações de vizinhança no novo local? Quais as mudanças quando comparadas à moradia nos igarapés?